

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

JOBIM, Nelson Azevedo. Nelson Jobim I (depoimento, 2009). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (3h 40min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV e ESCOLA DE DIREITO RIO DA FGV. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Nelson Jobim I
(depoimento, 2009)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Christiane Jalles de Paula; João Marcelo Ehlert Maia; Joaquim de Arruda Falcão Neto; Pablo de Camargo Cerdeira; Tânia Abrão Rangel;

Levantamento de dados: Felipe Godoy Franco; João Marcelo Ehlert Maia; Tânia Abrão Rangel;

Pesquisa e elaboração do roteiro: Felipe Godoy Franco; João Marcelo Ehlert Maia; Tânia Abrão Rangel;

Técnico de gravação: Marco Dreer Buarque;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 03/11/2009

Duração: 3h 40min

Arquivo digital - áudio: 4; Arquivo digital - vídeo: 4; MiniDV: 4;

Entrevista realizada no contexto do projeto “História Oral do CNJ”, desenvolvido pelo CPDOC a partir de convênio e financiamento com a Escola de Direito da FGV, entre abril de 2009 e abril de 2011. O projeto visa, a princípio, apenas a criação de um banco de fontes orais.

Temas: Advocacia; Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988; Atividade profissional; Congresso Nacional; Conselho Nacional de Justiça (CNJ); Constituição federal (1988); Corrupção e suborno; Direito; Ditadura; Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); Magistratura; Márcio Thomas Bastos; Movimento Democrático Brasileiro; Ordem dos Advogados do Brasil; Organização partidária; Poder judiciário; Política; Reforma judiciária; Rio Grande do Sul;

Sumário

Entrevista: 03.11.2009

Arquivo 1: A chegada do entrevistado ao tema da reforma do Judiciário; a formação em Direito em Porto Alegre e o retorno a Santa Maria para advogar; a formação de um grupo de debate em Santa Maria, em que se discutia questões jurídicas; comentários sobre o então descompromisso que os juízes tinham com a comunidade, em função de aspirações de carreira; a atuação do entrevistado como vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Rio Grande do Sul; o início das discussões e estudos de modelos europeus sobre os conselhos de justiça por parte do entrevistado; comentários sobre a política e a organização partidária no Rio Grande do Sul durante os anos 1960; a ligação do entrevistado ao MDB e sua oposição ao regime militar; o trabalho, quando na vice-presidência da OAB, com o interior do estado e o mapeamento das limitações do judiciário local; o convite, a candidatura e a eleição do entrevistado para deputado por Santa Maria, em 1986; comentários sobre o processo eleitoral e a escolha dos candidatos nos estados para as eleições; a entrada do entrevistado na Assembleia Constituinte, em 1986, e os projetos apresentados; os estudos do entrevistado de como se elabora um constituinte antes de assumir como deputado constituinte; a ida a Brasília, as discussões sobre como se elaborar uma constituição e o início do processo constituinte, sobretudo as divisões das comissões; a elaboração do texto constitucional pelas comissões e comentários sobre a Comissão de Sistematização.

Arquivo 2: Comentário sobre o processo de elaboração do texto constitucional, sobretudo o processo dentro da Comissão de Sistematização; os embates entre a esquerda e o “centrão” sobre o texto constitucional a partir da Comissão de Sistematização; comentários sobre a Comissão de Redação, os problemas e ambiguidades no texto constitucional e a aprovação final, em votação, do texto; as emendas elaboradas pelo entrevistado ligadas à questão do Judiciário e seu papel na Constituinte; as discussões e os interesses envolvidos nas discussões sobre o Judiciário; as discussões sobre o projeto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e a sua defesa pelo entrevistado; comentários sobre a tramitação do CNJ na Câmara dos Deputados e no Senado Federal; as discussões em torno das indicações para a composição do CNJ (primeira parte).

Arquivo 3: As discussões em torno das indicações para a composição do CNJ (segunda parte); o percurso da elaboração e discussão sobre o CNJ de 1992, quando da apresentação do projeto na Câmara, até 1999, quando é aprovado na Câmara; a relação do entrevistado com o relator do CNJ no Senado, José Jorge de Vasconcelos Lima; a entrada do tema da reforma do Judiciário na pauta do governo Fernando Henrique Cardoso; a relação do entrevistado com Márcio Thomaz Bastos e comentários sobre a súmula vinculante e a repercussão geral; as articulações e estratégias dentro da Câmara e nas negociações políticas para a aprovação da reforma do Judiciário; comentários sobre a oposição da magistratura ao CNJ; a relação do entrevistado com os governos de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Arquivo 4: A articulação para a composição do CNJ, quando de sua aprovação; a elaboração de um regimento para o CNJ, a constituição de uma assessoria de juízes de primeiro grau e o

combate ao nepotismo; longo comentário sobre a fixação do teto salarial do Poder Judiciário; os problemas ao enfrentamento da corrupção no Judiciário; a remuneração dos membros do CNJ; a oposição, na primeira gestão, ao CNJ; comentário sobre o trabalho de entrevistado mapeando o funcionamento da Justiça, a partir da criação da taxa de congestionamento e da justiça em números; comentários sobre a atuação do CNJ e sua dependência nas pessoas que o compõe; comentário sobre o que é necessário para a institucionalização do CNJ.

Entrevista: 03/11/2009

João Marcelo Maia - Bom, só antes o cabeçalho, não é? Dia 3 de novembro de 2009, pesquisa História Oral do CNJ, entrevista com o ministro Nelson Jobim. Estão presentes os pesquisadores João Marcelo Maia, Tânia Rangel, Pablo Cerdeira, Christiane Jalles, Joaquim Falcão e o ministro Nelson Jobim, a quem a gente agradece muito pela presença hoje para falar um pouco sobre esse tema. Acho que antes de entrar no CNJ especificamente nós gostaríamos de saber, ao longo de sua trajetória, não só como político, mas como jurista, como especialista na área do Direito, como o senhor chegou a esse tema da reforma do judiciário? Se já apareceu desde cedo na sua trajetória na OAB do Rio Grande do Sul?

Nelson Azevedo Jobim - Bom, esse assunto de poder judiciário... Eu era professor de processo civil, de direito processual civil na Universidade Federal de Santa Maria. E lá eu fiz uma série de relações, enfim, e foi um assunto sempre recorrente, a questão judicial. E eram dois eixos que me levaram dentro das áreas de processo e dentro da, enfim, dentro das questões junto à OAB. Porque eu não só fui professor de processo como também eu fui integrante da Corporação. Eu fui presidente da Subseção de Santa Maria, depois eu fui vice-presidente da Seccional do Rio Grande do Sul.

Christiane Jalles de Paula - Quando?

N.J. - Antes de você nascer. [riso] Em mil novecentos...Eu fui para Santa Maria em 1969...1968...

C.P. - Foi um pouco antes da Constituinte?

N.J. – Não, isso foi o Conselho estadual. Seccional de Santa Maria foi na década de 1970.

C.P. – No início da década, é isso?

N.J. – Meados da década. E foi uma coisa curiosa. Eu não tinha nada a ver com...Porque eu chego no Porto de Santa Maria em uma situação muito curiosa porque o meu avô e o meu pai

havam se formado em Porto Alegre. Meu avô se formou em 1913, o meu pai em 1938. E aí o meu pai queria, ou melhor, já tinha a Faculdade de Direito de Santa Maria e o meu pai era professor lá na Faculdade de Santa Maria. Mas o pai queria que nós fôssemos para Porto Alegre e evidentemente que nós queríamos ir para Porto Alegre. Então eu fui, da minha geração e da geração do meu irmão mais velho, Walter, que é um ano mais velho do que eu, fomos os únicos daquele conjunto de Santa Maria que fomos para Porto Alegre. E lá eu me juntei, como não tinha colônia de Santa Maria, eu me juntei com a colônia de Passo Fundo onde estava o Gilson Dipp, o Ari Pargendler e um professor daqui que estudou, que era do nosso grupo que era o Roberto Canto de Lima, que é antropólogo hoje.

Joaquim de Arruda Falcão Neto - Não sabia que ele era gaúcho, não.

N.J. - Não, ele é carioca.

J.N. - É, pois é.

N.J. – É carioca mas estudou lá. Bom, e aí eu voltei em Santa Maria em 1968, e aí foi uma coisa curiosa, eu voltei eu tinha 21 anos, 22 anos...E aquela história, naquela época ainda se usava anel de advogado...

J.N. – De bacharel.

N.J. – De bacharel, tinha um troço vermelho, rubi e tal. Aí eu voltei todo metido a besta achando que eu era o rei da cocada preta e tal, porque tinha estudado em Porto Alegre... Porque todos os colegas, eram advogados... Mas eu levei umas pauladas logo no início. Do meu pai primeiro e depois também de um outro cliente. Uma cena foi ótima. Um sujeito do interior do estado foi fazer uma consulta e eu comecei a responder com aquele jargão de guri novo, de advogado recém-formado e tal. Aí o sujeito me olhou, que era um homem do interior, estava de bombacha, de chinelo e tal, muito inteligente, mas sem cultura. Ele olhou para mim e disse assim: “Doutorzinho, eu não estou entendendo nada do que o senhor está me dizendo. Se eu não estou entendendo de duas uma: ou o senhor não sabe o que está falando ou o senhor está me enganando”.

[Risos]

N.J. – Aí eu comecei a aprender, enfim, a tirar aquele ranço de bacharel. Bom, mas aí o que é que aconteceu? Durante todo esse período nós formamos um grupo em Santa Maria de debate. Nós sempre tivemos a mania de fazer isso. Nesse grupo de debate eram juízes e advogados. Então nos reuníamos na sexta-feira em um daqueles gabinetes de juiz lá, um deles hoje é presidente do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, Arlindo José Abreu Lima da Rosa, sujeito muito competente, que era do grupo de estudos. E aí os temas eram, fora discussões de questões jurídicas propriamente ditas, a questão era a eficácia do sistema judicial. E aí se discutia muito dois pontos: um o problema da desqualificação do juiz de primeira instância considerando os recursos existentes. E aí então eu formulei uma frase na época, que eles riram muito, que eu dizia que eles, tudo ali era primeiro grau, que eles juízes eram meramente administradores da prova e a decisão do juiz era uma decisão para sortear quem é que era o apelante. Porque ninguém se interessava. E mais, eu afirmava e eles concordavam, de que também havia um outro problema. É que a promoção dos juízes estava muito vinculada à questão de eles serem conhecidos no tribunal, que era aquele negócio do merecimento. Então os juízes, eu dizia que, radicalizando, é claro, não é? Os juízes decidiam os casos de primeiro grau não para resolver problemas entre as partes, não para solucionar o conflito, mas às vezes eles faziam uma decisão para serem conhecidos no tribunal. Então as decisões tinham que ser eruditas. Porque a erudição da decisão dava qualificação para eles. E eu me lembro que eu fiz uma malandragem. Na época, década de 1970, por aí, final de 1970, início de 1980. Eu tinha uma causa, uma causa, assim, pequena, em termos econômicos, em que se discutia o pacto comissório. E aí fiz um estudo longo sobre o pacto comissório desde Roma. Eu tinha mania de fazer essas coisas. Eu queria entender onde era a origem daquilo. Porque eu não acreditava...

J.N. – Você sempre gostou de História.

N.J. – Eu queria saber que história era aquela. Como é que aquela coisa apareceu. E aí veio, era um caso pequeno, e veio a decisão do juiz e a decisão do juiz era um negócio. Eu conhecia o juiz, ele tinha sido um colega de turma meu. Era um cara chato, mas era um cara muito [inaudível]. E ele então fez uma decisão sofisticadíssima e vinha com a história do pacto

comissário desde Roma, desde Gália, e contava a história toda e copiou de algum lugar. Aquela coisa de pé de página, que tu não bota. Aí ele julgou e ao final eu perdi a ação. Aí eu fiz o seguinte jogo, que ficou muito claro isso. Eu então peguei o cliente e disse: “Olha, eu vou fazer uma brincadeira”. O cliente era meu amigo. “Tu fica sentado aqui, na cadeira no corredor, de frente à porta do juiz, do gabinete do juiz”. O fórum de Santa Maria era uma coisa pequena. Ele abriu a porta e eu entrei e ficou com a porta aberta. E eu fui lá, sentei e disse para o juiz: “Fulano, olha, aquela sentença, a tua sentença daquele assunto é uma maravilha”. “Pô, mas Nelson, tu perdeu a ação...”. “Pois é, uma coisa incrível. Negócio terrível. Uma sentença maravilhosa, convincente...” E aí fiz aquele negócio. “A coisa tão importante...” Naquela época não tinha xerox ainda, eram aquelas...fotocópias. “Eu tirei uma fotocópia da tua sentença para o meu cliente, para ele entender o problema. E o meu cliente leu e ele está aí porque ele queria te cumprimentar”. “Como que ele quer me cumprimentar?”. “Ele quer te cumprimentar porque ele deu a instrução que eu não devo recorrer da decisão”. Aí o juiz respondeu: “Oh Nelson, não faz isso comigo”.

[Risos]

N.J. – Ou seja, ele não tinha decidido o caso, ele tinha decidido para que o tribunal tomasse conhecimento então o juiz disse “Não faz isso comigo. Tem que recorrer”. Para que o tribunal ficasse conhecendo. Então uma das preocupações, primeira era a desqualificação da justiça de primeiro grau, o descompromisso que os juízes tinham com a comunidade, ou seja, com a solução do caso em si. Eles tinham compromisso era com a sua erudição, com a sua carreira, enfim. E o outro problema que surge, nessas discussões surgiram também, era o problema da falta de análise de qualidade. Ou seja, os tribunais não estavam interessados pela qualificação e pela capacidade que tinham os juízes de resolver problemas na sua comarca. Eles estavam preocupados com o número de despachos que eles tinham dado e com a erudição das decisões. O que é que isso determinou? Determinou primeiro: que havia um estímulo por parte dos juízes para você recorrer. Porque isso era a condição da carreira deles, não era uma coisa, digamos, não era de má fé. Porque na verdade a avaliação da carreira deles dependia muito de saber ser conhecido lá em cima. E segundo, outra avaliação que era muito comum era o número de despachos. Qual era o número de despachos que o juiz dava. Então começou a inventar despachos de tudo quanto era jeito. Então era assim: “Junte-se aos autos” “Ouça-se o Ministério

Público”. Aquilo era um despacho. Então aquilo computava. Você tinha duas obrigações: despachar alguma coisa...E com isso o que é que houve? Eles concentraram todo o andamento processual na mão não porque...de má fé. Porque aquilo ali era computado como um sujeito trabalhador. Então eles não desconcentravam para o cartório, por exemplo, coisas desse tipo: “contestada a ação, diz o código de processo, deve-se ouvir a parte contrária”. Então isso aí poderia ser alguma coisa que o escrivão fizesse. Não, mas ele tinha que despachar. Porque aí esse despacho ia na contabilidade dele. E isso...E aí eu mostrando, enfim... Aí começou a discussão disso tudo. E além do mais, um problema que foi uma experiência já na OAB do Rio Grande do Sul, e aí eu já era o vice-presidente, houve uma questão política eleitoral curiosa...A OAB do Rio Grande do Sul era controlada historicamente por um grupo. Normalmente as OABs são. Um grupo que já está lá há vinte e tantos anos. E aí o Luiz Carlos Madeira, que é muito meu amigo, está lá em Brasília, é advogado, o Luiz Carlos era presidente do Instituto dos Advogados. E aí começamos a formular uma posição. E eles então tentam armar uma candidatura, Tarso Genro apoiando ele, e eu em Santa Maria. Aí eles tentaram fazer...

J.N. – Tarso Genro era de oposição ao seu grupo?

N.J. – Não. Eles estavam organizando uma chapa isolada. Aí não conversaram comigo. Aí alguém disse assim: “Olha, tem que conversar com o Jobim por causa do anterior. Porque o Jobim controla”. Porque eu, como presidente da OAB de Santa Maria, eu fazia uma... Eu circulava muito porque eu era professor, então dando aula, essas coisas de dar aula, de dar palestra, não sei o que e tal. Bom, aí depois houve uma candidatura de oposição, foi derrotada. Eu não aliei. Não tinha tido apoio nenhum comigo. Quando aparece é uma chapa pronta. Aí depois da segunda nós fizemos um acerto. Fizemos um acerto, eu fui candidato a vice e o Madeira candidato a presidente. Aí ganhamos a eleição. Quando ganhamos a eleição, eu fiquei com o interior. E aí foi o primeiro levantamento, muito empírico, muito sem...muito intuitivo, digamos assim, sem muita qualidade científica. Eu fiz a seguinte coisa: eu peguei uma... Eu peguei o estado e resolvi fazer um balanço das comarcas que estavam preenchidas. E aí estava Porto Alegre e então fiz círculos, assim, 100 quilômetros de Porto Alegre, 200 assim, assim, até chegar em Uruguaiana que era o extremo maior. E aí você observava de que quanto mais se afastasse...

J.N. - De Porto Alegre...

N.J. - De Porto Alegre, menos...

J.N. - Menos preenchido.

N.J. - ...Menos provimento tinha, mais vagas tinham nas varas. E quanto...Mas também havia sub-unidades como Santa Maria, Passo Fundo e Pelotas. Então eu fiz umas separações sobre Pelotas. Então o que é que via? Aí mostrava, com isso que eu queria mostrar, eu levei isso para o tribunal, de que o preenchimento das comarcas atendia a necessidade do juiz e não a necessidade do estado. Se o juiz tinha família, tinha que ter aluno, tinha que ter estudante ou... E aí surge o problema: os juízes para complementação salarial passavam a ser professores. Então as comarcas que tinham faculdade eram todas preenchidas porque os juízes acabavam sendo professores... Ou seja, eu queria tentar mostrar uma distorção entre a tal de prestação jurisdicional, que era um discurso, mas na verdade era uma utilização daquele espaço para interessar a corporação

J.N. – Interesse individual.

N.J. - E aí começou a surgir essa discussão aí. Começou a aparecer já...Eu já tinha estudado muito esse negócio de conselho de justiça a partir da Espanha, os modelos. Embora os modelos europeus eram diferentes do que se passava no Brasil porque na verdade na Europa os conselhos surgiram para dar autonomia ao judiciário, ou seja, o judiciário não era autônomo, dependia do Ministério da Justiça, que ia... sujeito ao executivo, etc.... No Brasil já não era, o poder judiciário era autônomo. Então aí eu mostrei que o conselho não tinha nada que ver com os conselhos europeus, mas que precisávamos ter um conselho que pudesse estabelecer uma espécie de corregedoria porque havia uma auto-proteção por parte dos juízes e também uma racionalização em termos da distribuição espacial, racionalização de custo, etc. e tal.

J.N. – Nelson, se fosse...

N.J. – Eu iniciei essa discussão, tudo isso em 1980. Antes da eleição.

J.N. – Você falou...

J.M. – Eu queria que quem estivesse com o celular ligado, para desligar porque a frequência entra mesmo no silencioso.

N.J. – Ah, está bom. Então deixa eu desligar aqui.

J.N. – Nelson, você disse que voltou para Santa Maria em 1968.

C.P. – Não, em 1968 ele forma.

N.J. – É, eu me formei em 1968, voltei para Santa Maria em janeiro de 1969.

J.N. – O país fervia, não é?

C.P. – Eu ia fazer essa pergunta.

J.N. – Ah, sim. E aí?

N.J. – Pronto? Ocorre o seguinte. Na faculdade...

C.P. – Só um minuto.

N.J. – O que é que tu queria saber?

N.J. – Pois é, nessa época que você começou, o país fervia, o Rio Grande do Sul fervia politicamente, não é? Isso...

C.P. – Como é que se dava? AI-5, não é? Também aí...

J.N. – Como é que, quer dizer, você dividia o seu tempo? [Risos]

N.J. – Bom, ocorre o seguinte: na questão política a minha família era originária do Partido Social Democrático, do PSD. E meu pai, depois com a extinção... Na verdade nós éramos do Partido Libertador antigo. Nós éramos maragatos.

J.N. – O Pilla?

N.J. – Não, não. O Pilla é muito posterior. Tem uma história do Rio Grande que ainda não contaram, um dia tem que ser contada, de que nós tínhamos o seguinte: você tinha o Partido Libertador que nasceu em oposição ao Partido Republicano Rio Grandense, que era o partido do Borges. Quando houve a Aliança Liberal para a Revolução de 1930, que aí entra Getúlio no meio, os dois partidos se entenderam para isso. E aí quando Getúlio extinguiu os partidos regionais, já no período que é o momento em que começou a fazer um processo de centralização, ou seja, a Velha República nada tinha sido feito porque foi um acordo para destruir o Rio de Janeiro, aquela história do golpe de Estado que era um golpe para derrubar o Visconde de Ouro Preto etcetera e tal. E aí os republicanos receberam no colo a República. Porque a República acabou sendo feita através de uma maquinária montada pelo Benjamin Constant. E aí se desenhou a República, a Constituição de 1891 completamente fortalecendo as elites locais porque era a forma pela qual você destruía a memória do Império que estava assentada no Rio de Janeiro. E era tudo descentralizado. Os poderes eram muito grandes, os Estados, não tinham capacidade... As prefeituras não tinham autonomia. Somente depois de 1930 começou uma centralização novamente para a União. Bom, aí com a extinção do Partido Libertador, aliás com a extinção dos partidos estaduais, o PL, o antigo PL se transformou, no Rio Grande do Sul, em PSD. E aí o pessoal do Partido Republicano Rio Grandense virou PTB. Então a bipolaridade se deu e aqui embaixo do PSD estava a UDN... Mas na verdade o PSD gaúcho tinha uma aliança com a UDN nacional. Então havia uma coisa que se chamava PSDN no Rio Grande do Sul que era PSD nacional que era um pequeno grupo que fazia as alianças com o PSD nacional que obedecia o Getúlio. E o PSD gaúcho se localizava junto a UDN porque? Porque PTB era a linha do Getúlio. E meu avô foi candidato pelo PSD a governador. Depois disso é que aparece o PL. Isso o Brossard esconde. O Brossard disse que não, que o PL... Eu digo para ele: “Eu tenho lá em casa a carta da convenção de extinção do PSD, do PL se transformando...”. Mas ele diz que eu tento... Raul Pilla tenta mostrar que ainda era o PL

antigo. Não, era outra coisa. Quer dizer, tentou herdar essa tradição. Mas o fato é que em 1968 o... Em 1961 o meu pai era deputado estadual e era líder do PSD quando houve aquele negócio da... Como é que é o nome daquilo? Da legalidade, da lei da legalidade, etcetera, etcetera. Bem, aí em 1968, quando veio o processo em 1968 o meu pai vira presidente da Arena de Santa Maria. Presidente da Arena em Santa Maria e eu vou para Porto Alegre. Então pega todo o período... Nós pegamos todo o período do chamado início da Revolução, em Porto Alegre, eu saio de Porto Alegre... Eu saio de Porto Alegre em 1968. E aqui o que é que acontecia? Como tu tinha uma repressão política muito forte e nós não fazíamos, digamos, política estudantil porque a política estudantil era controlada pelo Partido Comunista, então o que é que aconteceu? Nós fazíamos estudos. Então eu estudei cinema, eu era especialista em cinema, estudei filosofia, estudei matemática, durante todo esse período. Quando voltei para Santa Maria, aí o que é que acontece em Santa Maria? Eu chego em Santa Maria em 1968, o pai do Tarso Genro, Adelmo Simas Genro, o pai do Tarso era presidente da seccional da Ordem da subseção de Santa Maria. Aí o pai do Tarso me chama e diz assim: “Olha Nelson, tu tem que assumir esse negócio”. Aí eu sou eleito presidente da OAB local apoiado pelo pai do Tarso. O Tarso estava refugiado em Santana do Livramento e é uma coisa só compreensível para as coisas, digamos, compreensíveis no Rio Grande do Sul em situações pequenas. O meu pai, que era presidente da Arena, quando ia trabalhar em Santana do Livramento no processo ia almoçar e jantar com o Tarso na casa dele, lá do outro lado da fronteira. E tinha... Inclusive o exército todo reagia muito a isso. E o meu pai era anticomunista, mas era um liberal-democrata, então ele não admitia nenhum tipo de perseguição, esses troços todos. Então houve um conflito muito forte entre os militares locais, o general local e a Arena local porque o general queria exigir prisões, o velho ia lá cobrar prisões etcetera e tal. Bom, e aí nós voltamos para Santa Maria nesse período todo. Aí eu comecei a alinhar com a oposição. Aí eu comecei a me alinhar aí já com o MDB. Comecei a me ligar ao MDB nesse período. Meu pai reagiu e tal. Não tem jeito. E aí que eu comecei então a ter uma posição de oposição vinculada à questão da convocação da constituinte direta, aqueles discursos todos começaram com Faoro. E aí começou as coisas. E aí, enquanto isso, na parte acadêmica, eu então dava aula de Direito processual civil e fiz um curso de mestrado em filosofia do direito, lógica e matemática, que acabei não fazendo a...Enfim...

C.P. - A dissertação.

N.J. - Só fiz os créditos. Porque na hora que tinha que redigir lá a tese, que seria uma tese sobre...Eu ainda tenho anotações. Era uma tese sobre Wittgenstein e Pontes de Miranda para mostrar que toda a teoria geral do Direito do Pontes de Miranda era baseada no Wittgenstein.

J.N. – Não foi o inverso?

[Risos]

N.J.- Ele achava que poderia ter sido. Aí eu me lembro então que eu fiz as anotações mas acabei não escrevendo nada. Porque aí entrou na campanha eleitoral do Madeira. Então passei...Era uma campanha duríssima e nós nos elegemos eu me elegi vice-presidente. Então dividimos o Estado. O Madeira cuidava da grande política, ou seja, Porto Alegre e a relação do Rio Grande, da OAB do Rio Grande com o Conselho Federal e eu cuidava do interior. O interior era coisa minha. Então eu fazia toda essa pressão do interior, etc. E aí que foram surgidos os dois grandes temas, o tema do Conselho e o tema da eficácia, que dizia que eficácia das decisões de primeiro grau estavam próximas à zero. Eu usava aquela terminologia do Pontes de Miranda, e da lógica matemática do espaço lógico entre zero e um. O zero inexistente e o um, válido. E aqui, circular. Então dizia que as sentenças dos juízes de primeiro grau estava próxima a zero. Não valia nada. Em termos de decisão era um instrumento para decidir quem era o apelante. E aí comecei a discutir o negócio de recurso, tinha havido a reforma do código de processo...

T.R. – De 1939, não é?

N.J. – É. Que aí era mais uma discussão. Eu tinha sido aluno lá do Galeno de Lacerda, que era um professor extraordinário, ainda está vivo, mas aí estudei muito. Ih, aí eu estudei mesmo. Eu era aquilo que se chamava na época de CDF. Lia literatura italiana toda, aquelas brigas do Chiovenda, Calamandrei, Carnelutti, esses troços todos. E depois, por acaso, aí surge um acaso. Acaso no sentido *lato* do termo. Em 1986 Santa Maria tinha um colégio eleitoral de noventa mil eleitores, a cidade. Mas a região dava cento e vinte mil, a grande Santa Maria, onde havia... O PMDB na época que organizava essa grande região. E nós tínhamos na legislatura anterior, na legislatura de 1982 que terminava em 1986, nós tínhamos um deputado do PDS que era o

Nelson Marchezan, que depois veio a ser presidente da câmara, um deputado do PDT, chamava-se Osvaldo Nascimento, que tinha sido prefeito de Santa Maria e um deputado do PMDB que se chamava João Gilberto Lucas Coelho, que era um sujeito muito interessante. Era um católico angustiado. Bom, aí em 1986 o João Gilberto, que já tinha sido reeleito três vezes. Não, duas vezes...

C.P. – Duas vezes.

N.J. - ...e não queria ser reeleito pela terceira vez, disse que queria ser candidato a senador. O Pedro Simon era o candidato nosso no governo, mas o Pedro Simon sempre foi um assustado. Então o Pedro Simon queria fazer acerto de qualquer natureza. E no caso, o Pedro Simon quis fazer um acordo com o Nelson Marchezan. Quis fazer acordo com o PDS. E movimentou porque tinha medo de perder a eleição, porque nunca foi muito desse tipo de coisa. Aí o Pedro tentou movimentar e nós montamos o movimento contrário, a aliança com o PDS. Doutor Ulisses foi a Porto Alegre para tentar fazer o... Quando desceu no aeroporto, ele diz assim: “Vamos logo tratar desse assunto aqui no Rio Grande”... E aí não saiu a coisa. E aí o que é que aconteceu? O Nelson Marchezan, que era deputado federal por Santa Maria vira candidato a Governador do Estado. O Osvaldo Nascimento, que era o candidato forte porque era um homem populista, um populismo fortíssimo, que era do PDT, ele briga com o Brizola e sai do PDT e entra para o PMDB e não pode ser candidato. E o João Gilberto disse que não era candidato a eleição porque tinha sido candidato ao senado. E aí o que é que faz o Pedro? O Pedro então monta... Tinha, naquela época tinha aquelas sublegendas, você lembra disso, não é? Então saíram candidatos, o João Gilberto

J.N. – para o senado

N.J. – junto com o Bizol e o Fogaça junto com o Odacir Klein. Não me recordo se o Odacir era do Fogaça ou do Bizol, uma coisa desse tipo. E aí o Bizol e o Fogaça ganham a eleição. O que é que acontece? Não tinha ninguém de Santa Maria. Não tinha candidato do PDS, não tinha candidato do PDT, não tinha candidato do PMDB. Aí o Brossard... O Pedro Simon e o Brossard vêm atrás de mim, me telefonam perguntando se eu poderia ser candidato. Mas o PMDB de Santa Maria era igual ao PTB antigo, ou seja, as grandes lideranças, de vila e tal, eram do PTB

antigo. Eu digo: “Olha, eu poderei ser candidato, depende do seguinte: depende de uma conversa com os líderes locais”. Líderes locais do PMDB na época eram gente tudo humilde, eram ferroviários, eram... Não tinham sindicatos. Mas eram ferroviários, eram líderes de vila... Tinha lá um chamado João do PTB, que era o nome dele, que tinha, digamos, ele controlava uma vila, tinha lá setecentos eleitores que eram dele, o voto era dele. Ele mandava votar, eles votavam. Aí eu fiz uma reunião com o pessoal do PTB para ver se eles aceitavam um sujeito originário de uma família que vinha do PSD. Aí eles aceitaram e tal eu ser candidato. E aí eu acabei me elegendo. E me elegi por que? Por causa disso aqui e do Plano Cruzado. Por que? Porque o PMDB das 31 vagas que correspondiam ao Rio Grande do Sul, o PMDB fez 17 e eu fui o décimo sexto. Então eu me beneficiei da ausência de gente no local, ou seja, fui um candidato chamado candidato regional, da região, para representar os interesses da região. Então eu fiz toda a minha campanha em cima da região.

J.N. – Isso também expressa um poder político que a OAB tinha naquela época, não é? Porque ele foi buscar o presidente da OAB.

N.J. – Ah sim. Como forma de trânsito em termos de imprensa, mas não em termos de eleitor. Porque a OAB não dava voto. Aí o que é que aconteceu? Com isso eu arregimentei em alguns locais, algumas subseções os presidentes das subseções dali me apoiavam. Mas a OAB, ela sempre foi elitista, ou seja, ela sempre era classe média, digamos, classe média alta para aquelas cidades. Era classe média alta para aquela região do interior e tinha pouca visibilidade no chão, ou seja, no eleitorado de vila, enfim, do “proletariado”. E o fato verdadeiro é que ficou sem candidato local e aí teve outro fenômeno. É que, tendo em vista a nossa fórmula eleitoral, uma vez, em mil novecentos e oitenta e poucos, eu fiz uma tipologia, eu já te falei isso, uma tipologia, é o seguinte: primeira coisa, um partido precisa ganhar a eleição proporcional. Ganhar a eleição proporcional significa a conquista do maior número de vagas. Dado número um. Isto é uma premissa, é um axioma legal. Bem, aí o que é que a gente fazia? Como o voto era unipessoal e a legenda, a conquista de vagas dependia da soma dos votos dados aos candidatos que o partido oferecia, então o que era importante ao partido era escolher candidatos que produzissem votos porque a soma desses votos é que dava o número de vagas. Então aí o que é que acontecia? Você tinha...No Rio Grande você tinha o seguinte, que vale para os outros estados: você tinha...Primeiro você fazia um levantamento das categorias profissionais

organizadas. E aí o partido saía atrás de candidatos de categoria profissional. Saía atrás de um candidato, no caso era muito procurado, por exemplo, os brigadianos, os da polícia militar gaúcha porque a polícia militar tinha muito espalhada, a gente chamava “família brigadiana” porque lotava tudo, para representar os interesses daquela corporação. Então você pegava os brigadianos, pegava a polícia civil, pegava o sindicato, o pessoal do sindicato dos eletricitários que tinham uma companhia estadual de energia elétrica muito forte, enfim, pegavam os sindicatos que tinham expressão. E um deles era dos professores públicos, que era... Como é que era o nome daquilo? Era... Até hoje ainda existe ainda.

C.P. – Sinpro?

N.J. – Hã?

C.P. – Sinpro, não é?

N.J. – Não, não, não, não. Lá era a Seção dos professores.., Perges, uma coisa assim. Bom, depois de o partido ter entregue das 31, x vagas para esses candidatos, você partia para outro tipo de candidato que era um candidato importante, que hoje a gente chamaria de “mídia”, mas que eram candidatos que tinham acesso, por um instrumento qualquer, ao eleitor. Não era um acesso dialógico, ele se impunha perante o eleitor. E aí você teve dois tipos de personagens, que era... Aliás, eu chamava “candidato de aparelho”, que tinha um aparelho que acedia ao eleitor. Nesse “candidato de aparelho” você tinha o “candidato de mídia” e a gente saía para escolher o “candidato de mídia. E o “candidato de mídia” nunca era candidato do dono da mídia. Isso é falso. Você dizer que esses candidatos que vinham da Globo, não sei o que, eram candidatos da ..., eram coisa nenhuma. Eles eram candidatos deles mesmos. Então o que é que acontecia? Dependia da situação, na época, do que é que estava na cabeça da população, você tinha um tipo de candidato. Então quando você tinha um jogo de futebol, os candidatos escolhidos eram os cronistas esportivos. O que radiava o jogo não valia nada, o sprinter. “Aí, aí, chuta para cá”. Porque não tinha televisão, não é? Televisão era muito pequeno. E aí o que é que valia? Valia eram os cronistas esportivos, era aquele que discutia o jogo e tal. E aí vieram... Vários personagens vieram da crônica e tal, Ibson Pinheiro veio daí, vários deputados gaúchos vieram da crônica mas foram escolhidos por causa disso. Bom, aí nós descobrimos, isso tudo já está

nos anos 80, final dos anos 70. Não, início dos anos 1980 nós descobrimos um personagem novo que tinha povo, tinha palanque e tinha capilaridade, que eram os pastores evangélicos. Aí a burocracia do partido saía atrás de pastor evangélico para chamar o pastor para vir para o partido porque trazia o voto dos crentes e não precisava de dinheiro porque o dinheiro vinha da igreja. As viagens deles e todo esse troço eles resolviam com a igreja. E o terceiro tipo de candidato, aqui você tinha dois subtipos. O terceiro tipo era o candidato regional, que era o candidato...

J.N. - Que tinha um pouquinho de voz dentro do...

N.J. - ...que decorre...É um candidato que eu diria o seguinte: é um candidato que está na história do Brasil mas se agravou mais com a reforma tributária do Campos, do Roberto Campos e do governo Bulhões, do Octávio Gouvêa Bulhões, quando eles concentraram a receita pública toda na mão da União e deixaram aos estados e municípios um dinheirinho para pagar a folha. Então tudo que era investimento dependia do orçamento da União. Então os candidatos regionais surgiram muito fortes. E esses candidatos regionais eram apoiados sempre pela coisa, que era muito forte, que era o clube dos diretores lojistas. Então havia as campanhas do tipo assim...Eles não apoiavam o candidato do PMDB ou do PDS...Eles apoiavam assim: “Votem em candidatos da região”. Por que? Porque precisavam de alguém que trouxesse dinheiro para botar...fazer ponte, fazer asfalto, infraestrutura, não sei o que, investimentos públicos e tal. E por último tu tinhas ainda os candidatos que eram os líderes dos partidos, que para se eleger dependiam dos votos desse povo todo. Quando eu fui escolhido, eu estava nessa faixa aqui. Eu tinha essa faixa e tinha a faixa ainda da OAB. Então eu não fui escolhido porque eu era bom ou mal, eu fui escolhido porque não tinha...Primeiro, tinha morrido tudo aqui. Segundo, Santa Maria precisava ter um candidato de Santa Maria. Ou seja, esse povo aqui não admitiria que o PMDB trouxesse um candidato de fora para ser candidato aqui.

J.N. – Você é eleito em...?

N.J. – Em 1986.

J.N. – 1986. Aí é constituinte?

C.P. – É constituinte.

N.J. – É constituinte.

C.P. – É eleição constituinte.

N.J. – É, eu fui ser constituinte assim, por sorte. E aí como o PMDB fez muito voto, e esses muitos votos decorreram do Plano Cruzado porque o Plano Cruzado...

C.P. – É a eleição do Cruzado. Foi um banho.

N.J. – É, eu me lembro da campanha. Eu fazia uns cálculos sobre o feijão, o custo do feijão e tal. Eu me lembro, o negócio era complicado. Então eu entrei na constituinte. Quando eu entrei na constituinte...É...Eu levei dois projetos. E deu confusão. Primeiro era um projeto que está aqui, que era um projeto...É...simbólico. Eu me baseei na briga da Constituição de 46 com o Partido Comunista, que era o problema de jurar a Constituição. Você, na posse do deputado, tu tinhas que jurar a Constituição. Aí eu levantei o seguinte problema: nós somos eleitos para fazer uma nova Constituição em cima de uma emenda constitucional sujeita a chuvas e trovoadas. Porque era uma coisa esquisita. Os constituintes derivados de 1982 votam emenda constitucional convocando os constituintes originários de 1987. Isso criava um rolo na cabeça dos juristas. Os acadêmicos ficavam enlouquecidos, eles não queriam saber desse troço. Porque eles pegavam, importavam aqueles conceitos de constituinte originário e constituinte derivado, que são conceitos históricos e enfiavam em uma história que isso não tinha acontecido, que era diferente, que era uma história de transição. Aí ele diz olha: “Nós não podemos jurar a Constituição de 1969, porque nós estamos aqui para fazer uma nova Constituição. Como é que nós vamos jurar a Constituição de 1969?”. Foi o primeiro projeto. O segundo projeto era um projeto sobre a autonomia da constituinte. Fiz... Inclusive fiz com redação, artigo primeiro, artigo segundo, artigo terceiro e tal. Aí isso deu origem a uma crônica do Faoro. O Faoro soube dessa história, eu mandei para ele e saiu publicado na Revista *Senhor* da época. Não era *Senhor*?

C.P. – Tinha uma *Senhor*.

N.J. – Não, não era a *Senhor* antiga. Era a que substitui a...

C.P. – *Isto é Senhor*.

N.J. – Depois vira *Isto é*. Era a *Senhor*. Antes da *Isto é Senhor*. A *Senhor*. Aí foi publicado na revista, aquelas páginas amarelas uma entrevista e tal. E o jornalista que fez a entrevista pelo telefone para Santa Maria chama-se Bardavil...

J.N. - Hum.

N.J. - Já morreu.

J.N. - José Carlos?

N.J. - - José Carlos. Baixinho, gordinho, te lembra? Ele morreu.

J.N. - Eu trabalhei com ele depois.

N.J. - Hã?

J.N. - Eu trabalhei com ele depois.

N.J. - Ele morreu.

J.N. - É.

N.J. - Então quando eu cheguei em Brasília, o Ulisses fala com o Pedro Simon, eu fico sabendo depois: “Quem é esse cara que está vindo aí?”. Porque eu agitei, não é? Fiz uma reunião com a bancada do Rio Grande do Sul. Porque eu era o único que tinha, digamos, na cabeça o que é que a gente tinha que fazer. Porque quando eu soube que eu tinha sido eleito, naquela época

era contado, não é? Então era assim: um dia estava eleito, no outro dia não estava eleito, em um dia estava eleito. Quando eu soube que estava eleito eu fui para uma fazenda do meu ex-sogro e levei uma biblioteca infernal lá, estudei tudo. Então estudei...O que é que eu resolvi estudar: como se fazia constituição. Não era conteúdos. Era quais eram as regras do jogo para fazer a constituição. Aí eu estudei regimentos internos. Aí depois virei especialista em regimentos internos. Aí estudei o regimento interno de todas as constituições brasileiras, como é que foram feitas e das modernas pós-guerra

Tânia Rangel – Das europeias.

N.J. – ...que era a italiana, o regimento italiano, o regimento espanhol.

T.R. – Português?

N.J. – E português. E o francês. Bom, quando eu cheguei em Brasília, eu não conhecia ninguém. Só conhecia o Antônio Brito que tinha sido eleito no Rio Grande do Sul por essa linha aqui, ó. O Britto ninguém sabia quem era, o Britto foi eleito porque ele todo dia estava lá anunciando a não morte do Tancredo. Bom, e aqui...O Britto naquela época fez duzentos mil votos, o que era muito voto.

J.N. – Era muito.

N.J. – Ele fez...O Brito fez duzentos mil votos e teve um outro deputado que fez duzentos e trinta mil votos que era, esse aqui era um clássico de mídia, que era Jorge Alberto Mendes Ribeiro, pai do Mendes Ribeiro que está aí hoje, que é deputado, o Ribeirinho. O Jorge Alberto tinha um negócio incrível. Era um programa na RBS, na Rede Brasil Sul, ao meio-dia tinha o Jornal do Almoço. No Rio Grande do Sul almoça-se meio-dia e almoça-se em casa. Então às doze e trinta o Mendes Ribeiro fazia uma conversa sobre...Ele fazia uma crônica. Uma conversa. Mas era aquelas crônicas digestivas, não é? Família reunida, ele foi falar sobre amor... Aquele troço para não dar indigestão à ninguém. E aí ele tinha uma penetração brutal. E o Pedro Simon chamou...

J.N. – Esses dois trechos você tem aí?

N.J. – Isso eu tenho. Depois a gente copia. Bom, aí o que é que aconteceu? Aí eu vim para Brasília, quando eu cheguei em Brasília, o Ulisses estava assustadíssimo. Porque esse texto aqui, ó, o segundo, tirava poderes do Sarney, trazia para a constituinte, acabava com o decreto-lei... Eu chamei na época de ato constitucional, uma coisa assim, o nome da figura jurídica. Ato constitucional, o primeiro ato constitucional seria dizer o que é que o Presidente poderia fazer enquanto estivesse a constituinte trabalhando, que era a forma política que eu tinha encontrado de resolver o problema da exclusiva para não exclusiva. Bom, aí entro...E aí foi curioso. Sábado de manhã o Britto me telefona para almoçar com ele. Eu tinha chegado... Eu tinha chegado na sexta-feira de carro trazendo mudança, aquelas coisas todas. Vim de carro do Rio Grande do Sul. Aí vim almoçar com ele, almoço no sábado e ele liga para o doutor Ulisses no domingo. Liga para o doutor Ulisses: “Ah, estou aqui e tal, o fulano”. Ah, vem aqui falar com a gente e tal”. “Mas eu só tenho uma hora, eu tenho compromisso”. Aí eu fui falar com o Ulisses e na conversa com o doutor Ulisses, aquele ar respeitoso, eu tinha trinta e poucos, sei lá quantos anos. Bom, aí o Ulisses começou a falar e... Mas o Ulisses não estava falando, ele estava usando nós dois, o Brito e eu, para raciocinar... Porque o problema dele era como é que ia fazer a tal de Constituição. Porque estava tudo embolado. Aí ele começou a dizer: “Eu estou pensando em dar a solução tal que talvez seja melhor”. Ele nem estava perguntando, ele estava... Aí eu disse para ele assim: “Doutor Ulisses, eu acho que essa solução sua é a solução do Nereu Ramos em 1945 e que deu aquele problema que o senhor se lembra com o estado do Paraná”. Aí ele olhou para mim: “Como que o senhor sabe disso?”. Aí a conversa que era de trinta minutos virou uma média de três horas. Então eu fiz um discurso, eu tinha tudo... Naquela época não tinha computador, não é? Era tudo... Estava tudo naquelas cartilhazinhas. Está tudo... Mas eu tinha uma memória brutal e como tinha aquele negócio de lógica matemática então eu fazia todos os raciocínios com símbolos, não é? Com símbolos do Russel, do princípio matemático. Então tudo era...Os meus regimentos eram todos eles com símbolos. Aí o Ulisses diz: “ Não, nós temos que conversar e tal”. Aí ele me manda tomar um café da manhã com o Pimenta da Veiga, que era o líder do PMDB. Naquela época tinha o tal café da manhã. Aí fui tomar café da manhã, aí eu virei assessor do Ulisses para fazer...Fui eu que redigi o primeiro ato que dava, que começava o processo constituinte. Eu fiz a redação daquilo junto com o Bonifácio de Andrada, o Andradinha, Andradinha que era da Arena. Então redigimos aquele negócio para

dizer: “Olha, um ato inicial. Vamos começar esse troço”. E aí se nomeou Comissão de Regimento. Como é que vamos fazer o regimento? Aí foi gozadíssimo. Aí foi uma história esquisitíssima. Qual era o problema que tinha? Porque tinha um problema político. Aliás ontem eu vi uma entrevista do Fernando, teu amigo lá, nosso amigo...

J.N. – Fernando Lira?

N.J. – Fernando Lira. Eu ouvi na TV Câmara. Ele estava contando, tem umas histórias ali que não são bem verdades... Mas estava lá. Aí o Fernando Lira tinha brigado com o Sarney, era... Ele tinha sido Ministro da Justiça, então ele resolve, o Fernando, ir para... fazer uma oposição. E na época o Ulisses queria ser eleito presidente da Câmara porque, ele era presidente do PMDB, porque ele achava, e tinha razão, que se ele não fosse presidente da Câmara, só fosse presidente da constituinte, ele ia ficar com os pés quebrados porque não teria nenhuma estrutura, uma infraestrutura administrativa para dar suporte à constituinte porque dependeria do presidente da Câmara e do presidente do Senado. E aí tinha aquela regra da inelegibilidade, você não podia ser reeleito. E aí então surgiu a tese de que aquela regra só valia para cada legislatura, que na legislatura nova ele podia ser eleito presidente. O Lira se candidatou à vice, à presidente. Disputando para presidente da Câmara. E aí surge o seguinte: o Lira descobre, nos papelotes que tinham lá na Câmara, que o Ulisses tinha encomendado um estudo para...para... Como é que é? Assessoria do legislativo da Câmara sobre regimento interno. E o que é que a assessoria jurídica da Câmara fez? Pegou o regimento interno de 1946, fez uns ajustes. O regimento interno de 1946 é que tinha a grande comissão. Elegiam uma grande comissão, a grande comissão fazia o projeto, depois esse projeto era votado na constituinte. Ele pegou esse troço e começou a espalhar na campanha eleitoral dele para presidente da Câmara: “Vocês estão vendo o que o Ulisses está querendo fazer? O Ulisses está querendo criar os deputados de primeira categoria e as de segunda categoria. Os de primeira categoria vão ser os da grande comissão, que vai ser o clube do quórum ampliado”, porque havia aquele tal negócio de clube do quórum que o Pacheco Chaves que botou na boca no Ulisses tudo disso, essa história de quórum. Bom, e os outros deputados vão ser deputados de segunda categoria, não sei o que mais. Aí o que é que acontece? Esse negócio pegou que foi um [assopro]. O Lira teve lá 155 votos, uma coisa assim, mas o Ulisses ganhou a eleição. Mas qual foi a consequência disso? A consequência disso era o seguinte: ninguém queria saber de um regimento interno em

um modelo de 1946. E nós tínhamos dois modelos de fazer Constituição no Brasil: um modelo era o modelo de 1891 e o modelo de 1934, que era um projeto do Executivo enviado por um Executivo forte, e no caso o Executivo era fraco porque o projeto, a ideia do Tancredo era montar um projeto.

J.N. – A Comissão Arinos.

N.J. – ... que era a Comissão Arinos. Tinham feito a Comissão Arinos para mudar o projeto. Mas morrendo o Tancredo, o Sarney não tinha poder político para fazer isso. Aí o Sarney ...

J.N. – Mas ele também não queria porque ele...O Tancredo tinha nomeado os membros, os quinze membros. Aí o que o Sarney fez foi dizer que não era quinze, era quarenta, que é para ele nomear os outros vinte e cinco. Aí ele acabou Comissão. E quando ele percebeu...E como a Comissão... Eu acho que esse é o fator decisivo: como Afonso Arinos era parlamentarista e o Sarney era presidencialista, o Sarney quis logo dar um basta na comissão porque sabia que vinha uma proposta parlamentarista.

N.J. – Eu estava lembrando o seguinte também: que quando assumiu a constituinte a primeira reação do PMDB autêntico foi contra o projeto do governo porque era contra o Sarney. Então, digamos, somaram-se dois fatores. Esse fator eu não conhecia. Bom, aí... Bom, não dá para ser projeto. Número um. Dois: não pode ser modelo 1946, porque modelo de 1946 não teve projeto porque o presidente era o Linhares, presidente do Supremo. Aí eu dizia: “E agora?”. Aí, como eu tinha trabalhado com essa história de regimento, o Ulisses nomeia o Fernando Henrique (Cardoso) para relator do regimento com base naquelas norminhas que a gente tinha feito. E aí o Fernando Henrique me chamou para ser o auxiliar lá dele, o amanuense, na verdade eu era amanuense no caso. Aí as decisões políticas, o conteúdo, eu não participava. Eles decidiam, depois não sabiam escrever aquele negócio todo, transformar aquilo em um texto legal. Aí o que é que eu fiz? Disse: “Agora estamos com um problema. Não podemos usar o modelo de 1946 porque a Câmara não quer saber disso, em decorrência da campanha do Fernando Lira, e não temos um modelo outro porque não adianta. Porque o Sarney, o PMDB não vai aceitar um projeto feito pelo Sarney”. O Saulo Ramos se meteu no meio, piorou, porque essa hora tinha

muita gente reagindo...O Saulo na época era consultor da República, se eu não me engano. Ou era do Ministério da Justiça? Não, acho que era consultor da República.

C.P. – Era consultor geral da República.

N.J. – Acho que era consultor geral. Depois é que ele foi ministro da justiça.

C.P. – É.

N.J. – Bom, aí... Aí foi uma coisa maluca. Os apartamentos da Câmara têm uma sala grande. Eu disse: “Como é que a gente vai fazer?” Aí eu fiz o seguinte: eu peguei, fiz cálculo matemático. Está lá nos arquivos meus. Os cálculos matemáticos eram o seguinte: tem x personagens, então vamos tirar daqui a mesa, menos a mesa, menos os livres e menos os formadores de opinião, que são os caras que tinham cabeça. Aí vai sobrar y. Como é que a gente faz? Então eu peguei... O Senado tinha publicado nos livros, em uma capa meio marrom, capa escura, das constituições...

C.P. - Anteriores.

N.J. - ...ocidentais. Três volumes ou quatro volumes de constituições ocidentais. E um outro, em capa vermelha, que eram as constituições orientais, constituições comunistas então. Sabe o que é que eu fiz? Eu fiz o seguinte: peguei uma tesoura, um litro de *whisky*, e eu fumava cachimbo na época, e passei a noite recortando os nomes dos títulos e dos capítulos que tinham nessas constituições todas e fui botando no chão. O apartamento ainda estava vazio, a minha mulher não tinha vindo ainda, a família não tinha vindo, os móveis, não tinha móvel, não tinha nada. Tinham umas cadeiras só, a mesa. Aí fui botando as pilhas. Fui empilhando os nomes. Aí no final dessa brincadeira surgiu o seguinte: surgiu nomes que se repetiam em todas as constituições. Tudo que era constituição tinha um capítulo daquele troço. Aí eu chamei de “matérias absolutamente constitucionais”. [Risos]. Depois tu tinhas um nome que aparecia na maioria das constituições, não em todas.

T.R. – E era relativamente...

N.J. – E eram “relativamente constitucionais”. Depois tu tinha nomes que apareciam em algumas constituições. Eram “relativamente não constitucionais”. E depois tu tinha uns capítulos que só apareciam em uma. Tinha lá uma que tratava sobre o leite, que era Suíça, não sei o que e tal. E eu chamei então de “matérias idiossincrazicamente constitucionais”. Aí eu fiz o seguinte: em cima disto é que se criou, que se dividimos aquele negócio das comissões. Então eu fiz oito títulos das constituições e cada comissão com vinte e um... Cada comissão com três subcomissões compostas de vinte e um membros. Esses números aqui, ó, eram números que tinham como objetivo... É... Não foram inventados, era decorrente do cálculo da composição. Porque eu tinha que respeitar um conjunto de gente que não entrava nessa briga aqui, ó. Porque o que é que acontecia? Você ia entregar um papel em branco. Aí eu disse para o Fernando Henrique: “Jovem, eles vão receber um título. A função de vocês é fazer, escrever um capítulo sobre direitos fundamentais”. O que é que vai acontecer? Todo mundo vai querer botar tudo ali dentro. Porque era mais fácil você aprovar um texto constitucional do que aprovar uma lei. Porque para aprovar um texto constitucional precisava maioria absoluta em dois turnos, em um colégio só. Lei tu tinhas Câmara, Senado, veto e rejeição a veto. Tinha quatro momentos. Então era...Era muito mais fácil. Então aí o que é que aconteceu? Fizeram esse trabalho, foi aquela...Os trabalhos das subcomissões...Então aí eu me divertia muito porque tinha os professores de São Paulo que disseram que nós estávamos fazendo um modelo europeu... Que nada! Tudo foi inventado para tentar resolver um problema político que nós não tínhamos solução. Mas aí veio aquela racionalização. Sabe que jurista gosta de fazer racionalização. Ter alguém que pensou... Ninguém pensou coisa nenhuma. O troço era para resolver aquele rolo. Aí se dividiram esses vinte e um, cada conjunto de três de vinte e um, ficavam sessenta e três que viravam uma comissão, que era o título da constituição que nasceu desse troço aqui. Então era coisa de... Não tinha sujeito para o Fernando: “Olha, os direitos fundamentais do homem”. Aí a Rita Camata, as mulheres lá vieram reclamar, falar com ele e tal. E eu estava com o Eduardo Jorge, que era o... auxiliar do... Aí dizia a ele assim: “Olha, não é direitos fundamentais do homem, é direitos fundamentais do homem e da mulher”. Aí depois nós mudamos para direitos e garantias fundamentais para pegar todo mundo, para não falar em homem porque se falasse em homem ia dar confusão. Então não era direitos do homem, era direitos do homem porque se tinha, tinha que botar o da mulher. Aí nesse caso as coisas foram se ajustando. E foi indo, foi-se fazendo. E eu acabei, terminou esse troço todo aqui, terminou a elaboração do

regimento, deu uma brigalhada porque o projeto inicial que a gente fez de propósito foi o projeto do... a cópia do projeto da Constituição de 1946, uma confusão. E aí fizemos esse troço todo aqui.

C.P. – E a comissão de sistematização? Já estava pensada aí?

N.J. – Já estava pensada aqui pela seguinte forma: qual era o raciocínio que a gente tinha? Porque tinha...Eram oito, não é? Oito capítulos, oito títulos aí, não é?

C.P. – É.

N.J. – É, não é? Oito títulos na Constituição... Acho que eram oito sim. Bom, aí o que é que a gente fez? A ideia que estava na cabeça... A ideia que a gente tinha era essa. Aí diz o Fernando: “Isto aí vai ser uma colcha de retalhos”. Então... Ah, está aqui: título um, título dois... São oito, ó. Porque o nove é disposição transitória. Eram oito títulos. Tinham oito comissões. Porque cada comissão tinha que fazer o seu texto, a sua disposição transitória correspondente. Depois disso ele era consolidado lá com a gente. A ideia era a seguinte, ó: os sub-relatores, os relatores e os presidentes das comissões, depois de encerrado o trabalho deles, eles iriam para a comissão de sistematização. E lá na comissão estavam esperando os líderes partidários, aqueles que não tinham participado desse processo enfim. Eu não tinha participado. Eu fui membro, um troço assim. Mas eu estava lá, eu estava aguardando. Aí o que é que esses caras tinham que fazer? Eles tinham que juntar esse troço e evitar os erros, não é? Os problemas. Aí houve esse movimento, foi um movimento imenso. Aí a Câmara era uma loucura quando eu trabalhava nas subcomissões. Aí surgiu um problema. É que eu apresentava um texto. Texto x. Artigo tal. Eu precisava aprovar esse texto com onze votos, correto? Ou seja, com onze votos eu enfiava dentro do texto da subcomissão. Quando esse texto fosse para o relator da comissão, o relator da comissão fazia o seguinte, ó: ele pegava e fazia um texto único. Esse texto único era igual a cada um dos textos da sua comissão. Ele fazia uma espécie de consolidação que dava o título correspondente a esse troço que está aí. Bom, e ele tentava fazer os acertos. Então lá dentro estava o textinho meu que foi aprovado na comissão com onze votos. Aí a comissão votava, o que é que acontecia? O sistema era o seguinte, ó: Você... Aqui estão sessenta e três membros, tá?

J.M. - Um minutinho só para trocar a fita

[FIM DO ARQUIVO DIGITAL 1]

N.J. – Aí lembra-se então que esse artiguinho que caiu dentro da consolidação foi aprovado por onze votos. Aí o que é que acontecia? O texto consolidado do relator era sujeito a votação. Era votado. Era chamada votação inicial. Esse era o regimento interno normal. Você vota ressaltados os destaques. Então você oferecia, na época, naquele momento você tinha destaques aditivos, para acrescentar alguma coisa que não estava, destaques modificativos e substitutivos. Eu quero deixar para vocês claro que essa distinção entre modificativo e substitutivo era distinção tipicamente escolástica porque quando substancialmente fala: “Mexe na essência do texto, não sei o que”. E tal. Então é uma coisa que não tem grande valor. Porque na prática tudo... É uma coisa ou outra. E ainda tu tinhas destaque supressivo. Então ele juntava esse texto, aí para você conseguir ir para o trabalho inicial você fazia aquela votação, aprovava o texto ressaltados os destaques. Então significava o seguinte, ó: que aquele textinho dos onze que tinha sido aprovado, vamos admitir que alguém resolvesse suprimir. Então incidiam destaques supressivos sobre esses textinhos. Só que quando você vota, aquela votação inicial em que o presidente diz assim: “Vamos votar o texto básico, ressaltados os destaques”, significa que esse texto já foi aprovado e que para esse texto sair tem que ser aprovado o destaque supressivo. Logo o destaque supressivo, como era constituinte, maioria absoluta, o destaque supressivo tinha que ser aprovado por maioria absoluta e como eram sessenta e três membros, que divide por dois dá trinta e quantos?

C.P. – Trinta e três.

N.J.- Trinta e três. Tu tinhas que ter trinta e três votos. Se tu tivesses trinta, se o destaque fosse aprovado, fosse votado e tivesse trinta e um votos, o texto permanecia. Logo onze valia mais do que trinta e três.

J.M. – Verdade.

N.J. – Agora presta atenção nessa história, porque isso aí vai explicar muita coisa. Bom, depois que cada comissão fez o seu trabalho, aí vai para o Bernardo Cabral. Aí o Bernardo Cabral faz isso aqui: junta os oito capítulos e ainda tira de cada um dos oito capítulos um pedaço para as disposições transitórias. Porque ali junta tudo em um capítulo que é o nono. Aí quando chegou no Bernardo Cabral aconteceu o que a gente pensava. Ia dar o Frankenstein, porque juntava coelho com jaguatirica, com jararaca, tinha tudo ali dentro. E isso era, digamos, o que o Fernando Henrique dizia, que era o momento pedagógico da Constituição, que era o rolo. Ficava horrorizado. “Coisa horrível”. Aí então deu um espaço grande entre iniciar a Comissão de Sistematização e publicação do texto consolidado, porque lá não podia fazer nada, não podia suprimir nada, tinha era que juntar aquele troço todo. E aí deu quinhentos artigos, uma coisa assim. E aí então o Ulisses diz o seguinte, o Fernando Henrique diz pro Ulisses: “Olha...”. O Ulisses diz: “Olha, vamos deixar correr”. A imprensa bateu, aquela pauleira. Os juristas de plantão todos... Aqueles caras que estão aí toda hora, que são convidados para ir na televisão: “Ô...ô...”. Criaram um ambiente para a gente começar a trabalhar em cima. E aí o que é que acontecia? Eu tinha, tem lá nos meus arquivos, eu tinha, digamos, a radiografia. Eu sabia que esse artigo aqui, ó, esse aqui e esse aqui, quem era o pai da criança. E nós tínhamos porque tinha naquela época tinha o Serpa. O Serpa era um monstro. Os computadores eram umas coisas imensas. Era aquele negócio matricial e a gente tinha um texto que era uma espécie de referência, em que a gente tinha a origem, de quem era o autor daquele negócio ali. Aí na hora... Começa a Comissão de Sistematização. E aí o que é que acontece? Está lá o texto que o Nelson tinha posto, com onze votos. A Comissão de Sistematização eram oitenta e quatro, oitenta e cinco, uma coisa assim. Bom, de oitenta e quatro, maioria absoluta, dava quarenta e dois ... Oito mais oito, dezesseis ... Era quarenta e três. Uma coisa assim. Não me lembro se eram oitenta e quatro ou tinha mais. Mas vamos supor que seja. Aí o que é que acontecia? O Bernardo Cabral apresentou aquele texto, primeira votação: “vota-se ressaltados os destaques”. E lá tinha um outro destaque supressivo contra o textinho do Nelson, que tinha sido introduzido ali dentro. Aí o que é que acontece? Esse destaque, para tirar aquilo lá de dentro, precisava ter quarenta e três votos. Se tivesse quarenta e dois, ficava. Ou seja, onze era maior do que quarenta e dois. Aí veio todo o processo da Comissão de Sistematização. Mas há um detalhe político antes. Quando houve uma disputa da liderança do PMDB na Constituinte, isso em fevereiro, o Ulisses tinha ... Como o candidato do Ulisses para ser o líder do PMDB na Constituinte era o Luís Henrique da Silveira, que hoje é governador lá de Santa Catarina. E o Luís Henrique era

líder do PMDB na época, tinha sucedido o Pimenta. O Sarney não queria que o Luís Henrique se elegeisse porque o Luís Henrique ia fazer exatamente o que o Ulisses mandava. Então ... E aí o que é que acontece? O Mário Covas se candidata, se lança como candidato à liderança da Constituinte pelo PMDB. O Mário era turrão, sempre brigava com o Ulisses, tinha uma disputa forte com o Ulisses e com o Fernando Henrique e com o Serra, com os três. Era um homem extraordinário, mas era um homem duro, um homem de temperamento difícil. Aí o que é que acontece? Como o Sarney não queria que o Luís Henrique se elegeisse, o Sarney pegou e deu instruções aos “PMDbistas sarneístas”, que era o grupo do Sarney, para votar no Mário. E o líder, que era um cara extraordinário, o líder do governo era um médico, Santana. Lá da Bahia.

C.P. – Carlos Santana.

N.J. – Carlos Santana. Que era um cara extraordinário. Tinha uma cara de oficial da *Wehrmacht*.

C.P. – Isso mesmo. [Risos]

N.J. - Seríssimo. Inclusive uma filha dele trabalhou comigo depois. A Laura trabalhou comigo. Era um cara ótimo. Aí o Carlos Santana faz todo o jogo e joga os votos, digamos, os votos sarneístas para Covas e o Covas se elege com os votos do Sarney. Aí quando o Covas se elege com os votos do Sarney, começou aquela história: “Ah, o Covas foi eleito com os votos da direita, não sei o que”. Aí o que é que fez o Covas? O Covas entregou as sub-relatorias, as presidências, relatorias e presidências das comissões para a esquerda. Para tentar, digamos, mostrar que ele não tinha compromisso com o Sarney. Correto? Bom, ao mesmo tempo, eu tinha naquele troço que eu tinha escrito lá do Rio Grande do Sul, eu tinha trazido um negócio chamado a possibilidade de suspender atos do Executivo que a Constituinte entendesse lesiva dos seus interesses. Agora eu não me lembro como é que é o nome. Depois eu tenho até no regimento interno. Quem apresentou depois a emenda para votar esse troço foi aquele ... É ... Bom, não me lembro mais o nome dele. Baixinho, que era um espertalhão lá de Pernambuco. Lima. Bom, aí o que é que acontece? A Comissão de Sistematização ficou à esquerda do plenário porque toda a esquerda do PMDB tinha ido para lá, logo, como os relatores, os sub-

relatores, os relatores e os presidentes das comissões, esses três personagens, iam tudo para lá, aqui você tinha três vezes seis, dezoito, oito vezes três...vinte e um.

T.R. – Vinte e quatro.

N.J.- Tinha vinte e um sub-relatores.

C.P. – Vinte e quatro. Oito vezes três, vinte e quatro.

N.J. – É. Oito vezes três, vinte e quatro. É. Vinte e quatro e tu tinhas ainda os presidentes... E como eram oito, oito vezes dois, dezesseis. Você tinha dezesseis. Então tu tinhas quarenta membros, mais ou menos, que eram...

T.R. – Da esquerda.

N.J. – Gente da esquerda. Então a esquerda ... A Comissão de Sistematização ficou à esquerda do plenário. Aí votam o texto, aprovam esses textos todos e mantém o texto do Nelson, esse textinho aqui, ó. O que onze valiam mais do que quarenta e dois. Aí termina, chega no final do processo constituinte, aprova-se parlamentarismo, não sei o que e tal, reforma agrária... Aí no centrão vem a crise do regimento. Aí o centrão disse: “Calo a boca, não vamos votar mais nada”. Organizou-se o centrão, o Luís Roberto Pontes que era deputado do Rio Grande do Sul foi um dos ... Cara muito bom e que depois virou chefe da Casa Civil do ... Virou chefe da Casa Civil do Sarney ... O Luís Roberto Pontes, muito organizado, disse: “Olha”, aí vem a negociação, “nós não vamos aceitar isso”. Aí o que é que acontece? O regimento interno que o Fernando Henrique tinha feito e que eu fui o amanuense não permitia emenda substitutiva de títulos e capítulos. As emendas tinham que ser pontuais. Por quê? Porque a gente queria manter o texto. Porque agora tudo era pensado. E segundo: não existia no regimento interno da Constituinte o destaque para votar em separado, que era a grande marca. Aí abriu-se a confusão. O centrão exigia a possibilidade de emendas substitutivas de títulos e capítulos e exigia o DVS. O que é que era o DVS? Qual é a característica? Era o seguinte, ó: tu te lembrás que você tem o texto básico e aí você diz o seguinte: “Está aqui o texto do Nelson”, aquele dos onze. Então você, no sistema que estava vigendo até então, você votava o texto básico, o texto do Nelson

estava votado. Para tirar o texto do Nelson, tinha que ter maioria absoluta. Aí o destaque para votar em separado era o seguinte: você entrava com o destaque para votar em separado, e aí então o texto básico votado tinha essa formação aqui ó. E o texto do Nelson estava separado. Quando votava o texto básico, não votava o texto do Nelson. Aí depois, quando fosse votar o texto do Nelson, tinha que aprovar o texto do Nelson por maioria absoluta. Invertia o quórum. Percebeu?

J.M. – Uhum.

N.J. – Então o que é que acontecia? Esse texto aqui, ele tinha que ter maioria absoluta para voltar para dentro porque se não tivesse maioria absoluta, ele não tinha... No outro modelo, ele tinha que ter maioria absoluta para sair.

J.M. - Para ser retirado. É.

N.J. – Perceberam a lógica? Mudava tudo. Era uma guerra de poder brutal. Aí fizemos um acordo. Não teve jeito. Parou, aceitamos a reforma no regimento, incluiu-se as emendas substitutivas globais, chamadas globais, e com isso o DVS. Foi uma discussão grande porque o grande arauto desse troço era aquele gordo lá de São Paulo, de Santos, que tinha ... Chamavam de baleia. Gaston Henrique. Era um cara inteligente para burro. Um cara, digamos, atuante. Aí o que é que aconteceu depois? Surge o seguinte problema: o centrão fez oito emendas substitutivas e títulos. Substituiu tudo. Cada título tinha uma emenda substitutiva. E a negociação do centrão era, para dar um exemplo que eu me lembro claramente, nos direitos ... No título primeiro, tratados de direitos e garantias individuais ... Quando nós botamos o título primeiro como “direitos e garantias individuais”, que depois houve artigos de acadêmicos dizendo que aquilo era um privilegiamento e tal mostrando que a Constituição ... o grande problema da Constituição eram os garantidos. Não era nada disso. Era uma questão de voto. Porque a ideia foi minha: “Vamos botar na frente os títulos garantidos antes e aprovamos isso e com a aprovação dos títulos, nós prejudicamos as emendas do campo econômico. Porque aí a gente aprova algumas coisas já no primeiro capítulo, quando for votar no campo econômico, já que está prejudicada essa emenda, esse texto está prejudicado porque já foi aprovado um texto anterior”. E aqui era genérico, tudo era uma linguagem genérica. Era um guarda-chuva,

era uma *umbrella*. Então não adianta você identificar: “Esta pequena *umbrella* aqui está prejudicada por aquela *umbrella* grande”. O “*umbrellão*” de lá. Bom, aí surgiu-se a decisão política: “O que é que nós vamos fazer? O que é que o PMDB vai fazer agora? O PMDB vai fazer a guerra? Ou seja, vai tentar aprovar o texto da sistematização? Ou vai aprovar as emendas substitutivas?”. Além do mais eles pediram preferência para votar primeiro as emendas deles, o texto deles. Na hora dá confusão toda, aí a sugestão que se tinha, eu participei disso, foi que nós íamos aprovar as emendas substitutivas. E aí faziam a guerra, foi uma guerra. Tu pegava, por exemplo, a emenda substitutiva do título um do centrão e aqui estava o título um da Comissão de Sistematização. Então nós resolvemos fazer o seguinte: não vamos fazer uma guerra frontal, em vez de fazermos uma guerra frontal, porque não tínhamos condição de fazer uma guerra frontal. Por que? Porque eles tinham incluído todas as demandas individuais, os deputados. E tinha uma clássica, uma clássica, que é um exemplo que eu sempre dou, que eu me lembro até hoje: tinha um deputado do Paraná que era evangélico e era cantor, cantor de música evangélica ... É... Não vai vir o nome. Não me lembro o nome. Martin, uma coisa assim. Bom, esse deputado tinha também, além de ser cantor e evangélico, tinha também uma gravadora. E ele não queria que fossem reconhecidos os direitos autorais em músicas religiosas por causa da gravadora. Aí o que é que fez o centrão? O centrão na emenda dele botou o artigozinho dele lá, excluindo dos direitos autorais os direitos autorais sobre músicas religiosas, que era para atender esse cara. Martin... Depois eu vou ver o nome. Aí analisando esses textos todos nós dissemos o seguinte: não dá para brigar. Porque se nós brigarmos em todos, nós vamos perder. Vamos ter que fazer guerra de guerrilha. Eu fiquei encarregado de fazer o seguinte: o PMDB aprova o texto do centrão, mas ressalvados os destaques, evidentemente, e aí nós destacamos artigos da Comissão de Sistematização para incluir no texto do centrão. E aí então nós tínhamos emendas aditivas, que era trazer textos da Comissão de Sistematização para dentro do centrão, emendas supressivas a textos do centrão, DVS contra textos do centrão e emendas modificativas substitutivas.

C.P. – Nossa.

N.J. – Era tudo [inaudível]. E depois ... Eu fiz uma parede em que eu anotei todo o esquema ... Aí tinha que fazer mais matemática, era com cálculo de “se ...”, “então ...”. Aqueles símbolos, fazia uns símbolos assim, assim ...

C.P. – Ah, contém.

N.J. – Assim... Aqueles símbolos de... Tu conheces. Então tudo era simbolizado. Quem me enchia a paciência com isso, ele ria muito mas achava que funcionava, era o Artur da Távola e o Paulo Roberto. Paulo Roberto que dizia: “Tu é louco de fazer essas coisas”. Paulo Roberto não podia nem sonhar com esse tipo de coisa, o que ele queria era música. Bom, aí eu dizendo: “Vamos fazer guerra de guerrilha”. E aí o que é que acontece? Primeira sessão, o centrão nervosíssimo: “O que é que ia acontecer?”... Aí o PMDB “pum”. Aprova as emendas do centrão. Aí o que é que aconteceu? Com isso eles ...

T.R.- Relaxaram.

N.J. - ...relaxaram e nós começamos a brigar item por item. Aí as alianças... Por isso demorou esse tempão enorme a Constituinte, por causa dessas brigas pontuais. E aí conseguimos chegar ao final. E aí vem o outro fato curioso também que depois deu uma polêmica comigo, me chamaram de falsificador e o diabo. Aí terminou o texto, termina o primeiro turno. Termina o primeiro turno, está aqui o texto do primeiro turno. Bernardo Cabral faz a redação para o leitor. Aí no primeiro turno... Começa o segundo turno. No segundo turno, tecnicamente, você não pode fazer nada de novo. Você pode suprimir ou fazer emenda de redação, porque no segundo turno nada acontece. Sempre foi assim. Porque aí se notou que tinha problemas. Aí então se colocou... Houve emendas aditivas no segundo turno. Terminado o segundo turno, vem a Comissão de Redação, que era a visão do conjunto. Porque até então, como a lógica do PMDB era brigar por unidades atômicas, ou seja, tu tinhas isso aqui, ó: a e b e c e d e n ... Então, Constituição Federal. Mas acontece que nós não tínhamos uma visão dessa linha aqui, ó. A, digamos, a linha de verdade, a escala de verdade da lógica em um todo, nós não tínhamos. Só tínhamos a visão disso aqui, ó. Nós aprovávamos ... Isso aqui para nós era falso, isso aqui era verdadeiro, blá, blá, blá, blá, blá, blá. Então não tinha visão geral. Aí quando chegou a Comissão de Redação surgiu o problema: tinha coisa faltando, tinha negócio que estava errado... O Celso Cunha, professor Celso Cunha fez a parte linguística, a parte gramatical propriamente dita, que tinha problemas porque às vezes você faz a alteração gramatical, mas no final mexe no conteúdo.

Por causa do significado da palavra, que é ambígua. E aí também surgiu outra técnica que a gente usou muito aqui que eu administrava essa técnica, que era o seguinte: você, todos os dias de manhã você se reunia na casa do doutor Ulisses para discutir os textos. E aí você discutia o texto “a”. Aí o Ulisses perguntava para mim: “Mas esse texto a, como é que é a redação?”. Então eu oferecia ao Ulisses e ao partido, normalmente de três a quatro tipos de alternativas. Então as alternativas eram: a mais próxima, zero, ou seja, a mais ambígua e aquela que seria tecnicamente correta. E aí a gente calculava nesse espaço lógico, a gente calculava quantos votos tu tinhas. Então quanto mais ambíguo fosse o texto, mais votos você tinha. Então a ambiguidade era usada não como um erro ... Porque às vezes: ”Ah, é errado ter...”. Não, a ambiguidade era um instrumento político para você formar maioria, por quê? Porque você não tinha hegemonia. Não tinha hegemonia partidária, não tinha nada. Era tudo um bando de gente. Então aí o que é que acontece? Fizemos esse ... Chegamos na Comissão de Redação, aí na Comissão de Redação vamos fazer o seguinte: vamos ter que fazer acordos. E aí então aparecem textos novos na Comissão de Redação. Que aí foi ... Tu lembra que houve uma matéria no “O Globo” que eu fiz, falsifiquei não sei o quê? Nessa época eu já era líder do PMDB porque antes disso o Mário Covas tinha ido para o PSDB, já tinha sido organizado o PSDB. A redação ... E o PSDB foi organizado em cima de um texto que nós redigimos junto com o Pimenta da Veiga que tem aí ... Essas disposições transitórias são todas fotográficas, tem tudo ... Ali tem o interesse do cicrano, para resolver o assunto do beltrano, cicrano e tal. Bom, aí na Comissão de Redação nós incluímos artigos, modificamos artigos. Tem vários, nós temos uns quinze artigos que foram incluídos na Comissão de Redação e não foram votados no plenário no primeiro e no segundo turno. Aí então termina a Comissão de Redação... Tudo com acordo. Não houve nada de que eu tenha falsificado, ou que fulano tenha falsificado, não sei o que... Nada. Eram acordos dos líderes partidários. Quando não havia acordo unânime, não se fazia nada. Inclusive teve um problema... Vocês tem aqui um deputado, Paulo Ramos. Deputado estadual.

C.P. – Uhum. Do PDT.

N.J. – Era do PDT, na época era do PDT. E era ligado à brigada militar, à polícia militar. Ele era alguma coisa ligada à polícia militar.

J.M. – Ainda é. Defende bastante.

N.J. – E tinha um negócio ... Um texto que ninguém concordava, mas que tinha sido aprovado nos acordos políticos liderados pelo Paulo Ramos, que os líderes quiseram mexer na Comissão de Sistematização e o líder do PDT, que eram vários ... Um sujeito simpático, mas era grosso, era um ... Morreu já. Forte, cabeça grande ... Que era o líder do PDT na época, aí não concordou e manteve-se o tal texto, esse. Bom, aí surgiu o problema: aprovar a redação final. Para aprovar a redação final bastava a maioria simples. Aí o Ulisses tem uma ... Ele levanta, ele assina um acordo com o Carlos Santana. O Carlos Santana levantava uma questão de ordem sobre as modificações no segundo turno, Comissão de Redação, etc, eu respondia à questão de ordem e doutor Ulisses então decidiria a questão de ordem fazendo com que a redação final fosse votada por maioria absoluta em voto aberto. E não voto simbólico, voto nominal e não voto simbólico. Para limpar essas confusões todas. Aí no final o doutor então ... Aí não houve a questão de ordem, o doutor Ulisses resolveu ele. Fez um discurso, eu tenho inclusive aqui, eu tenho a montagem desse troço todo aqui. O doutor Ulisses diz: “Olha, estava em dúvida...”. Não afirmava que tinha sido acrescentado. Só dizia: “Tem gente suscitando dúvidas sobre o problema e tal. Então para resolver isso eu convoco a votação no final da redação, uma maioria como se fosse um terceiro turno para ratificar os atos dos constituintes, não sei o que...”. E aí a redação final foi votada por maioria absoluta. Então a rigor, “nós tivemos três turnos”. Porque esse era para limpar o problema, ou seja, ratificar ... Na verdade não havia sentido discutir isso porque tudo isso aqui era decisão interna, não é? Mas o fato é que com isso você compatibilizava com a emenda constitucional que convocou a Constituinte, que dizia que a Constituinte seria votada em dois turnos com maioria absoluta. A ratificação final por maioria absoluta resolveria as alterações que poderiam ser inquinadas de errado.

C.P.- Nelson, então a constituinte, pelo que eu estou entendendo, o senhor atuou o tempo todo nesse bastidor da feitura da Constituinte.

N.J. – É, na verdade ...

C.P.- Você apresentou alguma emenda ligada ao Judiciário ou não?

N.J. – Apresentei. Ligadas ao Judiciário.

C.P. – É?

N.J. – Ligadas ao Judiciário. A maior parte ligadas ao judiciário e ... Além dessas emendas que ... Na verdade a minha importância na Constituinte não era importância política. Era quando o doutor Ulisses reunia o pessoal do PMDB para decidir as posições do partido. Então, qual era o *full core*? Era ele lá, na Casa, na Câmara; o Mário Covas, que era o líder do partido; Fernando Henrique; Celso Furtado, que era Ministro; um grande amigo do Ulisses, o Renato Archer, que era Ministro também, da Previdência; o Rafael de Almeida Magalhães, também era Ministro; o Fernando Henrique, o Serra, o Richa ...

C.P. – Uhum. José Richa.

N.J. – O Nelson Carneiro... Ou seja, os PMDBistas históricos. Esse era o núcleo decisório. Eu na verdade, eu era uma espécie de ... Não é animador, eu era o instrumentalizador. Aí dizia assim: “Tal problema ...”. O Jobim vai explicar. Aí eu explicava o problema e tal. Dizia: “Olha, as alternativas são essas e essas ... Se nós optarmos pela alternativa ‘a’ é possível que a gente não consiga votos”. Aí o pessoal decidia. Eu ficava no banco de trás, vamos dizer assim. Estava atrás junto com o Brito, junto com o Ibsen. Nós éramos do segundo banco. Eu era do primeiro mandato, não é? Mas na verdade, quer dizer, o valor que eu tive ... Alguns atribuíam: “Não, foi um relator”. Eu não fui nada disso. Eu fui o amanuense, o cara que sabia escrever, aí eu instrumentalizava essas decisões todas. Agora, na questão do Judiciário, não. Na questão do Judiciário, por uma questão idiossincrásica minha, aí sim, era diferente. Aí eu participei dos entendimentos. Entendimentos que envolviam o Ministério Público, que tinham três personagens fundamentais. No Ministério Público nós tínhamos três ... Esta constituinte que era o ..., que era na época Secretário de Justiça do Quércio, que era o Fleury, que depois veio a ser Governador, que era do Ministério Público. Tinha um sujeito que nós chamávamos “a cabeça”, que era o ... Hoje ele está no Tribunal de Contas de São Paulo. Cláudio Alvarenga. Claudinho Alvarenga, que era o cara que pensava. Era o sujeito que formulava, o Fleury era o negociador político e depois você tinha o *panzer*. O *panzer*, a divisão *panzer* era do Araldo Dal Pozo, que era presidente da Associação Nacional, que aí era um craque. Mas era da divisão

panzer, era o “Von Hutstaat” do Ministério Público. Bom, aí ... Esse foi o grupo do Ministério Público. Apoiado nitidamente pelo Ibsen Pinheiro, que também era do Ministério Público dentro da Câmara. Bom, na questão do Judiciário propriamente dito, o presidente da AMB era um desembargador que depois veio a ser presidente do Tribunal de São Paulo, que era um intelectual, um cara muito boa gente, interessante e tal. É ... Mas acontecia o seguinte: na questão judiciária na constituinte tu tinhas problema. Tu tinhas o Ministério Público, tu tinhas a OABs... Tu tinhas a OAB, e na magistratura tu tinhas divisões. Tu não tinhas um representante da magistratura, tu tinhas a justiça estadual, que era representada pela AMB. A AMB, Associação dos Magistrados Brasileiros, que na verdade era da justiça estadual. O presidente do tribunal era o presidente do Tribunal de São Paulo ... Eu estou tentando lembrar o nome. Era o presidente do Tribunal de São Paulo, que foi presidente do Tribunal de São Paulo depois. Eu posso me lembrar, mas ... Eu estou tentando...

J.N.- Anota aí. Tem que ser entrevistado.

N.J. – Depois ele vem a ser presidente do Tribunal de São Paulo. Tinha a justiça estadual, depois tinha a justiça do trabalho, que era a Anamatra...Anamatra, não é?

C.P. – Anamatra.

N.J. - Depois tu tinhas a justiça federal que era a Ajufe, que depois o...

J.N. - Flávio.

N.J. - ...o Flávio foi presidente e depois você tinha ainda, a justiça militar. E ainda você tinha dentro desse conjunto, você tinha os juízes classistas da justiça do trabalho, que era uma outra instituição. Esse conjunto não se entendia em hipótese alguma. Porque a justiça estadual brigava com a federal, havia briga de competência ... O que é que ficou nítido nessa discussão toda no poder Judiciário? A discussão, basicamente, o único acordo que havia, não explícito, mas implícito, por causa das posições, é de que todos eles queriam tomar conta do poder judiciário.

[Risos]

N.J. – Entendeu? A discussão não era se tem que ser eficaz ... Quem é que manda nisso? E queriam que, digamos, a autonomia e a qualificação de poder fosse um poder que fosse usado por eles. Ou seja, os advogados negociavam com os juízes quais eram os poderes que eles tinham dentro do Judiciário. No MP a mesma coisa. Perceberam? Dito de outra forma: qual era o espaço do poder Judiciário que tinha que ser engolido por uma dessas categorias de profissionais. Daí a briga que deu com a história do Supremo. Porque o Supremo não ficou dentro das categorias, foi o único tribunal que ficou fora das categorias profissionais porque a indicação do Presidente aprovada pelo Senado, não tem lista, negócio de lista, lista sêxtupla, essa coisa toda. Porque as listas antigas eram feitas pelos ... E aqui é que surge a discussão do Conselho Nacional de Justiça.

J.N. - As listas antigas eram feitas...?

N.J. – Pelos Tribunais de Justiça.

J.N. - Tribunais de Justiça.

N.J. – Eram os Tribunais de Justiça que faziam a lista tríplice e mandavam para os governadores. O Tribunal Federal de Recursos era indicação do Presidente da República tal qual o Supremo, embora o Tribunal Federal de Recursos fosse o segundo grau da Justiça Federal. Quando surgiu ... Quando veio a Constituinte, eu vim com essa história também, convicto, da história da lista sêxtupla. Depois me arrependi. (Logo depois que foi aprovada a Constituição houve um congresso de advogados em Porto Alegre. E eu então pedi a um amigo meu, José Trindade, que era membro lá da OAB do Rio Grande do Sul, que hoje é Desembargador do quinto constitucional lá no Tribunal de Justiça, que apresentasse uma moção no Congresso para que os membros dos conselhos da ordem não pudessem integrar as listas sêxtuplas).

C.P. – [riso]

N.J. - Entendeu? Aí essa posição desapareceu. Não foi votada, não acharam, não sabiam onde foi parar, etc e tal. Aí a solução que eles deram foi ridícula, pede licença.

J.N. – É.

N.J. – Bom...

J.N. - E às vezes não dão licença para voltar, como no caso do Tércio Lins e Silva...

N.J. – Quer dizer, a constatação...

J.N. – Você soube do Tércio?

N.J. – Hã?

J.N. – Você soube do Tércio?

N.J. – O que?

J.N. – Do Tércio.

N.J. – O que é que houve?

J.N. – Porque o Tércio era conselheiro da OAB.

N.J. – Ah sim.

J.N. – E foi indicado para o CNJ. Pediu licença. Só que ele é da turma contrária ao César Brito. E quando acabou, ele foi voltar, e aí disseram que a licença, eles receberam como renúncia. E aí o Tércio teve que entrar na Justiça agora.

N.J. – Ah é?

J.N. – Entrou e ganhou. Entrou e ganhou.

N.J. – Bom, esse negócio da lista sêxtupla era, digamos ... Porque no início, a magistratura estadual não queria saber de lista. Por quê? Porque existiam nos tribunais ... Existiam os Tribunais de Justiça e os Tribunais de Alçada. Em todos os dois tinham quinto constitucional. E aí o que é que estava acontecendo? O que ... A OAB mandava por Alçada o cara do quinto constitucional. E aí esse cara do quinto constitucional era considerado na carreira e era promovido na vaga da carreira para o Tribunal de Justiça. Aí deu briga judicial, no Rio Grande do Sul também ... Aí o que é que acontecia? Os juízes não queriam que o pessoal do quinto constitucional de alçada fosse para a vaga de ...

J.N. – Justiça.

N.J. - ... de justiça. Tinha que ir para vaga ... Mas não tinha como fazer nada porque tinha deixado de ser advogado. Foi isso uma das causas da extinção do Tribunal de Alçada. O Tribunal de Alçada não se extinguiu não porque era conivente, porque era bom, porque era isso, porque era eficaz ... Havia na verdade um problema corporativo porque aí acabou com essa briga porque os juízes ficavam com seus quatro quintos. Bem, os acordos todos... O que se fez aqui foi um acordo que a gente fez ... Quem digamos presidia esse negócio, esse jogo era o Maurício Correia e eu, que fomos os dois que trabalhamos com esse povo todo. E aí ...

J.N. - Maurício Correia na qualidade de presidente da OAB.

N.J. - Ele era presidente e senador pelo DF. Bom, o Bernardo transferiu para isso: “Ah, vocês tomem conta desse assunto então...”.

J.N. = UDF “je quoi par”?

N.J. - Hã?

J.N. - UDF “je quoi par”.

N.J. - É. Pois é.

J.N. - Porque você falou UDF...

C.P. - Não, DF de Distrito Federal.

J.N. - Ah, eu pensei...

N.J. – O DF.

J.N. – Porque ele está vindo da França. Aí eu pensei que ele...

N.J.- Bom, aí o que é que aconteceu? Aí fizemos uma longa negociação que inclusive eu tenho lá no meu arquivo em documento que foi documento dos pontos em que a gente acertava e os pontos em que discordava. Então era ... Discorda do quinto constitucional ... E o Conselho de Justiça. O problema do ... Agora eu vou entrar no Conselho. O problema do Conselho de Justiça era isso aqui: Márcio Thomaz Bastos era o presidente do Conselho Nacional. Mas era paulista. E o presidente da Seccional paulista era o Marisa, Antônio Marisa, eu acho.

J.N. – Antônio Marisa. É.

N.J. – Antônio, que era contra o Conselho. Aí ... E por sua vez o PT, leia-se Plínio de Arruda Sampaio, tinha uma cabeça ... O Plínio era um cara ótimo. Tu não podias fazer acordo com o Plínio porque ele não tinha autoridade nenhuma no PT. Então era tudo: “Ah, vou consultar o PT”. O Plínio é aquele negócio de sonhos, representações populares ... Aí o PT tinha um modelo de Conselho de representação que era absolutamente inviável. Então o que é que aconteceu? A aliança política se deu entre a OAB paulista, o PT que queria um modelo ... Um modelo ...

C.P. – Mais aberto possível, não é?

N.J. – E toda a magistratura era contra. E aí derrotou-se o Conselho, que era uma emenda muito vagabundinha, inclusive, do Maurício. Uma coisa muito simples e tal. Tudo jogado para lei complementar. E aí eu defendi o Conselho fortemente né? Levei um pau horrível defendendo o Conselho e defendendo a extinção da justiça classista e da justiça do trabalho, que esses eram craques. Esses eram craques. Sabiam fazer. E depois tinha dentro dessa área ... Porque tinha uma coisa natural mas importante e que o Rio de Janeiro foi o maior responsável, que eram os cartórios. Porque tinha um sujeito que trabalhava com o Bernardo Cabral que era aqui de Petrópolis, morto, deputado federal por Petrópolis que era cartorário. Eu não sei se ele tinha registro de nomes ou se era de tabelionato. Acho que era registro de nomes. Para segurar ... Era o PFL ...

C.P. - Gente, Petrópolis eu só penso em Paulo Haus.

N.J. - Não, nem o Paulo, nem Ana Maria. É outro. Era um cara alto, loiro. Eu tenho o nome dele. Pegando a listagem ...

J.N. – Colagrossi não?

N.J.- Não, Colagrossi é São Paulo.

C.P.- Vê se no final não tem ...

N.J. – Não. Vendo por estados eu descubro. Que era o sujeito que batalhou inclusive para manter o negócio do cartório até o fim. E aí o pessoal cansou. Disse: “Deixa para o fulano lá”. Ele era um cara muito agradável, muito simpático, essa gente toda é craque, não é? Bom, aí não se aprova o Conselho Nacional de Justiça. Depois vem uma emenda, terminou a Constituição, etc e tal, começam as coisas ... Aí vem a emenda do Bicudo.

C.P. – Isso.

J.M – Perto de 1996 ...

N.J. – Que tinha um rio de coisa ... Na verdade o que foi aprovado no final não tem nada a ver com a emenda do Bicudo. A emenda do Bicudo era, digamos, a cama em que as brigas se deram. Aí o que é que fez o ... Aprovou-se na Câmara, finalmente, o Conselho Nacional de Justiça, com modelagem x. E eu trabalhei para aprovar o Conselho Nacional na Câmara.

C.P. – É. Por isso nós queríamos ... Aí a gente quer detalhes.

N.J. – Trabalhei na Câmara.

C.P. - É.

N.J. – Na Câmara não foi difícil. Na Câmara foi fácil. A aprovação não foi ... Eu não me lembro de dificuldades na Câmara. Eu conversei com vários ... Porque todos eram meus amigos ...

J.N. - Um projeto da Câmara mesmo. Do Senado não, não é?

C.P. – É. Como é que sai do Bicudo e vai até a Zulaiê?

N.J. – Não, porque a Zulaiê vira relatora.

T.R. – Isso. Ele propõe em 1992. Ele chega a ser votado na Câmara em 2000.

N.J. – É, mas não tem importância porque continuava, o projeto ...

T.R. - Eu sei, mas fica uns oito anos ...

N.J. - Ficou arquivado, ficou parado, ficou parado.

T.R. – E mudou muito?

J.M. – Houve várias relatorias. Jairo Carneiro era ...

N.J. – Quando eu comecei a ...

T.R. – Em 1998/1999 é que surge a emenda no projeto do Bicudo, do Conselho, e aí vota e é rapidinho.

N.J. – Isso. Aí entramos ... Eu entrei nessa história de apresentar a emenda a Zulaiê, mas a Zulaiê era também ... Porque ocorre o seguinte: relator de projeto na Câmara não pode ter ideias. Relator é o formador da vontade da maioria. E a Zulaiê não tinha nada disso, a Zulaiê tinha as ideias dela, não é? Ela queria brigar com todo mundo ... Esse Jairo Carneiro é que foi o último, não foi?

J.M. – Aqui consta o primeiro.

N.J. - Não, a Zulaiê foi a última.

J.M. – A última. Jairo, Aloísio e a Zulaiê.

N.J. – Aloísio ...?

J.M. - Aloísio Nunes Ferreira. Passou para ...

N.J. - Isso. Depois veio, veio ... Tá. Aí aprovou-se o Conselho. Não houve problema por que? Porque não acreditavam que o Conselho passasse do Senado.

J.N. – Mas como órgão externo ou como órgão interno?

N.J. – No começo como órgão externo. Aprovou-se o modelo que está, porque esse foi aprovado no Senado.

T.R. - É órgão interno ainda. Era subordinado ao Supremo.

C.P. – Mas já mudando bem o que o Bicudo queria. Porque o Bicudo compartilha com o Plínio ...

N.J. - Mudou tudo. É... Não tem nada a ver com o modelo do ...

C.P. - Não é? A ideia de um Conselho ...

N.J. - Não tinha nada a ver com o modelo do Bicudo.

C.P. - Como é que faz essa ... Como é que é essa mudança?

N.J. - Foi emenda. Foi emenda. Foram emendas que se votaram na Câmara. Ou seja, o PT foi vencido, na Câmara se aprovou. A minha intervenção grande foi ... Na Câmara eu estava lá. Em que ano foi isso aí?

T.R. – Em 2000 ele é aprovado na Câmara, mas se começa a discussão já desde 1998.

J.M. - 1998.

N.J. - 1998. É. 1998 eu saí. Não, eu saí de lá. Eu saí em 1994. Em 1994 ... 1995 eu já não estava mais. Eu não me candidatei a reeleição. Mas em um período todo eu ajudei, eu não estava dentro desse negócio, eu ajudei muito na votação na Câmara. Quando terminou a votação na Câmara e foi para o Senado, então apareceram os defeitos. Aí, felizmente, o relator foi ... Dois personagens importantes aí: um foi o presidente da Comissão de Justiça que era o Lobão, hoje Ministro, e o José Jorge. O José Jorge era um falso caipira. Ele se apresentava como um analfabeto, como burro: “Ah, eu não entendo nada disso”.

J.M. – Até hoje ele faz esse ...

N.J. – É. Ele sabe tudo.

J.M. - Ele é engenheiro.

N.J. – E tem o seguinte, ó: tu tinhas um texto da Câmara (eu era presidente do Supremo na época), tinha um texto da Câmara desse tamanho. Então eu dividi ... Nós conversamos com o José Jorge, mostramos ao José Jorge que esta parte aqui era uma parte controversa, que tinha lambança.

J.M. – Qual era a parte?

N.J. – É o que voltou.

J.M. – Ah tá.

N.J. – Agora, tem uma parte que não é controversa, que é essa que está aqui. Então o que é ele fez? Ele fez dois textos. Quando do relatório dele, ele apresentou dois textos: um texto que era, nada mais, nada menos, igual ao texto da Câmara dos deputados, para evitar o negócio de começar de novo, e um outro texto que era diferente do da Câmara dos deputados, que tinha introdução, emendas, ou seja, botou as emendas tudo aqui para dentro. Pegou o texto básico da Câmara dos deputados e alterou. Bom, aí quando surgiu o problema do Conselho, tu tinhas alguns problemas no texto do Conselho. Tinha negócio de 65 anos, 64 anos. Tu tinhas ...

T.R. - Tinha a questão da representação da Câmara e do Senado também.

N.J. – A representação da justiça do ... Da Câmara no Senado, tinha problema de não ter juiz do trabalho ... Aliás, trabalho não, militar, não sei o que mais. Aí eu disse para o José: “José, vamos fazer o seguinte: vamos aprovar o texto do Conselho como está. Porque senão não se cria esse Conselho nunca mais. Porque tu modificando esse texto, vai para a Câmara pela tramitação de emenda constitucional regimentalmente, vai para a Câmara como um novo projeto. Não termina mais isso. Então vamos fazer o seguinte: vamos aprovar o Conselho como está porque a gente aprova o Conselho, depois a gente instala esse Conselho, cria o Conselho, eu vou criar o Conselho como Presidente do Supremo, e aí depois a gente vai ajeitando. Vai corrigindo aqui, vai corrigindo acolá. Então aí aprovaram as emendas da idade, para corrigir o negócio da idade. Porque o Presidente...”.

J.N. - Já aprovaram?

N.J. - Já aprovaram na Câmara. Já aprovaram lá. Tem aquela história do Presidente do Supremo ser presidente do Conselho, mas o Presidente do Supremo pode ter menos de 65. Pode ter mais de 65, pode ser 68. E eu me aposento do Conselho fico mais dois anos Presidente do Supremo, não pode ser Presidente do Conselho ... Essas coisas ... Essas coisas a gente sabia que tinha equívocos, só que tu tinhas uma opção para fazer: ou vamos ser perfeccionistas e corrigir o texto, e ao corrigir o texto vamos abrir toda essa discussão de novo, ou vamos aproveitar a coisa como está, vamos aprovar ... E aí então o que é que aconteceu? A gente aprovou o Conselho como estava, aprovou a súmula vinculante como estava e aprovou a repercussão geral como estava. Sendo que essa questão da repercussão geral foi um trabalho que eu fiz como Ministro do Supremo junto da Câmara. Por quê? Tu tinhas ... Era uma questão de linguagem. Tu tinhas ... Sabe que a linguagem no processo legislativo é importante. A palavra é importante. O sentido da palavra, ela é emocionalmente, politicamente importante. Não seu conteúdo, seu significado ...

T.R. – Etimológico.

N.J. - ...semântico e tal. Lembra-se que no governo militar você tinha aquela...Como é o nome daquilo? É ...

J.N. – Decurso de prazo, não?

N.J. – Não. Na...

C.P.- No Conselho?

N.J. – Na Constituição de 1967 tu tinhas no Supremo ... Tu tinha o ... Que era a repercussão geral de hoje, mas tinha outro nome. Era ...

T.R. – Avocatória, não? Avocatória?

N.J.- Avocatória. Tu tinhas a avocatória. A repercussão geral ... Não, não era avocatória, era outro nome. Porque tinha a avocatória. A avocatória era outro negócio que a gente fez, depois eu vou contar para vocês, que aí é aquele ...

T.R.- ADPF.

N.J. – ADPF. Pensei ... Depois eu vou contar como é que surgiu a ADPF. É o ... Porque eu quero lembrar para você o seguinte, ó: a súmula vinculante, ela entrou ... ela entrou ... Ela entrou na reforma do Collor.

T.R. – Foi a emenda constitucional número 3 de 1993 que criou a ADC junto com o IPMF.

N.J. – Não, não. Não foi a ADC não. A ação declaratória de constitucionalidade surgiu na emenda ... na emenda do Collor da reforma tributária.

T.R. – É.

N.J. – Sabe como é que aconteceu isso? Aconteceu o seguinte: o Gilmar ... Aliás, o Roberto Campos tinha oferecido uma emenda constitucional, tava parada lá, sobre esse troço, sobre a súmula declaratória de constitucionalidade. E eu estava no Piauí em um Congresso eleitoral, era líder do governo o Roberto Freire. Roberto era o líder do governo do Collor ... Do Collor, não, do Itamar. Foi o Itamar. Aí ele me telefona e disse: “Olha, Nelson...”. Tinha havido aquele problema, você se lembra daquela história do etanol? Começaram a colocar etanol na gasolina. Aí começou a aparecer decisão judicial de tudo que era canto: “Bota etanol, não bota etanol, bota etanol, não bota etanol”. E aí usavam aquela ação civil pública para esse troço. Dava aquela confusão infernal. Aí eu então redijo, copio o texto, ajusto o texto do Gilmar, porque foi o Gilmar que tinha redigido e mando lá para o menino ...

J.N. – Roberto.

N.J. – ... para o Roberto Freire dois textos: a ação declaratória de constitucionalidade e a ação de interpretação do direito federal, da competência do STJ. Mas mandei esse como boi de piranha, sabendo que ia dar problema. Aí o relator da comissão era o Benito Gama.

J.N. – Da Bahia.

N.J. – Da Bahia. Que era uma comissão de direito tributário e que ninguém se deu conta que entrou um negócio que não tinha nada a ver com direito tributário no meio. A OAB não prestou atenção porque não presta atenção mesmo. Não está dando bola para aquilo. Eles acham que ... A OAB, lá dentro é uma coisa curiosa porque ela fica sempre fechada em si mesma. Nunca tinha ... Não tinha ninguém lá. Eu fui ... Aí entrou ... Quando foi para o Senado, o relator foi o Josaphat Marinho. Aí que a OAB se deu conta de que tinha sido aprovado aquele negócio. Aí o Josaphat queria tirar as duas. Aí surgiu a negociação política e ficou a ação declaratória de constitucionalidade e desaparece a outra. A súmula vinculante, a repercussão geral, cujo nome na Constituição de 1967 era outro. E foi esse nome que eu queria ver longe, porque aquilo era a repercussão geral das questões constitucionais discutidas. Quem inventou essa palavra foi o Moreira Alves. Porque quando surgiu na Câmara para votar isso, eu disse: “Moreira, inventa uma frase. Inventa uma palavra que a gente possa ... Que não pode ser ..., não era a advocatária”.

T.R.- Interesse ...

N.J. – Eu não me lembro agora. Depois a gente vê

J.N. - Vai ali fora, entra no computador, vê se acha.

N.J. - ... que era um nome morto, um nome que era criminoso porque tinha sido feito pelos militares. Aí se deu a repercussão geral, aprovamos esse texto no Senado, o Senado não mexeu nesse texto, e esse texto voltou para a Câmara com o meu projeto, que está lá agora sendo discutido e tal. Tem aqui problema de probidade, de competência, não sei o que. E aí se aprova o Conselho. Mas se põe, que já tinha vindo da Câmara, uma disposição transitória dando um prazo para os organismos mandarem os seus representantes. E aí surge o problema: todo mundo era contra o Conselho. Você lembra disso, não é? E aí então eu, como Presidente do Supremo,

faço uma resolução, que está aqui. Fizemos uma resolução, de 2005 isso, com base no artigo 180 para cumprir o artigo 183-b, e aí criamos o ... Modalizamos como é que ia ser a indicação dos nomes. Porque a emenda constitucional 45 tinha ... O parágrafo primeiro dizia o seguinte: que na hipótese da inobservância do prazo para as reivindicações dos nomes para compor o Conselho, compete ao Supremo Tribunal. E aí eu tentei negociar com a AMB, com os tribunais, etc, para indicação da composição do Conselho. Você lembra disso?

J.N. – Tem um artigo aí que foi feito especificamente, não teve?

N.J. – Teve. Depois foi ... Aquele negócio de currículo.

J.N. – Não, não.

N.J. – Era um negócio que não podia ser candidato à promoção, não é isso?

J.N. – Era do Pádua.

N.J. – Era do Pádua.

J.N. – Era parente, alguma coisa.

N.J. – Era parente, para evitar parente.

J.N. – Qual era? Tinha ...

N.J. – Declaração ... Olha aqui, ó. Era isso aqui, ó: “as indicações de nomes para integrar o Conselho deverão ser encaminhadas pelos órgãos de competência da presidência do Supremo, observado o prazo indicado no artigo tal, com os seguintes documentos: *curriculum vitae*, no qual deverá constar de modo detalhado a qualificação do indicado, declaração do indicado de que não é cônjuge ou parente em linha reta ou colateral até terceiro grau, inclusive, de qualquer dos integrantes do órgão responsável pela sua indicação”. Que era para evitar os parentescos

porque nós sabíamos que por aquela fórmula o Pádua Ribeiro ia ser o Corregedor. E aí a indicação dos juízes poderia ser porque é parente de ... Todo mundo era parente de todo mundo.

J.N. – Sim, mas como é que pegava o Pádua?

N.J. – Pegava o filho do Pádua. O filho do Pádua era do Tribunal Regional Federal.

J.N. – Ah tá.

N.J. – Entendeu?

T.R. – Mas aí só voltando ...

N.J. – Ah, e outra coisa ...

J.N. – Isso aqui é uma resolução do Supremo?

N.J. – Do Supremo.

J.N. – Então isso pode ser alterado facilmente ainda hoje.

N.J. - Tinha, mas depois foi para a lei. Depois foi para a lei.

J.N. – Não, você tem várias coisas aqui que estão mais do que a lei. Mais do que a lei.

N.J. – Aqui diz assim, ó: “O Conselho Nacional será presidido pelo presidente do Supremo em mandatos coincidentes”. Entrou e saiu. “Nas suas ausências e impedimentos o presidente será substituído pelo vice do Supremo Tribunal, fica estabelecido ...” Isso não foi aprovado, ficou fora.

J.N. – É. Então.

N.J. – “Fica estabelecido em 4 de abril de 2005 para instalação do Conselho e postos conselheiros e a indicação de seus membros para os órgãos competentes se realizar até 3 de março de 2005”, porque tinha que ser aprovado no Senado. “As indicações de nomes para integrar o Conselho deverão ser encaminhadas para os órgãos competentes, à Presidência do Supremo, observado o prazo indicado no artigo tal”. Aí vem essa declaração de que nunca sofreu ação criminal, se magistrado, declaração de que renuncia o direito de concorrer à promoção por merecimento ao ingresso a qualquer Tribunal Superior durante o mandato e até um ano após o mandato”. Nós criamos uma quarentena para evitar o ...

J.N. – Essa quarentena está em vigor?

N.J. – Está em vigor.

J.N. – Tá. E você fez uma diferenciada para os advogados.

N.J. – Depois fizemos uma para os advogados ...

J.N. – Quer dizer, está aí?

N.J. – Está aqui também.

J.N. – Está aí também? Três anos?

N.J. – Porque aqui é o Senado. Aqui é o Senado.

J.N. – Sim mas ...

N.J. - Espera um pouquinho que eu já vejo aqui. Calma. Está nervoso.

J.N. - Não.

N.J. - Aqui, acho que é essa aqui. Essa aqui já está ...

[FIM DO ARQUIVO DIGITAL 2]

N.J. – “ ... parente em linha reta ou colateral até terceiro grau, inclusive de magistrado, membro ou servidor pertencente a qualquer órgão judicial do Ministério Público deverá informar os nomes”. Aqui está sabendo, não impedia. Eu enviei ... Isso aqui foi redigido por nós e negociado com o... [Inaudível].

T.R. – o Busato?

N.J. – Com o Busato.

J.N. – E o Márcio também, não é?

N.J. – E com o Márcio também, que era Ministro da Justiça na época. E aí a gente conseguiu montar a tal estrutura do Conselho. Bom, aí ...

C.P. – Posso interromper um minuto?

J.N. – Já está gravando?

J.M. – Já está.

C.P. – Eu tenho uma questão, assim: a emenda do Bicudo surge em 1992. Ali no governo Itamar, não é?

T.R. – No final do Collor...

C.P. – Governo Itamar ... Vem o governo do Fernando Henrique com todas as propostas de reformas constitucionais principalmente isso. O senhor quando já fora da Câmara e atual Ministro. Aí o senhor vai para o Supremo. Nesse meio tempo ...

J.N. – Mas no Fernando Henrique não tinha nenhuma proposta para o Conselho.

C.P. – Isso que é a questão...

N.J. – Espera um pouquinho. Deixa eu explicar uma coisa. Só um pouquinho.

C.P. - Porque ali está o Bicudo, não é? Ou seja, com uma proposta de Conselho bastante diferente do que vai acontecer e que vai sair em 1999 que vai para o Senado.

N.J. – Na verdade o Bicudo não tinha força nenhuma lá, não é?

C.P.- É.

N.J. – Acontece o seguinte ...

C.P.- Na verdade eu queria que o senhor traçasse um pouco como foi esse processo de 1992 a 1999.

N.J. – Bom, eu vou te dizer o seguinte: o Bicudo apresentou o projeto.

C.P.- Isso.

N.J. – Mas foi um projeto voluntarista. Não teve nenhuma negociação.

C.P. – Isso. Isso ele deixa claro na entrevista dele também.

N.J. – Não teve negociação e tal. A única coisa que ... isso foi em 1995. Aí ... Ah, bom ... Aí veio 1993.

C.P. – Isso.

N.J. – A revisão constitucional. Aí na revisão constitucional eu redesenhei o Conselho.

C.P. – Hum.

N.J. – Naqueles textos da revisão constitucional.

T.R – Nas emendas de revisão não saiu nenhuma sobre o Judiciário.

N.J. – Tem, tem sim. Não, não foi aprovada. Mas tem o texto ... O que importa é o seguinte, ó: em 1995, quando veio em 1993 a revisão constitucional, o ... Vamos deixar claro uma coisa que envolve o Plano Real: o Itamar era contra revisão constitucional. O Pedro Simon era contra a revisão constitucional, que era líder do Senado, e o Roberto Freire também. Todo mundo era contra a revisão constitucional. Ninguém queria saber da revisão constitucional. Mas tinha que fazer porque tinha que ... Estava lá estabelecido. Então eu acabei sendo designado o relator. Então qual foi a decisão política que nós tomamos, que eu tomei na época, independentemente de partido ou coisa parecida? Era o seguinte: não vai ser aprovado quase nada. Vai ser aprovado coisas, digamos, marginais. Então a minha ideia era fazer mais radical possível, ou seja, chamei um bando de gente lá para me ajudar, entre eles o vice-governador de São Paulo hoje, o Goldman, o menino de Pernambuco, o Krause e redigi textos que eram no teto. Porque ocorre o seguinte, ó: normalmente o relator produz um texto que vai do teto, depois quando sai a votação o autor ou relator fica aqui embaixo. Se tu fizer aqui, tu diminui cada vez mais. Não pula mais para baixo. Então a tendência é que vá para cima. E aqui nesse momento de 1993 foi o momento da gritaria, ou seja, eu consegui fazer, eu aprendi com o doutor Ulisses o seguinte. Doutor Ulisses usava uma frase muito interessante, diz que: “O tempo não perdoa o que a gente faz sem ele”. E aí dizia ele assim, ele copiou os autores antigos dizendo assim: “E você tem que respeitar no processo legislativo ... O tempo mais importante no processo legislativo é o tempo da catarse, é o tempo do filho da puta, sem vergonha, ladrão, aquela gritaria, aquela coisa ... Se tu não passar por esse momento tu não vais conseguir votar nada. Primeiro tu tens que deixar passar esse tempo da gritaria, do desaforo, para depois tu conseguir aprovar alguma coisa”. Então o que é que eu aproveitei? Em 1993 ...

J.N. – Isso é bom para marido e mulher, não é?

.J. – Eu não tenho essa experiência. [Risos]

N.J. – Mas acontece o seguinte, ó: em 1993 nós colocamos ... Eu tinha esquecido esse troço. Em 1993 a emenda constitucional que eu tinha feito do judiciário e que me ajudou no caso, nesse momento o Gilmar era o meu assessor na parte do judiciário, essa emenda do judiciário, da reforma econômica, da reforma política, da ... Enfim, eu radicalizei tudo. E apanhei para tudo que é lado, sindicato, reforma agrária, não sei o que mais. Quando eu assumi em 1995 no Ministério da Justiça, o Fernando Henrique me designou para ser o gestor da reforma constitucional. E aí então foi posto em uma mesa do governo: “Como é que nós vamos fazer?”. Aí o Fernando diz: “Olha aqui, não dá para a gente tentar fazer tudo. Então vamos começar com a reforma econômica. Essa que nós precisamos fazer”. Que era o rompimento com o modelo de 1988, que era aquele negócio da privatização ... Aí então o que é que aconteceu? As emendas da reforma econômica foram redigidas por mim, o Ministro da Justiça, que nada mais eram do que a atualização do que eu tinha feito em 1993. Mas a catarse já tinha acontecido. Então não foi um negócio enlouquecido. O problema que houve em 1991 e 1993, houve um momento importante que foi a pré-história do Plano Real. O Fernando Henrique ... Eu estava em procura, ele era Ministro da fazenda, e eu era relator na revisão constitucional. E eles, pelas contas econômicas lá do Bacha etc e tal, e principalmente daquele irmão do Veloso, do José Veloso, sabe quem é?

J.N. – Sei.

N.J. – Faz conta. Faz conta até hoje. Bom, tinha que aprovar o fundo social de emergência. E o fundo social de emergência foi aprovado em 1993 na revisão constitucional contra o governo. Porque eu estava no plenário lá, fui relatando, e recebo um aviso que diz: “Olha, o senador Fernando Henrique, o Ministro Fernando Henrique está pedindo ...”, que era Ministro da Fazenda, “...está pedindo que o senhor vá correndo na sala, na liderança do PMDB”. Eu chego na liderança do PMDB estava o Sarney, o Mauro Benevides, que era o líder, e o doutor Pedro Simon ... Todo mundo. E estava também lá o Gilberto Miranda. Bem, aí qual era o problema? O problema do fundo social de emergência era que o PMDB não queria aprovar e que o Sarney tinha um trabalho feito pelo Saulo Ramos para justificar porque que não podia aprovar. O Pedro Simon, líder do governo, sentado de braço cruzado, o que mostrava que o Itamar não queria

aprovar. Aí eu participei da discussão, digamos, técnica, meramente técnica para mostrar e demonstrei lá para todo mundo que o negócio do Sarney estava errado. Não tinha nenhum sentido e que o tal fundo social de emergência tinha que ser aprovado. Aí nós aprovamos em 1993 a base do Plano Real contra o governo. Porque estava na sala o Clóvis Carvalho, o Bacha ... Eu acho que os outros ... Eu não me lembro mais de nenhum economista daqueles do grupo deles lá. Aí se aprovou o fundo social ... Era fundo social de emergência, depois foi mudando de nome, mas no início eu acho que era fundo social de emergência. O primeiro nome era fundo social de emergência.

C.P. – Não, teve o fundo social de emergência e teve o IPMF ...

N.J. – Isso é outra história. Mas tem outro fundo ... O fundo depois mudou de nome.

C.P. - Pode ser.

T.R. - É. Fundo social de emergência em 1994. É isso mesmo.

N.J. – Depois mudou de nome. Aí vem outra emenda com outro nome e tal. Porque aí começou os Estados a querer se envolver nesse troço. Porque isso era uma desvinculação.

T.R. - Foi a primeira emenda de revisão.

N.J. – É, primeira emenda de revisão. Foi votada em seguida. Que era a base do Plano Real. Isso foi em junho. Bom, aí em 1995 eu fiz as emendas todas e aí a decisão do Fernando Henrique era não mexer no poder judiciário, não mexer em nada mais que não fosse essa área econômica e financeira.

T.R.- Naquele momento então o Presidente, que era o Fernando Henrique, ele não entende que a crise do judiciário... era pauta nacional, não é?

N.J. – Ele achava que o judiciário ... Ele entendia que era pauta, mas nas prioridades...

J.N. – Questão tática.

N.J. – Hã?

J.N. – Uma questão tática.

N.J. – Uma questão tática. Não era ...

T.R. – Não tinha acordo suficiente ainda, não é?

J.N. – Tinha outras prioridades.

N.J. – Tinham prioridades maiores que eram a área econômica. Aí começou ... Veio a emenda da mineração, da comunicação, que deu origem àquela abertura toda e que deu aquelas consolidações do Plano Real. Porque tudo vinculava a, digamos, a ações que estavam na base do que eles haviam feito com o Plano Real. É ... dentro dessa ... Já que nós estamos falando, eu vou só abrir um parêntesis para contar uma história também, sobre o negócio da medida provisória ... Vocês se lembram que quando entrou em vigor a Constituição de 1988, mudou tudo. Tinha que mudar a estrutura do governo. Então o Sarney mandou uma medida provisória para alterar os ministérios e tal, para ajustar um pouco a figura do governo e a Constituição. Isso foi enviado logo depois de em vigor a Constituição e aí não se votou em trinta dias o texto. E o Sarney manda de novo, faz a reedição, da medida provisória. E aí o Nelson Carneiro era presidente do Senado diz: “E agora? O que é que é isso?”. Aí o Nelson Carneiro me chama, chama um grupo e nomeia uma comissão presidida pelo Afonso Arinos em que ele participava dessa comissão, ele às vezes finge que esqueceu o Plínio de Arruda Sampaio. E está nessa Comissão o Maurício Correia ... E aí nessa Comissão eu fui o relator. Eu fui o relator na parte final. E aí então nós aprovamos. O senado, a Câmara era do Congresso, aprovou a reedição da medida provisória. Fomos nós que aprovamos a reedição da medida provisória. Bom, aí termina ... Nisto foi terminando o governo Sarney, vem o governo Collor. E vem a Medida Provisória do Plano Collor que o PMDB converte no vigésimo nono dia, no vigésimo sétimo dia, no plano econômico do Collor, que não deu certo. Quando não deu certo o plano econômico do Collor, houve uma reunião do partido e aí se sugere que: “Não vamos mais

converter medida provisória de plano econômico. Vamos deixar o ônus disso para o governo”. Porque nós tínhamos referendado aquilo. E aí então surgiu a posição do PMDB de não aprovar a medida provisória e sempre fazer com que o governo a reedite. Isto se transferiu, esse hábito se transferiu do Sarney depois para o Collor ... Aliás, começou mais com o Collor, depois se transmitiu isso para o Itamar e se transmitiu isso para o Fernando Henrique. Não se aprovava medida provisória que criasse problema. De natureza econômica não se aprovava, deixava reeditar. E aí o que é que aconteceu? Começou o negócio da barganha. Porque nós, os partidos queríamos ficar com o poder de eventualmente rejeitar a medida provisória. E aí tinha uma barganha sobre o governo. Então o que é que acontecia? Em cada reedição da medida provisória, mudava-se na reedição ou então se introduzia alguma coisa que era a negociação feita com o partido para o partido não rejeitar a medida provisória. Depois os caras vieram conversar, não sei o que ... Que nada, tudo foi uma montagem. O PMDB não queria votar, por exemplo, a medida provisória do salário mínimo. Porque nós queríamos votar ... Tinha o negócio dos cem dólares, se lembra do negócio dos cem dólares?

T.R. – Uhum.

N.J. – Então todo mundo dizia que tinha que ser com o negócio dos cem dólares, mas não podia ser com os cem dólares. A gente sabia que não podia ser com os cem dólares. Então o que é que acontecia? O governo editava uma medida provisória e ia reeditando. Reeditando. Aí ele fazia doze reedições. Aí chegava na décima terceira, já chegou abril, já chegou primeiro de maio. Aí vinha a décima terceira com outro valor. Então era uma nova medida provisória mas tinha que continuar reeditando essa aqui porque senão essa aqui perdia o efeito desde então. Aí teve uma complicação infernal. Tu tinhas que montar uma ... Aí o Gilmar, que estava lá na Casa Civil, montou lá uma espécie de fórmula de controlar a reedição de medida provisória, que foi o Gilmar que inventou depois, para resolver esse problema, os números: 12.1, 12.2, 12.3, botou ponto. Porque hoje você vê o projeto tu põe ponto três, ponto quatro, ponto cinco, para a gente saber que diz respeito porque ...

T.R. – Porque antigamente ela mudava de número.

N.J. – Trocava de número. Porque era uma complicação depois para tu saber se a medida provisória 143 dizia respeito à 23 ...

T.R. – A própria medida provisória do Plano Real começa assim. Ela começa com um número, ela muda de número, depois é que ela começa na sequência.

N.J. – É que foi quando se inventou o tal do ponto um, que foi coisa do Gilmar. E a forma da condução ... Quando o menino, o menino ... o Fogaça foi relator da emenda constitucional sobre a medida provisória, se vocês olharem aquilo, aquilo é uma fotografia. Ali estão todas as experiências que aconteceram e erros fundamentais. E o erro fundamental da medida provisória que foi advertido, eu disse inclusive na época ao Fogaça, mas eles não citavam, era o bloqueio da pauta. Eu disse: “Vocês estão se matando”. Porque no momento em que a medida provisória não for votada, bloquear a pauta ...” Porque acontecia o seguinte: o texto antigo dizia que bloqueava a pauta. Só que quando houve o primeiro fato do bloqueio da pauta, há uma reunião no Senado ... Por exemplo, porque a medida provisória era votada pelo Congresso Nacional, não era votada pelas casas separadas, como no modelo de 1988. Aí o presidente do Senado, que era o presidente do Congresso era aquele lá da Paraíba, o ... Sabe quem é?

J.N. - Sei. O Mombaça, não.

N.J. - Não, não, não. Esse é o presidente da Câmara. Era o ... O ...

J.N.- O Bonavides?

N.J. – Não, não era o Mauro, não. Era outro. Bom, aí há uma reunião, aí nós decidimos ... Ah, foi com o Nelson Carneiro a coisa. Nós decidimos o seguinte, ó: bloqueia a pauta da sessão originária e não bloqueia a pauta da sessão extraordinária. Então acontecia o seguinte: a gente convocava a sessão ordinária às duas e meia, encerrava a sessão ordinária às duas e quarenta e cinco, abria a sessão extraordinária e continuava a votação da pauta. Aí depois, com o Fogaça é que bloqueia a pauta para o papel. Aí eles se assustaram. Porque aí o Congresso ficou na mão do Executivo. Porque aí o Executivo não queria deixar que o Congresso votasse alguma coisa adiante, ele impedia a votação da medida provisória aqui.

J.N. – Voltando ao Conselho Nacional.

N.J. – Bom, o Conselho Nacional ... O que é que acontece?

T.R. – Só um minutinho no Conselho. Quando o José Jorge, ele fica sendo o relator lá no Senado, o senhor ajuda um pouco na redação do ...

N.J. – Ajudo, ajudo. Eu ia me reunir na casa dele quase uma vez por semana. E o Gilmar ia lá também. E aí a gente fazia os textos todos, fazia assim, fazia assado e aonde surgiu a solução, que foi dada por mim, que era de dividir em dois pedaços. E aí trabalhamos na redação, mudança de redação, etc, para evitar o retorno. Então eu participei ... Aí surgiu um problema, problema também sério: é que quando surge o negócio do Conselho Nacional de Justiça e estava o Conselho e a súmula vinculante, o Conselho nem tanto, mas a súmula vinculante e a repercussão geral ...

J.N. – Você conseguiu o nome?

N.J. - ... esses dois aqui, ó, eram Ministro da Justiça ...

J.N. – O nome de ...

N.J. – O Marcio Tomaz Bastos.

J.N. – Não, de como dava a repercussão geral. Antes.

J.M. – Isso aqui dos autos que tinha.

T.R. – Esse é o regimento interno do Supremo.

N.J. – Antigo?

J.N. – 1967?

N.J. – Não.

J.M – Esse é o de 1970 ...

N.J. – Não, não tem que olhar o Conselho de 1969.

J.M. – Esse está aqui.

N.J. – Tem?

J.M.- Aqui atrás.

N.J. – Compete ao Tribunal ... Competência do Supremo. Isso aqui é da Constituição de 1967?

J.M. – Isso.

[Silêncio]

N.J. – Não estou achando esse troço.

J.N. – Deixa que a gente procura e depois te manda para você confirmar.

[Silêncio]

T.R. – Aqui tem reclamação, mas eu acho que não é porque já tem.

N.J. – Não, não. Reclamação, não.

J.N. – Não é este. Da interpretação divergente?

N.J. – Não, tem outra expressão.

[Silêncio]

N.J. – Bom ...

C.P. – Eu queria voltar e reiterar meu ponto. Meu ponto é seguinte: ainda que o governo Fernando Henrique não coloque o tema da reforma do judiciário como um tema prioritário, isso é tramitado ... Tem a sua tramitação ...

N.J. – lateral .. Mas sem, sem, ...

C.P. – Como é que ...?

N.J. – Frouxo.

J.N. – Como é que entra na pauta?

C.P. – Mas é totalmente frouxo, é isso? E como entra na pauta? É isso mesmo.

N.J. – A decisão foi interna lá. Foi coisa de pressão de advogados ... Mas não foi uma decisão do governo, nem do Ministro da Justiça porque eu estava fora disso. Isso aí ... Eu fiquei no Ministério da Justiça de 1995 a 1997. É ... Tentei empurrar um pouco. E aí ...

J.N. – Eu tenho uma tese.

N.J. – Com o Bicudo eu fiz um negócio sobre o problema do direito penal militar. A definição de crime militar, que aprovei lá uma alteração. Foi um rolo infernal. E que dá a tal lei do Bicudo, que dá o Tribunal do Juri... mais a Polícia Militar, não o Exército, não as Forças Armadas. O que tu ia dizer?

J.N. – A minha tese é de que quando o Márcio assume, o Márcio cria a Secretaria de Reforma...

N.J. – Do Judiciário.

J.N. – Do Judiciário. O projeto de emenda estava parado na mão de José Jorge. Você assume o Supremo. E aí vocês fizeram um acordo para colocar o assunto em pauta.

N.J. – Só ... Tá. Mas o problema ...

J.N. – E eu me lembro do primeiro encontro que o Márcio disse: “Eu não vou lá no Supremo”. E você disse: “Eu vou no Ministério da Justiça”. E você foi lá.

N.J. – Aí começou o entendimento. Só que tinha uma diferença básica: o Márcio era contra a súmula vinculante e a repercussão geral, que é o negócio da OAB.

J.N. – Por causa da Receita e do INSS.

N.J. – É. Mas também não é nada ... O problema era da OAB.

T.R. – É da OAB. A OAB sempre foi contra. Ela achava que ia engessar o Poder Judiciário.

N.J. – O compromisso histórico dele era com a OAB. A posição dele era um negócio, como é que ele ia se explicar perante a OAB. Ele dizia para mim: “Não tenho condições mais de pular esse troço e tal”. Eu digo: “Não, deixa que...”. O Conselho não tinha problema.

J.N. – Aí houve uma divisão de tarefas e de pauladas entre você e Márcio ...

N.J. – Ia ... Aí nós brigamos ... Tudo acertado.

J.N. – Tudo acertado.

N.J. – Tudo combinado.

J.N. – Você, Márcio e José Jorge.

N.J. – Eu atacava o Márcio, ele me atacava em relação à súmula vinculante para ele conservar ... Porque eu ficava sozinho porque contra a súmula vinculante e contra a repercussão geral estava a OAB e toda a magistratura de segundo grau. Toda a magistratura era contra isso porque ...

T.R. – De primeiro grau também, não é?

N.J. – De primeiro grau também, mais a AMB e tal. Tudo porque ... Isso eles chamavam de centralização do poder, do Supremo ...

T.R. – Eles entendiam engessar o juiz de primeira instância...

J.N. – Era antidemocrático.

N.J. – Era antidemocrático ... Eles descobriram lá o, Pertence que ficou em uma posição muito dúbia. Descobriu lá um discurso do Rui Barbosa sobre a interpretação da lei em relação à repercussão geral, aí quem usou muito foi esse cara, aquele pai do Tércio, o tio do Tércio ...

J.N. – Evandro?

N.J. – Evandro. Foi lá fazer o discurso e tal. Mas eu fiz o trabalho que eu sabia fazer que não era só fazer o discurso, era ... Aí eu conversei com tudo que era senador e convenci o Mercadante.

J.N. - Aí é da primeira vez ...

N.J. – Que era o líder do PT.

J.N.- Então. É a primeira vez que um presidente do Supremo passa a ser o articulador de Congresso.

N.J. – Isso. Eu fiz toda a articulação ... Também já tinha feito negócio de ... Ainda quando ...

J.N. – Ainda como presidente do Supremo.

N.J. – Eu fiz negociação salarial, aquelas coisas todas.

J.N. – Não, mas aí é uma coisa ... É nesse momento que, eu acho, que se cria um *cockpit* da reforma que é José Jorge, você e Márcio ...

N.J. – É, isso. Os três.

J.N. - ...e você passa a ter um ativismo congressional ...

N.J. – Muito forte. Fortíssimo. Fortíssimo.

J.N. - ... que não existia antes de então.

N.J. – Ativismo, por exemplo ...

J.N. - De negociar com deputado ...

N.J. – De negociar com deputados e com senadores e tal. Iam jantar na minha casa ...

J.N. – E com o José Jorge e tudo.

N.J. – E com o José Jorge que era o personagem. O José Jorge fazia ... O acordo, digamos, com o Márcio era: “Márcio, eu não posso. Nesse núcleo aqui eu não entro. Mas eu entro no Conselho”. Então o Márcio tinha uma posição: aqui estava eu e Márcio juntos, o Supremo ... Quer dizer, o Supremo não. Estava o Márcio e o Nelson e eu, presidente do Supremo. Estava contra. O Maurício Correia, Marco Aurélio, o Pertence meio em cima do muro, o Veloso

contra. Ou seja, todos os Ministros do Supremo de origem na magistratura eram contra. Veloso,
...

T.R. – Agora, todos os que saíram também, não é? Foi o que ajudou depois, não é?

N.J. - É, mas na verdade naquela época ... Já tinha sido votado antes já. Eu me lembro porque eu patrulhei todos lá

J.N. – Eu colocaria ...

N.J. – Porque ficavam ... Eles faziam a declaração no jornal e ficava só nisso.

J.N. – Nelson, uma vez o Márcio diz: “Olha, eu não posso me meter com a OAB. Isto é o Jobim. Também não posso me meter com a Receita porque eu faço parte do governo”.

N.J. – Perfeito.

J.N. - Então dividiam-se as tarefas.

N.J. – É. Eu então ... Aí eu convenci ... Na verdade, na verdade, no final o Lula se convenceu. O Lula se convenceu disto aqui, dessas duas coisas, e se convenceu do Conselho. O Conselho já era ...

C.P. – As três coisas já estão vindo do projeto da Câmara?

N.J. – Do projeto da Câmara. Que já estavam prontos.

J.N. – Que estava parado.

N.J. – Não, está andando.

J.N. – Mas estava politicamente parado.

C.P. – Então como é que ele andou? Como é que ele ...?

N.J. – Depois...

C.P. – Antes disso, na Câmara, essa ... Na verdade eu entendo e concordo com a sua tese no Senado e no final do processo. Mas a coisa assim: em 1992 é uma coisa que não ... Isso daqui é outra coisa e isso daqui nem estava pensado.

N.J. – Não existiu. Entrou depois.

C.P. - Quem no final que fez o lobby para essas coisas entrarem?

N.J. – Eu fiz. Isso eu fiz.

J.N. – Vai para o Senado.

N.J.- Não, não. Antes.

C.P. – Na Câmara. Na Câmara. No Senado não muda, não é?

T.R. – Não, mas na Câmara você tem o Genuíno que era a favor do Conselho, que ele faz essas sustentações ...

N.J. – Faz. Que ajudou muito.

C.P. – Quem são as pessoas, na Câmara, que votam atuando?

N.J. – Na Câmara era o Genuíno ...

T.R. – Que ele até brigou com o Plínio por conta disso.

C.P.- Porque você falou que os relatores pouco importam.

N.J. – Espera um pouquinho só. Deixa eu ver uma coisa.

J.N. - Teve, entre Zulaiê e José Jorge, não teve outro relator?

T.R. – Tiveram dois: o Jairo Carneiro e o Aloísio Ferreira.

J.N. – Não.

C.P. – Não, isso foi antes.

J.N. – Entre...

T.R. – A Zulaiê, depois o Aloísio.

C.P. – Ela é a última.

J.N. – A última na Câmara...

T.R. – É.

J.N. – Aí ficou parado.

N.J. – Até aí ficou parado. Com a Zulaiê, porque a Zulaiê era favorável ao Conselho, mas era contrária à súmula ...

J.N. – Porque ela brigava com Deus e o mundo etc e tal. Isso era mudança de governo.

T.R. – Em 2000 aprova o da Zulaiê na Câmara.

N.J. – Agora deixa eu me lembrar ...

J.N. – E Lula assume quando?

T.R. – Em 2002.

J.N. – 2003, não é? Em 2002. Eleição, não se vota mais nada. Está certo? É eleição, não se vota mais nada.

T.R. – O projeto da Zulaiê foi em 2000, deve ter sido votado no máximo até 2001, por aí.

N.J. – É, por aí. E aí eu trabalhei na Câmara, como Ministro do Supremo. Eu trabalhei na Câmara com essas duas, três coisas.

T.R. – É. Porque a partir de 1997 o senhor já estava no Supremo.

N.J. – É, no Supremo. Aqui eu trabalhei na Câmara, visitei deputados, conversei com deputados, com lideranças, quem ajudou foi o Genuíno ... É ... Quem mais que ajudou nisso? Tinha um cara muito contra isso tudo isso aí que era aquele cara de São Paulo, um que foi presidente da AMB, que hoje é deputado pelo PSDB.

J.N. – Régis de Oliveira.

N.J. – Régis de Oliveira. Ele era um cara complicado para burro. Troca de partido, o diabo a quatro. E quem mais?

J.N. – Bernardo Cabral não foi?

N.J. – Hã?

T.R. – O Bernardo Cabral na Constituinte ele começa na Comissão a favor, depois ele vota contra ...

N.J. – Ele tira o corpo fora.

T.R. – É. Depois ele cai fora. E depois, na Câmara, ele vota, eu acho, que até a favor, não é?

N.J. – Vota a favor. Bom, eu sei que a gente conseguiu fazer o seguinte ...

J.N. – Tinha o substitutivo Bernardo Cabral alguma coisa, que eu me lembro. Na Câmara. Porque ele e a Zulaiê ...

T.R. – Ele ajuda. Depois, na Constituinte, o voto dele só que é contra e depois ele volta...

J.N. – Não. Constituinte ... Eu estou focando no processo...

T.R. – Depois ele vota a favor.

N.J. – O Maurício era contra o Conselho no Senado. Tentou escrever artigos.

J.N. - Quem?

N.J. - O Conselho Nacional de Justiça, o Maurício era contra. E depois ... Inclusive naquela votação daquela ação direta de constitucionalidade, você lembra? Bom ...

C.P. – Porque parece um pouco que na Câmara, o projeto, ele foi atuando por natureza. É ...

N.J. – Ele foi ... Ele foi ... Não, mas acontece o seguinte, deixa eu te explicar: acontece que esses assuntos são assuntos altamente especializados e que a massa da Câmara não tomou conhecimento.

T.R. – Não tem interesse.

N.J. – Não tem interesse. Então, na época eu trabalhei na Câmara junto ... Agora eu estou tentando me lembrar, não estou conseguindo. Eu trabalhei na Câmara junto aos deputados que

formavam opinião, que eram os caras ... Aí... Mas quando chegaram ... Aquelas pessoas que não entendiam nada disso, diziam: “E aí, como é que eu voto?”. “Vota assim”. Então o acordo foi feito com o grupo “dos especialistas”. E que se aprovou esses textos todos. Entendeu? E aí estava ... O grande argumento que eu usava na época sobre súmula vinculante, por exemplo ... O Conselho Nacional de Justiça não tinha grandes dificuldades, mas a súmula vinculante, era o negócio do etanol, porque aí envolvia governador nessas histórias também porque tinha ...

J.N. – Teve o caso da Vale também.

N.J. – Teve o problema da Vale...

T.R. – Da privatização.

C.P.- Da privatização, é.

N.J. – Uma série de assuntos que pululavam para tudo quanto era canto e tal ... Isso tudo ajudou. E aí nós aprovamos na Câmara dessa forma. Quando veio para o Senado é que então a coisa veio para o José Jorge. Só depois, com o governo ... com o Lula é que houve a conversa entre o Márcio e eu. E eu fui falar com o Márcio lá na Câmara. E aí Márcio me disse: “Nelson, Conselho sem problema”. Porque eu disse: “Márcio, nós não podemos modificar nada na Câmara. Vamos ter que aprovar o que tem. Corrige-se depois. Porque eventualmente o que aparecer depois a gente corrige por emenda depois. Agora, se resolver corrigir agora, volta para a Câmara”. Porque eu tinha conversado com uma ... Acontece o seguinte: como eu conhecia muito esse negócio de regimento, eu acabei virando uma espécie de assessor dos secretários gerais das mesas. Na Câmara tu tinha ainda ... Tem o Mozar. O Mozar eu sou uma espécie de assessor do Mozar. O Mozar me telefona: “O que é que o senhor acha disso e tal?”. E no Senado, na época, era o Carrero, que agora está no Tribunal de Contas.

T.R. – Tribunal de Contas.

N.J. – Que era o que me ouvia muito. Então quando eu dei essa solução, essa solução foi aprovada pelo Carrero, eu conversei com o Carrero para aprovar a solução da separação. E o

Mariso e eu acertamos politicamente com o Márcio o seguinte: “Márcio, vamos nos bater. Tu bate contra a súmula vinculante e contra o próprio, para respeitar a sua história, é favorável no Conselho...” Porque ele era favorável ao Conselho na Constituinte, o Conselho não foi aprovado porque o Marizo, o Marizo meio que paralisou o Márcio porque a origem da base, a base do negócio era São Paulo ... Aí o Márcio não teve problema com o Conselho, tinha que fazer um discurso mas só fazer um discurso. O Márcio não ia lá. Tinha lá, era um rapazinho, Pedro...Pedro Abramovay, pode ser?

J.N. – É.

T.R. – É, podia ser o Pierpaolo ou o Sérgio Renault, não?

N.J. – Não, era o Pedro. Era o Sérgio Renault que ia, mas o Sérgio Renault como era o secretário, o pessoal não dava muita bola para ele. Ou seja, ele é...

J.N. – O Pedro é quem tratava das questões do Congresso.

N.J. – Com a liderança do PT.

J.N. – Então o Pedro era o assessor legislativo.

N.J. – Eu me lembro de uma discussão no gabinete do Mercadante, com o Pedro, em relação a esses dois assuntos aqui. Aí o Mercadante ... Eu peguei, eu fiz o seguinte: eu levei exemplos econômicos: problemas da crise econômica para mostrar a conveniência da súmula vinculante e da repercussão geral ... Porque a súmula vinculante e a repercussão geral caminham em sentido contrário, não é? A súmula vinculante é, digamos, concentradora de poder e a repercussão geral é descentralizadora de poder. Então eu dizia para o Mercadante: “Mercadante, veja aqui: tam, tam, tam, temas econômicos”. Porque não se entendia. Eu não ia falar sobre não sei o que, processo civil ... Então eu dava os exemplos dos casos econômicos: “Veja aqui, ó: aqui tu tem tribunais tais, tais e tais ...”. Um exemplo que eu usei muito, que depois inclusive acabou, usei porque eu fiz no Supremo essa decisão, era o caso do turno de revezamento, para mostrar o efeito econômico do problema, aquele problema do turno

ininterrupto de revezamento ... o turno de oito em oito ou de seis e seis horas a partir da Constituição. Então o que é que tinha acontecido? Os tribunais do trabalho decidiam que quando o empregador interrompia para dar uma hora, para alimentação, o turno era interrompido. Logo não se aplicava a regra. Então o que é que acontecia? Você, para manter ininterrupto o trabalho, para essa área desse tribunal, bastava três turnos, três grupos, três turnos de trabalhadores, que dava oito horas para cada um. Nos outros tribunais, que entendiam que a interrupção intraturnos não era uma interrupção, mas que a interrupção que a Constituição tinha dito, era entre os turnos, não intraturno, o horário de trabalho era seis horas. Então para esses tribunais, uma empresa que trabalhasse nisso precisava de quatro turnos, de quatro turnos de trabalhadores para dar seis vezes quatro, vinte e quatro. Trabalhar vinte e quatro horas ininterrupto. Aí mostrei para o Mercadante de que havia deslocamentos de empresas que fechavam as suas plantas em um estado e se deslocavam para outro. E que o Tribunal tinha... Aquele Tribunal de cima a decisão era mais vantajosa e tal e tal. Aí acabei com essa coisa convencendo o Mercadante para aceitar a súmula vinculante e dizia o seguinte: “Mas tem uma coisa, Mercadante: a súmula vinculante só concentra poder no Supremo naquilo que é nacional. Porque aquilo que não for de interesse nacional, o tribunal vai decidir. Por que? Porque tem a repercussão geral. E aí ele não vai ficar decidindo porcaria. Então a repercussão geral era o contrário, era uma descentralização. A descentralização pela repercussão geral e a concentração pela súmula vinculante. E aí com esses dois mecanismos você ... Nós estamos valorizando justiça de primeiro grau naquilo que diz respeito. Agora, naquilo que diz respeito à nação ... E aí então vinha com a história da formação do Supremo, do porque que nasceu a ação direta de constitucionalidade, que não tem nada a ver com o Rui Barbosa, ele não se meteu nisso. Ele escreveu vários comentários, mas nunca disse quem era o autor dessa história, que foi o lá do Rio Grande do Norte. Bom, aí conseguimos convencer. Eu fiz o seguinte: fiz reuniões com o PT, fui ... presidente do Supremo na época era misterioso ... Reuniões da bancada do PT, eu estava lá. Aí eu fazia exposição ... E conhecia todo mundo. E aí conhecia ... Então eu tinha, por exemplo, eu usava essa estratégia, conhecia fulano, então eu dava exemplos que eu sabia que batia na cabeça do a, do b ou do c. Então eu fiz reuniões ... O PFL não tinha problema porque o José Jorge controlava, o PMDB também era a minha origem primitiva, o PT, o pessoal do PC do B, que era o Aldo Arantes que ajudou muito. E aí você conseguia construir essa...

J.N. – E dentro da magistratura...

N.J. – Dentro da magistratura.

J.N. – Você estava para dentro e para fora.

N.J. – Claro. Eu jogava para dentro e para fora. Mas na magistratura eles nunca aceitavam duas coisas: O Conselho... Mas acontece o seguinte: é que na magistratura, tu tinhas um problema mais grave com a magistratura que não eram esses dois aqui. Era esse de cima.

J.N. – Era o Conselho.

N.J. - Então eles concentraram toda a sua objeção ao Conselho que era onde tinha menos objeção dentro do Congresso porque todos tinham problema com juiz. Todos tinham história, alguma história alguém tinha ... Senão ele, pelo menos um parente dele, etc.

T.R. – O Busato por telefone, ele conta que o senhor, ele e um deputado do PT fizeram uma caravana para tentar convencer, nas cidades, para tentar convencer não, mas para mostrar essa idéia do Conselho. Ele falou: “A gente fez caravana, assim, pelo Brasil todo...”.

N.J.- Foi. Nós fizemos caravana pelo Brasil todo.

J.N. – Nunca soube.

N.J. – Caravana, não propriamente. Eu fui na cidade dele...

T.R. – Ele falou que eram visitas a cidades pequenas, assim, para falar com o pessoal da OAB.

J.N. – Não foi caravana.

T.R. – Não foi caravana.

N.J. – Não, não. Não foi.

J.N. – Nunca soube disso.

N.J. – Não foi isso. Não foi bem assim. E aí foi quando abriram a votação, foi...

J.N. – E a briga da votação?

N.J. – Hã?

J.N. – E a briga?

N.J. – Aquilo eu falei. Aquilo eu falei. E aí tinha um sujeito, um craque ninguém fala nele, que chama-se...que até hoje é, ele era meu assessor legislativo, que depois saiu do Supremo e hoje está com o STJ, que é o...o... Jorge, que chama-se Jorge...Sebastião. Sebastião. Sebastião Jorge. O Sebastião foi indicado pelo Maurício Correia para ser meu assessor parlamentar na presidência do TSE. Aí depois ele veio para o Supremo. Sabia *tudo* de deputados e senadores. Ele sabia *tudo*. Aí ele me avisava: “Fulano está com algum problema”. Aí eu saía atrás do problema do sujeito. De vez em quando: “Em que posso te ajudar?” “Não,...”. Ligava para um, ligava para outro, ligava para o governo, não sei o que e tal. Muito gentil. Aí dizia assim: “Jobim, o que você quiser, só me telefonar”. E teve coisas desse tipo, por exemplo, em uma reunião da Comissão de Justiça, estava com um problema na comissão, eu não me recordo bem, o José Jorge estava com um problema na Comissão, a Comissão Especial, aliás, a Comissão Especial tinha um problema lá, votação, quórum, não sei o que. O Sebastião me telefona e diz: “Olha, Ministro, esse quórum aqui não está bom”. Aí eu liguei para quem? Liguei para um senador... Não me lembro mais. “Vai lá e acaba com a sessão”. Aí o senador foi lá, sentou e vira assim: “Eh, camarada!” E arrumou uma confusão. Mas o presidente já sabia que ia acontecer aquilo, para dar uma justificativa para suspender a sessão e mudar o quórum para a gente fazer na semana seguinte.

J.N. – Herança do Itamar.

N.J. – Isso eu aprendi com o Ulisses. O Ulisses fazia, na Constituinte fazia isso. Entrava nessa televisão aí, sem filme, sem nada. Só luz. Quando tinha problema... Então dava um tempo para criar tumulto, suspender a sessão porque ele descia, ele dizia que via os votos passando para um lado e para outro.

[Risos]

N.J. - Aí ele olhava, via, ele ia fazer assim. Então era... Não tinha problema fazer assim. Aí entrava um cara da televisão, eram aquelas máquinas antigas, grandonas, com aquele mundaréu de luzes em cima, e aí os deputados todos corriam para lá e o Gaston Rigue e o José Lourenço iam para o microfone, a pedido do Ulisses, para fazer briga. Aí o José Lourenço entrava: “Bla, blá, blá, vagabundo! Não sei mais o quê...”. Aí o Ulisses: “Assim não dá para continuar. Suspensa a sessão”. Encerrava. Para a gente sentar na mesa ...

J.N. - Aí você disse que teve um determinado momento em que o Lula aceitou.

N.J. – Hã?

J.N. – Que o Lula aceitou.

N.J. – O Lula aceitou. Contra a posição... Entendeu? A posição do Márcio era uma posição de convicção meramente histórica, de respeito histórico. Não era uma convicção ...

T.R. – É, hoje ele...

N.J. – Era mais, era respeito histórico.

T.R. – Ele disse que ele se arrepende.

J.N. – Mais de coerência histórica.

N.J. – Coerência histórica. Então é isso aí. Então, por exemplo, houve uma reunião que eu ia, e Lula e o Lula não... Qual é a minha relação com o governo? É uma relação curiosa porque quando eu estava no Supremo, era Fernando Henrique, o PT todo dizia que eu era líder do governo Fernando Henrique, você lembra disso?

J.N. – Lembro.

N.J. – Porque tinha as decisões que eu tomava, etc e tal. Aí assume o Lula, e aí eu virei líder do governo do Lula porque teve um caso sério que eu resolvi e ... mas juridicamente correto, que era uma ... Havia um leilão de negócio de petróleo, tinha sido marcado um leilão de petróleo e o governo estava precisando de dinheiro naquela época, era aquela época ruim, precisava entrar dinheiro. E o Britinho, o Carlinhos dá uma liminar suspendendo a realização do leilão dizendo que o leilão não podia ser feito pelo Estado porque o petróleo não era do Estado, era da nação, que era uma tese da esquerda paulista lá do Fábio Comparato, Celso Antonio, esses caras todos. Aí ele deu essa liminar e eu suspendi, como presidente, a liminar. Foi feito o leilão e depois ficou prejudicado o processo e tal. E aí a partir daí a Dilma era Ministra da...

J.N. – Minas e Energia.

N.J. – Minas e Energia. E a minha posição na época da eleição, como presidente do TSE, eles tinham muito medo porque eu era membro de família, íntimo do Serra O Serra era meu padrinho de casamento, eu morei com ele e tal. Mas não tinha esse negócio de ser amigo, padrinho, não tinha nada a ver... Porque esse negócio de ser parente, amigo não tem nada a ver com o problema. Mas as pessoas não acreditavam, achavam que isso aí influenciava. Aí no processo eleitoral teve vários conflitos dentro do PSDB e do PT e eu evitei tudo como tinha que evitar. Tanto é que no final quando o Lula se elegeu, o primeiro discurso foi agradecendo a mim, quando ele fez a ... quando deu o resultado final da eleição. E a minha relação com o Lula sempre foi muito respeitosa, muito ... E ele sempre acreditou muito no que eu dizia. Eu dizia: “Presidente, isto aqui é uma forma de solução”. Aí ele então no final, ele diz: “Olha, realmente, a minha posição é essa”. Mas o Márcio conversava ... A gente notava nitidamente

que o que o Márcio estava fazendo era coerência histórica. Ele não fazia ... Ele não trabalhava para a posição dele, percebeu? Ele só firmava a posição dele, acabava com o assunto.

J.N. – Sim, mas no fundo ele trabalhava para o Conselho. Ele estava convencido ...

N.J. – Não, pro Conselho ele trabalhava muito! Trabalhava no Conselho. Mas aqui ele ... Aqui, isto aqui ele era contra. Mas ele não trabalhava contra. Ele era contra, mas não trabalhava contra, que era a súmula e a repercussão geral.

T.R. - Ele deixa claro que para ele, não era uma coisa que ele era a favor, mas não chegava a ser ... Ele era contra, mas não fazia realmente nada. O que importava para ele realmente de tudo era o Conselho.

N.J. – Era o Conselho. E aí foi um jogo bom porque aí houve uma, digamos, uma química boa, porque como eu trabalhava para os dois e eu sempre fui alvo de muita martelada, de acusações e o diabo a quatro, como eu trabalhava para os dois, porque o Márcio trabalhava para o Conselho, não se manifestava sobre a súmula, os juízes achavam que a súmula e a repercussão geral não seriam aprovados porque o Márcio não se manifestava. Então os juízes centravam a sua objeção no Conselho Nacional de Justiça onde eu e o Márcio trabalhávamos...

J.N. – Teve algum grande líder dos juízes contra o Conselho? Teve algum...?

N.J. – Eu acho que era o presidente da AMB, que era um cara de Santa Catarina, não é?

J.N. – Cadico?

T.R. – Maciel.

N.J. – Cadico. Que era do Rio Grande do Sul.

T.R. – Tinha um...

J.N. – Do Rio Grande do Sul.

T.R. – Na época da AMB em 2004, até 2004 foi o Maciel, que era de Pernambuco.

J.N. – É isso. Cadico.

N.J. – Não, não, não, não, é do Rio Grande do Sul.

T.R. – Ah é? Pensei que fosse de Pernambuco.

J.N. – Não, não, esse aí é o Maciel, não é o Cadico.

T.R. – Ele é conhecido pelo primeiro nome.

N.J. – Hã?

T.R. – Ele é conhecido pelo primeiro nome.

N.J. – O Cadico, depois do Cadico veio o cara de Santa Catarina.

J.N. – O Collaço.

N.J. – O Collaço que é de Santa Catarina. Isso.

J.N. – Aquela figura.

T.R. – Que até na verdade propõe a ação depois, do Cadico.

N.J. – Pois é, propôs a ação de inconstitucionalidade. Aí...

J.N. – Ô Nelson...

T.R. – E como é que foi essa votação?

J.N. – A primeira composição, como é que você ...?

[FIM DO ARQUIVO DIGITAL 3]

J.M. – A gente está copiando ali os arquivos.

N.J. – Aqui tem uns troços que também não dizem respeito, não tem importância, eu vou te copiar tudo, tá?

T.R. – Não, claro.

N.J.- Eu copio aqui...Tem umas coisas que não são cópia...Muita coisa estava fora da...

J.N. – O projeto que foi da Câmara fala...

T.R. – É o 29 de 2000.

J.N. – Não se mexe em nada do CNJ?

T.R.- Não. O da Zulae é o 29 de 2000 ele já vem com essa redação que eles trabalham no Senado.

N.J. – Trabalham aqui no Senado.

C.P. – É a mesma redação.

N.J. – Mesma redação.

T.R. – Ou seja, o que muda é que tem uma parte que não entra na emenda 45.

J.M. – Que foi essa que eu fiquei?

J.N. – Foi depois.

T.R.- Porque o que entra é só a federalização dos direitos humanos, a repercussão e tudo. O que...

J.N. – Eu me lembro que... Exemplo: uma vez ao ano fazer um relatório para o Congresso, etc e tal. Isso a gente foi quem botou isso lá. Isso não veio.

N.J. – Mas tinha. Mas tinha. Tinha, na emenda constitucional tinha. Tinha, só foi e botou na ementa.

C.P. – Senão tinha que voltar.

N.J. – É, foi eu que botei a ementa. Na Câmara. Veio da Câmara isso, que era a obrigação de fazer um relatório anual.

C.P. – Prestação de contas.

N.J. – Prestação de contas.

J.N.- Isso já tinha?

N.J. – Já tinha.

C.P. – Ou seja, fazendo um paralelo com a Constituição, foi um segundo turno no Senado, não é? E foi o segundo turno que valeu.

N.J. – Foi, foi. Valeu muito.

C.P. – Como o terceiro lá, real, que valeu.

N.J. – Valeu, valeu. Valeu exatamente porque ... Agora, valeu por causa do José Jorge e do Lobão. O José tinha cabeça.

J.N. – Tem que chamar o Lobão.

P.C. – Mas vamos pegar aqui outra questão da constituição do Conselho. Logo depois de aprovada a emenda, como é que foram os passos seguintes até a instalação física do Conselho? Como é que se escolheu? Vai ser dentro do Supremo, vai ser fora? Como é que foi feita a primeira composição? Que articulação que houve para a escolha dos primeiros membros do Conselho?

N.J. – Bom, em um primeiro momento eu quis fazer um entendimento com os juízes, mas ninguém quis fazer. Você lembra disso? Ninguém queria saber da composição do Conselho porque não consideravam um Conselho legítimo. Por quê? Porque o Supremo tinha que escolher o desembargador e o juiz de direito, não é isso?

J.N. – Estadual.

N.J. – Estadual. Os outros eram escolhidos pelo STJ e pelo TST. Então a grande, a grande ... foi como é que a gente faz? Então eu entendia que nós tínhamos ... Porque aí tinha um problema federativo inicial, então o primeiro membro do Conselho ... E outra coisa: eu precisava ter apoio do Supremo para o Conselho. Então os membros do Supremo é que votavam os nomes, mas os nomes que eu indicasse, eu sabia que eles iam aceitar. Mas aí como eu precisaria, eu sabia que ia dar conflito constitucionais em relação ao que a gente ia fazer depois, então eu procurei fazer com que os colegas do Supremo participassem do processo de indicação. Então por exemplo ... Como é que é o nome daquele menino? O primeiro da justiça do trabalho foi paulista, não foi? Da primeira composição foi de São Paulo, não foi? Foi indicado pelo Peluso. Hã? Foi, foi o primeiro, foi o menino de São Paulo, que era assessor do presidente do Tribunal de Justiça.

J.N. – Douglas.

N.J. – Não, Douglas era... Douglas era Justiça Federal. Era... Bom, o que é que eu fiz? Então conversei com o pessoal do Supremo e disse: “Olha, eu tenho a impressão de que isso deveria ser...”.

J.N. – Ah, o nosso amigo lá do Sul?

N.J. – Bom sujeito. De São Paulo. Não, o do Sul era o da Justiça do Trabalho, que era o Schmidt.

J.N. – Então, Justiça do Trabalho que você falou, o Schmidt.

N.J. – Essa é uma outra história.

J.N. – Não, é estadual? É o Cláudio Godoy.

N.J. – Cláudio Godoy. Então o que é que nós fizemos? Qual foi a estratégia que eu usei? Como eu podia... O Supremo escolhia o desembargador e o juiz de direito. Então aí nós discutíamos. O desembargador, eu durante... O desembargador que nós íamos escolher era aqui do Rio, porque eu tinha um bom diálogo com ele, que era o...

T.R. – Faver.

N.J. – Faver.

T.R. – Marcus Faver, não?

N.J. - Marcus Faver. O Faver... Aí o que é que eu fiz? Eu levei a discussão do Supremo para o pessoal, não é? Mas eu nunca gostei de reunião formal. Reunião formal não dá certo. Então eu fazia uma conversa com um, conversa com outro e tal e tal. Aí eu consegui dividir o seguinte: vamos estabelecer o inverso, Rio de Janeiro e São Paulo para a escolha dos estaduais, a parte dos estaduais. Então aí... Mas eu já tinha na cabeça o nome do Faver, mas eu não queria indicar

o nome do Faver. Aí então dos desembargadores veio o nome do Faver. Eu plantei o nome do Faver em algum desses que eu não me lembro. E em São Paulo eu não sabia nenhum, eu não conhecia ninguém para juiz. Aí o Peluso indicou esse menino.

J.N. – Cláudio Godoy.

N.J. – Cláudio Godoy...

J.N. – Ótimo.

N.J. - ...que era ótimo. Diziam que era muito bom e tal e tal. Eu não o conhecia, mas era importante porque eu trazia para dentro do Conselho, digamos, na formação do Conselho, os Ministros do Supremo, os corresponsáveis, os nomes que estavam lá dentro para não ser um troço impositivo: “Ah, o Néelson fez isso” e tal. Aí depois eu comecei a discutir com o Tribunal do Trabalho. No Tribunal Superior do Trabalho era, o presidente era o Vantuil Abdala, que era membro direto e que era um sujeito razoável e a gente podia conversar muito bem com ele e eu tinha alguma ascendência. Não tinha ascendência, tinha uma, digamos, sempre tratei bem, sempre dei, valorizei muito a presidência... Porque nunca a Presidência do Tribunal do Trabalho foi valorizada pelos outros. O STJ considera a Justiça do Trabalho uma... um segundo campo, não é isso?

J.N. – É.

N.J. – Não qualifica, não valoriza a Justiça do Trabalho. Eu valorizei muito a Justiça do Trabalho, ia a todos os eventos, sempre valorizo muito esse troço. E assisti tudo, ia a palestra ... Eu aceitava tudo para ter uma entrada dentro do ... Porque o pessoal do Supremo também era tudo isolado. Antes de eu assumir a presidência, na verdade os caras se fechavam. Eram umas coisas esquisitas, por exemplo, tu tinhas uma coisa que só militar tem que era antiguidade. Então tu tens o número do automóvel, tu tens o número da placa sete e tens o número da placa seis, então se está na rua, isso não fazem mais, mas se o sete está na frente... o seis está na frente, o sete não pode passar. Não pode ultrapassar o número sete. Era assim. É. Gozadíssimo. Negócio de elevador a mesma coisa, entrava o mais antigo na frente. Com militar tem isso, não

é? A antiguidade. Bom, mas em relação ao TST tu tinhas o juiz e tu tinhas o desembargador. Bom, o juiz eu influenciei, que foi o Paulo Schmidt. Aí eu fui, conversei com vários, vários membros do TST e o Vantuil e eles concordaram com o Paulo Schmidt porque além do mais com isso eu criei um outro caminho que era o problema da disputa na eleição da Associação dos Juizes. Trazendo o Paulo Schmidt para dentro do Conselho eu resolvia, ajudava a pacificação eleitoral da associação. Então eu fiz esse trabalho, liguei para todo mundo. No STJ, aí era diferente. No STJ aí era impossível. Era impossível porque a relação do STJ com o Supremo era uma relação de amor e ódio. Mais de ódio do que de amor. Porque... Tu tens coisas assim: o presidente da época, que foi ser Corregedor do Conselho, que atrasou muito nosso trabalho no Conselho, tinha coisas tipo: queria reclamar o problema do protocolo.

J.N. – Ele queria ser vice.

N.J. – Ele queria ser o vice e eu fiz um jogo lá e consegui manter... Ele ia ser vice do ...

J.N. – Vice-presidente.

N.J. – Vice-presidente do Conselho. Aí eu fiz um negócio meio rotativo tirando...

J.N. – Foi a Helen que propôs, lembra-se? Que um dia você chegou para mim e disse assim: “A Helen me deu a saída. Eu designo quando eu saio”.

N.J. – Bom, foi a Helen que sugeriu, porque ela tinha sido presidente do Conselho da Justiça Federal. Ela tinha tido essa experiência. Bom, aí fiz esse negócio com o TST, no STJ eu não tinha nenhuma influência na composição porque era o Pádua e aquela mocinha, que era indicada do César Rocha. Não me lembro dela.

J.N. – Germana.

N.J. – Era boa gente. E o presidente do tribunal local lá, que é agora presidente do Tribunal...

J.N. – Jair.

N.J. – Meredian. Esse não teve influência nenhuma. Tive influência no ... Quer dizer, participei da eleição do Joaquim, e aí era o Márcio e eu que fizemos o trabalho, não foi isso? Mas não teve problema. O Joaquim, que é um falso pernambucano, ajudava muito nisso porque ele aparecia sempre como pernambucano, dizendo que Pernambuco precisava ter uma representação, mas não era. Ninguém sabia que ele era carioca, mas em todo caso apresentava-se como tal. E o menino de São Paulo ...

T.R. – O Alexandre.

N.J. – O Alexandre de Moraes, que inclusive teve um problema.

J.N. – Aí teve uma disputa com o Sérgio Renault.

N.J. – Mas isso foi depois. Bom, mas aí... É ...

J.N. – Não, não foi depois, não.

T.R. – Foi antes, foi na indicação.

N.J. – Foi naquela época mesmo. Foi depois no Senado, da primeira vez eles rejeitaram, não teve quorum, um troço assim.

J.N. – Ele fez acordo com o baixo clero.

N.J. – É aí na Câmara se acertou tudo. Bom, trabalhei para esse menino... Porque aí tu fazias um *mix* partidário, de representação partidária. Tu tinhas gente... Esse menino era secretário de Justiça, não é?

J.N. – É, tinha sido.

J.M.- Do estado de São Paulo.

N.J. – Tinha sido secretário estadual de São Paulo do Alckmin. Bom, e depois... Bom, aí surgiu um problema... Aí nós inventamos...

J.N. – MP e OAB.

N.J. – Hã?

J.N. – MP e OAB.

N.J. – MP e OAB, é isso aí. O MP não deu para entrar em qualquer tipo de articulação e a OAB eu tentei entrar na articulação mas tinha um problema que chamava-se... Aquele presidente de Alagoas, como é que é o nome dele? Foi presidente da OAB de Alagoas, um que estava no governo, era presidente da Comissão de Ética.

J.N. – Marcelo Lavenere.

N.J. – Marcelo Lavenere. Aí o Marcelo Lavenere tinha um candidato que eu não gostava e que depois mostrou que eu tinha razão.

J.N. – [risos]

N.J. – Paulo...

T.R. – Paulo Lobo.

N.J. – Paulo Lobo. Depois vou te contar uma história. E aí tinha o Paulo Lobo e mais um que era um rapaz aqui do Rio... veio do Rio. Eu conheci o Argolo sugeriu... Não tem problema. Ele influenciava. O Busato conversava comigo antes. Instalou-se o Conselho. Aí o que é que eu verifiquei? Verifiquei o seguinte: nós precisávamos fazer um regimento. Aí eu resolvi fazer o seguinte: constituí uma assessoria. Uma assessoria de juízes de primeiro grau, mas que

tivessem trânsito político na categoria. E aí eu chamei o Flávio Dino, o menino da Justiça do Trabalho e o outro rapaz que era aqui do Rio, como é que era o nome dele? Era...

J.N. – Elton.

N.J. – Elton, que era ligado ao Faver. E aí chamei esses três e aí começou, enfim ...

J.N. – Alexandre, do Trabalho.

N.J. – Alexandre. Que era muito bom. Era um cara quieto, mas trabalhador. O articulador político mais era o Flávio Dino. E aí então começou a nossa agenda. Então a discussão, a fixação da agenda era com a participação sempre do Joaquim, o que é que nós tínhamos que fazer? Então a primeira batida forte, que foi... Nós dissemos, se nós começarmos muito frouxos o Conselho não se sustenta. Então precisamos encontrar um inimigo. Precisava... Porque tu consegues, digamos, fazer uma coisa interna e criar um ambiente franco se tu tiver um inimigo externo, não é? Aí nós criamos um inimigo externo. O inimigo externo chamava-se nepotismo. Aí então começou a briga da redação do texto do nepotismo, como é que a gente mandava proibir os juízes a nepotismo no poder Judiciário. Então eu fiz dois ambientes de negociação: um ambiente de negociação com os conselhos, eu nunca fui para uma reunião do Conselho sem ter negociado antes. Reunia sempre prévia, reunia de manhã a gente escrevia, fazia conversa, acertava, puxava, recuava e tal, mas sempre com a objeção do Pádua porque o Pádua não queria nada, ainda mais o nepotismo que tinha da mulher dele, não é? Porque a Glorinha tinha sido secretária dele e que mandava nele. E o ...

J.N. – Isso é normal.

J.M. - Não tem novidade.

J.N. – Isso é normal.

N.J. – Não, tem uns que mandam e reconhecem como eu

[Risos]

N.J. – Bom, mas o fato é que aí partimos para o negócio do nepotismo. Então nós tínhamos duas saídas: lançamos... Comecei a discutir o projeto e disse: “Bom, nós temos que enfrentar isso de cara”. Então houve uma reunião... Tinha um órgão muito forte dos desembargadores que era o Colégio dos Presidentes dos Tribunais de Justiça, que era presidido por um mineiro antigo lá, um mineiro esperto para burro.

J.N. – José Fernandes.

N.J. – José Fernandes. Há uma reunião no Maranhão, em São Luís, e eu vou lá para a reunião de São Luís para sustentar perante as feras todas, todos contra a nossa regra do nepotismo, e aí eu vou lá sustentar... Tu estava junto? Era um negócio... Mas não tinha argumento... E depois o seguinte: desembargador não sabe dialogar. Então eu apanhei toda minha experiência parlamentar no debate, então foi um escândalo em termos de cascas de banana e contradição que se criava entre eles e tal. E aí conseguimos aprovar primeiro a grande regra, *mas* quando eu estava elaborando esse texto junto com o Joaquim e com os outros, eu conversava no Supremo. Um por um. “Ah, está bom. Moralidade”. Para criar um ambiente. Aí quando se aprovou o texto do nepotismo, foi contra esta que houve a ação direta?

J.N. – Foi.

N.J. – Aí a avaliação direta de inconstitucionalidade foi uma “prrrr”. Quem votou contra foi ...

T.R. – Foi o Marco Aurélio.

N.J. – Foi o Marco Aurélio.

J.N.- E o Peluso foi quem segurou.

N.J. – E o Peluso segurou. E o Peluso segurou e segurou firme. E o curioso foi o seguinte: na noite anterior teve um jantar na casa de um embaixador e o Carlinhos Brito conversa com o

Marco Aurélio sobre o caso que ia ser votado. O Marco: “Não, tem que fazer isso, tem que votar assim, temos que acompanhar...”. Depois votou contra. Aí o Carlinhos ficou com os olhos desse tamanho assim com as conversas do Marco Aurélio. Bom, aí nós começamos a consolidar o Conselho. E a segunda coisa que passamos também foi o problema da avaliação ...

J.N. – Do teto.

N.J. – Teve o problema do teto. Isso também foi uma briga fortíssima. Fixamos a resolução do teto e foi aí... Bom, o problema do teto, eu tinha um precedente para trás que era o conhecimento que eu tinha da composição da remuneração da magistratura nacional porque eu tinha trabalhado como presidente do Supremo na lei do subsídio. Porque ocorre o seguinte: mil novecentos e...dois mil e não sei o que, eu não me recordo bem, houve um mandato de segurança da Ajufe, vice-presidente da Ajufe, o Flávio Dino e o presidente é aquele Tourinho lá de Brasília. Acontece o seguinte: quando o Supremo Tribunal, logo depois da vigência da Constituição, fixou por ato próprio a remuneração ele considerou as parcelas... Então você tinha o seguinte: tinha a remuneração da lei e depois o Supremo, aplicando o princípio da isonomia, não sei o que, ele criou uma parcela de equivalência que somados daria o valor correspondente à remuneração dos parlamentares, porque os poderes tinham que ser isonômicos. Sabe isonomia? Então essa palavra isonomia foi usada para todos os fins. Bom, aí eles entraram com a ação porque entendiam que aqui dentro dessas parcelas não tinha sido considerado o auxílio moradia que os deputados recebiam, que eram mil e trezentos reais. Na época da fixação da discussão da emenda constitucional o presidente era o Pertence e o Pertence... Falava-se muito que o Supremo recebia dez mil setecentos e não sei o que. Quem ajudava o relator dessa emenda constitucional, que era... me deu branco aqui, do Rio de Janeiro... do PMDB, o...

J.N. – Sergio Ferraz.

N.J. – Não, não, não. O deputado. Que foi governador... O Moreira Franco. Quem ajudava o Moreira Franco era... Que dava... era o Carlos Alberto Direito, que estava no STJ. Bom, aí o Supremo faz uma reunião e diz que não, que a remuneração do Ministro do Supremo não era dez mil e setecentos, era doze mil setecentos e vinte. Porque somava aqui a...

J.N. – A gratificação do TSE.

N.J. – A gratificação que o Supremo recebia do TSE. E aí aparecia um número mágico. Aparecia um número mágico.

J.N.- Isso...Deixa eu fazer uma interferência, Nelson. Só para registro. Eu nessa época era membro do Conselho de Reforma de Estado do Bresser e o Bresser precisava estabelecer o teto do funcionalismo público.

N.J. – Isso. Era essa a discussão.

J.N. – E aí ele ligou para o Pertence e o Pertence disse: “O teto é dez mil e pouco”. Está certo? E o Bresser então fez todos os estudos, tudo, etcetera e tal, com base em dez mil e pouco para o funcionalismo do Executivo. O Pertence tinha esquecido a parcela...

N.J. – Da parcela do eleitoral.

J.N. – Do eleitoral. Aí quando o Pertence liga para o Bresser para dizer: “Olha Bresser, não é dez, é treze ou doze”, não sei quanto, o Bresser fica ensandecido porque o efeito cascata desse negócio todo. E aí é um dos momentos em que você tem uma tensão grande nos dois governos porque os membros do Supremo foram ao Pertence e disseram: “Não, você deu o número errado. O número é tal. Você esqueceu essa...”.

N.J. – Em uma reunião administrativa. Tem a ata desta reunião administrativa... é isso aqui. Quando houve essa ação, esse mandato de segurança, o presidente do Supremo era o Carlos Veloso, Carlos Mário Veloso. Entrou a ação, foi distribuída para mim, era para mim esse mandato de segurança. Eu deixei lá parado. Aí começou o movimento grevista. Começou um movimento grevista enorme da Ajufe. A Ajufe... Não sei se o Flávio já era o presidente ou era Tourinho o presidente ainda. Era o Tourinho o Presidente.

J.N. – Eles fizeram um dia de greve.

N.J. – Não, espera um pouquinho. Começou no trabalho, espera um pouquinho. Começou a ameaça de greve e o Veloso começou a entrar em parafuso. Aí eu... O Gilmar era da AGU. Aí eu conversei com o Gilmar, e o chefe da Casa Civil era o Pedro Parente, e começo uma negociação liderada por mim a pedido do Veloso para tentar resolver um problema. Aí surge uma proposta: abono. A gente faria um abono e esse abono cobriria a diferença e o Executivo aceitava. Aí...

J.N. – Por que o abono?

N.J. – Hã?

J.N. – Porque legalmente não ultrapassava o teto, porque era um abono.

N.J. – Não ultrapassava o teto. Era um abono. Um abono que dava mil e trezentos sequenciado. Não é... tinha que fazer um diferenciado.

J.N. – Hierarquizar.

N.J. – Não era linear Aí... Aí ocorre uma coisa horrível. Aí tudo fechado, cálculos, o que nós fizemos junto com o pessoal da Casa Civil lá, o Branco... Cheguei na solução, disse para o Veloso: “Está aqui”. Aí ele olhou e disse assim para mim, disse: “Bom, tudo ótimo. Ah, que maravilha e tal. Vamos para a reunião do Supremo”. Reunião administrativa. Na reunião administrativa, o Veloso feliz da vida diz: “Olha, temos a solução para o problema da remuneração, etcetera e tal. A solução é um abono”. Só que tem uma coisa: é que isso tem que ser projeto do Supremo, não é projeto do Executivo. Você não pode fazer abono para os outros... A iniciativa do Supremo por força da Constituição. Aí disse: “Está aqui o projeto. O Jobim conversou com o presidente Fernando Henrique, com o AGU está tudo resolvido, o Luiz Parente topou...”. Aí o José Neri da Silveira disse que não, que o Supremo era um sindicato de juizes, que não podia fazer aquilo, não sei o que, não sei o que... E vira o quórum. E todo mundo que estava favorável ao abono acabaram virando porque aí o Moreira Alves, virou, aí o Pertence, que também nunca tem uma definição clara, virou também.... É... Ficou, só ficou

Marco Aurélio e o Maurício. Maurício em solidariedade ao Veloso... Porque as negociações tinham sido feitas, não é? Aí termina a sessão, no final diz assim: “Bom, e agora o que vamos fazer?” E eu que tinha que dar a cara, não é? Eu disse: “Não, agora eu vou... agora...” Aí o Veloso chora. Chorou. Porque ele tinha prometido para os caras: “Está tudo resolvido, só falta formar...”. Aí os caras tiraram o tapete dele. Aí o Veloso chora, começou a chorar: “Que coisa horrível” e tal. Aí diz o Veloso: “Pois é, agora o que é que a gente vai fazer?”. E eu quieto. Aí o Néri pergunta para mim: “Ministro, como é que vamos fazer então agora?”. Eu disse: “Não, agora eu já sei o que eu vou fazer. Nós vamos fazer na área jurisdicional”. Aí eu concedo uma liminar, nesse mandato de segurança. Concedo a liminar, e mando pagar os mil e trezentos. Ou seja, aquilo que tinha sido abono, eu transformei em liminar. Avisei, chamei o pessoal...

J.N. – Sim, mas como abono, não?

N.J. – Não, liminar concedendo, dizendo que o Supremo tinha feito o cálculo errado e tal, então tinha que incluir esse valor e tal na tal parcela de equivalência, que tinha sido ato administrativo do Supremo. Aí concedi liminar. Mandeí incluir os mil e trezentos, naquela fórmula e tal e... Isso foi em um sábado, que eu decidi fazer isso. Aí falo com o Veloso, peço para o Veloso chamar o pessoal da Ajufe. Aí chama, vem o Tourinho e o Flávio Dino. E eu digo para eles: “Olha, eu concedi, está aqui o texto, está aqui tudo, mas tem uma condição: eu não quero nenhum comentário de vocês sobre a liminar que eu concedi. Porque isso aqui vai ser uma pauleira infernal em cima de mim, vou apanhar para burro. Agora, se vocês começarem a fazer apoio, vai ser pior. Então calem a boca”. “Não, não tem problema. O senhor não quer nenhum apoio, nenhuma manifestação? Se o senhor for muito acusado”. “Não, deixem que me acusem. Porque se vocês se manifestarem, não se manifestarem quinta-feira não é mais matéria. Agora, se vocês se manifestarem esse troço vai ficar dez dias”. Dito e feito. Na segunda-feira, “Páau”, principalmente dos jornais de São Paulo, e de “O Globo”. Aí ficou em liminar. Na segunda-feira eu entro no Tribunal, o Neri pede ao Veloso a convocação de uma sessão administrativa. Pede a convocação de uma sessão administrativa e faz um discurso dizendo que foi a solução pior que foi feita, e eu quieto, papapá, papapá...” Ah, porque não sei o que... Ah, e a minha proposta, presidente, é que o ministro Jobim traga a sua liminar para referendo no plenário e aí nós passamos a liminar e paramos com isso porque isso foi uma solução que desprestigiou todo mundo e tal”. Aí o Veloso: “Jobim, tu tem alguma coisa a dizer?”. “Não, tenho nada a dizer,

não”. “Bom, mas a respeito da...trazer para referendo...”. “Não, eu não vou trazer”. “Mas como?”. “Não, eu não vou trazer. Em primeiro lugar tem a jurisprudência do Supremo de que liminar não está sujeita ao agravo regimental. Segundo lugar, o agravo regimental que está sendo feito pelo procurador-geral da República contra a decisão, é curioso porque ele está promovendo o agravo regimental, mas já mandou pagar. E o efeito da liminar já se estendeu administrativamente para o Ministério Público mas entrou com a ação contra e eu não vou levar”. Aí eles disseram “Mas como?” Eu digo: “Não, é uma questão judicial, não adianta falar porque é uma questão judicial, eu não vou levar”. Quietos. Aí passa-se o tempo. Um ano, um troço assim. Aí, eu quieto, coloco em pauta não a liminar, mas o mandado de segurança. Quando eu coloquei em pauta foi um pânico. Sessão administrativa. “Pois é, mas agora como é que a gente vai fazer? O ministro Jobim colocou em pauta”. “É, coloquei em pauta. Os senhores queriam cassar a liminar no dia seguinte. Agora está em tempo de os senhores ajeitarem”. “Não, mas o senhor veja faz mais de...”. Não me lembro quanto tempo. “...já faz mais de doze meses que isso está sendo consolidado”.

J.N. – Todos recebiam.

N.J. - Eu não recebia. Porque dos ministros do Supremo o único que recebeu foi o Marco Aurélio. E depois o Ilmar Galvão. Os outros não recebiam. E negamos a receber e tal. [Riso]. Foi gozadíssimo. Dizia assim: “Pois é, mas ministro Jobim, quer dizer que o senhor vai levar na próxima quinta-feira...”. Eu já tinha avisado ao Veloso, eu disse: “Olha Veloso, não abre a boca porque eu sei o que eu estou fazendo”. “Então o Veloso disse: então faz o que tu achar”. “Pois é, mas vai ser um problema seríssimo”. Aí o Moreira Alves mais formalista e tal. Disse: “Ah, mas que tal se o colega tirasse de pauta...”. Eu digo: “Veja o seguinte: quando eu concedi a liminar os senhores tentaram exigir de mim que eu colocasse em pauta, eu não coloquei. Agora eu coloco em pauta, os senhores estão pedindo que eu tire de pauta. Há a possibilidade de eu tirar de pauta, mas sob condição”. “Como?”. Eu disse: “Tem uma condição. Eu tiro de pauta. Mas tem uma condição: eu quero poderes plenos para resolver o problema da remuneração da magistratura no Brasil sem consultar vocês”. “Mas como? Mas o que significa isso?”. “Não, significa o seguinte: que eu vou sentar na mesa com o poder Executivo para discutir subsídio”. Porque era aplicação da... Porque até então não era subsídio, era aquela remuneração antiga. Não tinha ainda a lei do subsídio. “Vou discutir com eles o subsídio,

deverá ser um projeto de lei do Supremo... Agora: eu não quero ter que consultá-los a cada momento que eu estou negociando. Se os senhores me derem carta branca para negociar, eu retiro de pauta, caso contrário, vocês enfrentam o problema que vai dar isso aí”. Porque aí teria efeito retroativo, nós tínhamos que devolver o dinheiro. E eu tenho as contas todas...E sabe o que significa? “Prrr”, “prrr”...”uuu”. Aí disseram, tudo bem, o Sr. tem poder para fazer isso. Então o que é que eu fiz? Então eu comecei a conversar com o pessoal do Fernando Henrique. E aí esse sujeito aqui, o Pedro Parente, que era um cara muito correto, eu levei o problema do subsídio e disse o seguinte: “O subsídio quanto é que é? Doze setecentos e vinte mais o auxílio... Como é que é? ATS, adicional de tempo de serviço. Dá x, que é o correspondente ao Supremo, depois tu joga isso na sequência”.

J.N. – Inclui tudo?

N.J. – Inclui tudo. Acabou. E aí o Supremo passa a receber... O subsídio do Supremo passa a ser dezessete e uns quebrados. Aí este aqui, ó, lembra de um negócio que não estava na minha cabeça que foi um acordo que ele havia feito com o STJ de que quando lá atrás, que estava se votando a reforma administrativa e que tinha a criação do subsídio, eles acertaram uma lei dizendo o seguinte: que enquanto não for votado o subsídio, será pago um abono aos membros da magistratura igual a subsídio menos a remuneração existente igual ao abono. Isso nunca foi votado. Essa lei nunca existiu. Porque o Supremo nunca mandou. Aí diz ele assim para mim: “Ô Jobim, nós estamos limpando tudo, não é?”. “Estamos. Estamos limpando tudo”. “Então vamos fazer o seguinte... Temos que resolver esse assunto porque isso aqui vai ficar dependurado e eu já sei que nós vamos votar esse subsídio e imediatamente vai vir um mandato de segurança mandando pagar essa diferença. Vamos acertar isso”. “Tudo bom. Eu concordo. Perfeito. Então vamos fazer o seguinte: nós vamos votar, também vamos fazer do abono. Agora...”. Aí eu fui fazer um levantamento de tudo que todo mundo recebia. Todos recebiam o máximo do Supremo. Tinha auxílio não sei o que, tinha tudo que era...

J.N. – Educação...

N.J. – Educação... Tinha uns que... Acumulação, por exemplo, de... Tinha uma... Eles criaram, alguns tribunais estaduais criaram uma gratificação por exercício da presidência de Câmara,

que integrava o salário. Ele saía da presidência da Câmara, mas continuava recebendo. Se ele voltasse à presidência de novo, calculava, dobrava em cima, mas a base do cálculo... Estava dentro da base de cálculo porque era percentual a mesma... Aquela relação... Aí eu fiz o seguinte, disse: “Tudo bem, então vamos calcular”. Calcular foi uma trabalhadeira infernal. Aí mandei abater, incluir no abono... Está incluído no abono todas as parcelas que foram pagas, sem lei, inclusive aquelas que foram concedidas judicialmente, etcetera, então, inclusive o abono. Então o que é que tu fazias? Tu tinha o abono que era “a”, menos as parcelas que foram pagar. Aí tu tinhas o valor individual de cada um, de cada conjunto. E fizemos isso. Aí eles assim: “Mas como é que vamos pagar esse troço?”. Dava, dava, custava isso oitocentos milhões. Aí o Pedro Parente queria que: “Vamos pagar logo. Então paga logo esse abono aí, porque amanhã a gente liquida esse negócio”. “Não, não. Eu quero em dois anos”. “Como em dois anos, Nelson?”. “Não, não. Vamos dividir o abono em dois anos. Vamos dividir isso por dois. Porque ao invés de pagar isso aqui em doze meses, tu paga em vinte e quatro meses”. Por que? Isso porque eu vou ser presidente do Supremo quando terminar isso”, que era já no governo Lula. Aí ele disse: “Tudo bem”. Então o que é que aconteceu? Os juízes começaram a receber subsídios mais abono. Esse abono era igual a quatrocentos e oitenta milhões vezes dois, em dois anos o custo geral. Passa-se os dois anos, eu assumo a presidência do Supremo, surge o problema de acertar a remuneração. Não, minto. Aqui não era subsídio, aqui era remuneração. Aqui era... Eu estou errado, aqui era remuneração. Tudo isso era remuneração. Tudo era remuneração. Aí chegou o momento de eu fixar o subsídio. Aí eu fiz o seguinte, fiz a seguinte proposta: tive uma reunião com o Lula, eu era presidente do Supremo, o subsídio do ministro do Supremo vai ser igual a vinte e quatro mil e quinhentos. O que é que é vinte e quatro mil e quinhentos? É dezessete e não sei o quê que recebia antes mais o... mais... Eu peguei esses oitocentos aqui, ó, esses quatrocentos anuais do orçamento e dividi por toda a magistratura. E aí eu mostrei para a Fazenda de que não havia nenhum pacto orçamentário porque já havia dois anos de quatrocentos e oitenta. Então esses quatrocentos e oitenta, eu dividia entre o Supremo até os juízes de primeiro grau da justiça federal com uma diferença: é que eu privilegiaria embaixo, não em cima. Então o que é que tu farias? Tu tinhas remuneração do Supremo... Tu tinhas a remuneração do Supremo mais o ATS, que era o adicional por tempo de serviço, dava vinte e quatro mil e quinhentos. Não, dava... É... vinte e quatro, vinte e um... Tinha... Eram duas parcelas. Não sei quanto dá, vinte e dois e uns quebrados.

J.M. – Dá vinte e dois e quinhentos a primeira...

N.J. – A primeira, depois aumentou para vinte e quatro e quinhentos. E aí foi... A razão eu digo porque. Aí eu digo porque. Nós fazemos isso em duas parcelas, o pagamento disso sem ônus porque esse orçamento desse dinheiro já existe porque vocês estão pagando o abono de quatrocentos e oitenta milhões. Aí eu dividi isso tudo, aí os juízes de primeiro grau deram um salto imenso na remuneração porque eles recebiam uma porcariazinha porque eram tudo início de carreira, não tinham adicional de tempo de serviço e nos estados não tinham limitação, alguns não litavam. No caso do Supremo o tempo limitado era trinta e cinco porque trinta e cinco era o tempo de serviço. Aí o que é que eu fiz? Dividi em duas parcelas, e porquê que dividi em duas parcelas? Porque eu tinha dois anos de mandato. Eu no primeiro ano dava o aumento, no segundo ano dava aumento e no terceiro ano já não era mais presidente. Não ia me incomodar com isso.

J.N. – Jobim. [Risos] Aí vocês veem como são criados os conceitos jurídicos. Subsídio... Aí passou subsídio para remuneração. É... um pouco de folclore. É...

N.J. – Não, mas depois... Depois de fixada, aprovada a lei e tal, aí veio o problema da aplicação do teto.

J.N. – Para os juízes.

N.J. – Para os juízes.

J.N. – Porque eles queriam que votasse...

N.J. – Aí como eu tinha todo esse estudo da composição da remuneração eu fiz um longo trabalho, feito pelo meu auxiliar na época que era muito bom, e ele fez todo o levantamento e aí apresentamos o negócio do teto que deu...

J.N. – E cortava todos os adicionais...

N.J. – Acabava com os adicionais...

J.N. - ... que eram trinta e dois.

N.J. – Tinha gente que... Não, era uma coisa incrível, eram trinta e dois. Aí fiz todo o levantamento, tenho todos os quadros em relação a composição da remuneração de cada estado. Tinham estados que tinham coisas muito específicas, pagavam coisa que não podiam pagar...

J.N. – O meu tinha um adicional por título universitário.

N.J. – Tinha.

J.N. – Adicional... Se você pegou aquela lista de trinta e dois [inaudível].

N.J. – Tinha adicional de título universitário. Tinha outros, tinha uns que eram uns negócios de localidade, não sei o que...

J.M. – É, difícil acesso.

N.J. – É, mas o difícil acesso mais de primeira, os de segunda...

J.N.- Ô Jobim, por que você não enfrentou a questão da corrupção?

N.J. – Não tinha... A pauta não estava curta, estava grande já. E aí teve um problema. A questão da corrupção passava pela Corregedoria. Esse era o problema. E aí acontece o seguinte: o Corregedor não dava seguimento a nenhum dos processos...

J.N. – Quer de lentidão, quer de corrupção, quer de qualquer coisa.

N.J.- Qualquer coisa. Não dava nenhum procedimento. E a gente não tinha instrumento, nós não tínhamos instrumento para puxar o negócio do corregedor. E como eu estava com a pauta muito, muito, digamos, conturbada, eu digo: “Se eu reabrir mais esse forte...”.

T.R. – O Nepotismo consegue passar pelo corregedor como?

N.J. – Qualquer resolução...

T.R. – Aí não passava por ele?

N.J.- Ele não quis, na reunião fechada ele não...queria tirar fora. No final ele aprovou.

J.N. – Você ia contando a história de Alagoas, do representante de Alagoas...

N.J. – Acontece o seguinte: tive um problema inicial. É que não tinha lei sobre a remuneração dos ministros, desse pessoal do Conselho. Então eu propus o seguinte: que o pessoal do Conselho receberia igual ao ministro do STJ. Paridade. Que dava um diferencial de cinco por cento em relação ao subsídio do Supremo. Mas complementar. Se o cara é juiz do trabalho, ele recebe a diferença para chegar ao valor. Todos descontam aquela parte, consideram uma parte que recebem na origem. Aí dos advogados precisava ter vindo informação dos advogados...

J.N. – Ficava fácil porque ele era proibido de advogar. Então...

N.J.- Ficaram proibidos de advogar, tinha que pagar. E aí surgiu então “Vou pagar os advogados”. Não vou esperar por juiz, vou pagar os advogados. Mas nós pagamos o limite máximo desse valor “x”, mas desconto aquilo que vocês recebam no poder público. Então vocês precisam falar. As pessoas informaram eu mandei pagar. Só que o representante da Alagoas omitiu uma informação que era aposentado, procurador...

J.N.- Professor universitário.

N.J. – Hã? Deveria informar... Tinha duas coisas. Uma ele informou, a outra ele não informou.

J.N.- Então foi...

N.J. – Não informou que era professor universitário e informou que ganhava menos. E não informou que era aposentado de Procurador do Estado. E aí só descobriu-se essa história com... na época da Helen. A Helen que descobriu esse... Esse problema era terrível.

J.N. – O Jobim, e a toga?

N.J. – Ah sim, queriam usar toga.

J.N. – Você mandou fazer toga?

N.J. – Eu não. Está louco.

J.N. – O camarada foi lá e mediu a gente. Eu me lembro como se fosse hoje.

N.J. – Eu só mandei medir, mas não mandei fazer. Aí você sossegava o pinto. Teve conselheiros... Foi o seguinte: você chegava...Porque vinham dos estados, então tinha...E vinha um cara para pegar. Aí um dia me telefonam, me telefonam... aliás o secretário geral fala conosco: “Ah, um problema aí...Não, estou no telefone aqui com o motorista fulano de tal”. “Mas o que é que houve? Algum acidente?” Ele disse: “Não, o conselheiro não quer entrar no carro” “Me dá o telefone...”. Eu disse: “O que é que houve?”. “Doutor, eu vim aqui buscar o conselheiro fulano de tal...” Da OAB. Era conhecido da OAB. “...e ele disse que não entra em carro branco, só entra em carro preto. E o carro que eu estou aqui é aquele...”. O Supremo tem uns carros desses...

J.N. – É, mas essa briga...

N.J. – Aí eu disse para ele o seguinte. Eu disse o seguinte: “Diz para ele então que tu falou comigo e que tu vai embora, que ele pega um táxi se quiser”. Aí ele veio embora.

J.N. – Mas essa briga, Jobim, tem um valor simbólico, não é? Porque a disposição no plenário... É... Todas... Todas são maneiras onde a noção de hierarquia sobrevive.

N.J. – Não, é lógico. Não tinha outro jeito.

J.N. – E que o Conselho teve que enfrentar isso de diversas formas. Primeiro: tinha um conjunto que queria que a gente chamasse de ministro e não de conselheiro. Depois tinha um conjunto que queria que a gente usasse toga. Depois tinha um conjunto que queria carro preto.

N.J. – Queriam placa.

J.N. – Então...Placa, não sei mais o que. Então tem um simbolismo no cotidiano que...

N.J. – Não dava para fazer uma mesa redonda... Eu tive que fazer uma mesa em “u” Então a solução que foi encontrada, que se encontrou era o seguinte: começava pelos tribunais superiores, você chegava até o Senado e a Câmara. O povo era o povo.

J.N. – Era o último.

N.J. – Era o terceiro estado. Terceiro estado lá era complicado. [Riso]. Bom, mas aí...

T.R. – A oposição maior então no Conselho, pelo menos na primeira gestão, veio da corregedoria?

N.J. – Era do STJ mesmo. Basicamente do STJ porque o STJ não queria admitir nenhuma possibilidade do Conselho entrar no problema deles.

J.N. – Entre os tribunais.

N.J. – E aí a grande, a grande, digamos, na parte de gestão foram os números. E aí nós criamos umas figuras, não é? Taxa de represamento lá...Taxa de...

J.N. – Congestionamento.

N.J. – Congestionamento.

T.R.- Congestionamento.

N.J. – Eu peguei um trabalho, do local, não me lembro onde era, um desses trabalhos da Cepal, um troço assim. Aí eu examinei e vi, fiz uma montagem, adequiei aquele negócio ao nosso sistema. E aí passei... Fui em várias reuniões em vários lugares, em vários estados. E aí surgiu um estado, e que me deu uma... Na verdade foi uma... dei uma extrapolada. Mas eu mostrei o problema da... o problema, que era o seguinte: Número sobre o número de recursos, tematicamente considerados. Então houve um caso no tribunal em que dois desembargadores concorreram para negócio de cátedra de titular de uma cadeira na universidade. Dois colegas. Tinha uma vaga só. Um ganhou e outro perdeu, aí ficaram inimigos. O que perdeu ficou furioso com ele. E esse que perdeu tinha, era um cara inteligente, tinha capacidade, era, liderava, digamos, era membro de uma câmara no tribunal e o outro era membro de outra câmara no tribunal. E aí então o que é que aconteceu? Tudo o que o outro... Todas as teses sustentadas por esse aqui, eram negadas por esse outro. E aí se introduziu dentro do tribunal uma enorme divergência. Aí então eu peguei esse caso no próprio tribunal, só não dizia nome, não é? “Vamos resolver aqui. Quero mostrar para vocês uma coisa. Vocês têm uma taxa de recorribilidade”. Porque eu criei a figura da taxa de recorribilidade. O cruzamento era a entrada e a saída em um ano e a taxa de litigiosidade, de recorribilidade. Aí durante um determinado tempo essa taxa estava assim. Depois de um tempo deu um salto. E se mantém neste patamar. Aí o que é que era? Aí eu disse: “Eu vou mostrar para vocês o seguinte: como nós temos um sistema legal em que não há ônus, não há nenhum a recorrer e a reforma, dentro do nosso pacto de Estado incluía isso, não há ônus nenhum a recorrer, o cara que perdeu a ação, se ele recorre o máximo que pode acontecer é ficar no estado em que se encontra. Então ele não vai perder nada. Ele está ganhando tempo com isso. Então ele vai recorrer. Agora, como é que... Como é que o advogado faz? O advogado, remunera-se pelo trabalho que faz. Logo ele vai ter os honorários pelo recurso, logo ele tem interesse no recurso. Mas a decisão de recorrer, dizendo para o juiz, a decisão de recorrer é uma decisão do próprio personagem, do próprio réu, que perdeu, do próprio... Enfim, do derrotado. Do sucumbente. Eu digo... Então qual é o ônus? A perguntar que o Advogado faz: “O senhor não quer recorrer? Vamos recorrer?” Aí ele pede pode perguntar duas coisas: “Quanto é que vai me custar o recurso?”. Aí o cara vai dizer: “Olha, eu cobro tanto pelo recurso, não sei o que. Tem umas tachinhas, mas são poucas e tal”. “Qual

é a possibilidade?”. Aí eu inventei uma história. Disse: “Olha, a possibilidade nesse seu caso...”. Eu falando no tribunal local. “...é uma possibilidade muito interessante. Se for para a primeira turma, a primeira câmara, a decisão vai ser favorável ao senhor. Se for para a segunda câmara a decisão vai ser contrária ao senhor”.

J.N. – Qual era esse tribunal?

N.J. – Espera lá...”...vai ser contrária ao senhor”. Aí eu pergunto depois: “Qual é a primeira pergunta que vai fazer o cliente? “Como é que a gente faz para que o processo caia na primeira turma?”. E aí o personagem mais importante é o distribuidor, logo a corrupção entra. Ou seja, as divergências internas dos senhores, as divergências que os senhores discutem do direito romano, não sei o que, produzem duas coisas: a litigiosidade, porque estabelece uma divergência entre o Tribunal de Justiça e a magistratura de primeiro grau, mostrando que o grau de reformas dessas sentenças ... Quanto maior for o grau de reforma das decisões de primeiro grau, maior será o número de recursos porque mais possibilidade a gente tem. E se dentro do tribunal... Isso eu estou mostrando, digamos, o que eu chamava da divergência vertical. Mas se houver divergência horizontal, que é dentro do próprio tribunal, os senhores alimentam a recorribilidade pela divergência vertical e pela divergência horizontal, sendo que na divergência horizontal os senhores introduzem um elemento novo, que é a corrupção. Porque evidentemente que a parte vai querer mandar para aquele que conseguir jeito desse assunto ir para ...E tinha acontecido há pouco tempo um problema em São Paulo com aquela juíza... Ela foi que descobriu aquele troço. Aqueles juízes que foram postos para fora aí, o...

J.N. – Aquele antes...

N.J. – É, eu não me lembro o nome dele lá...Tinha uns automóveis...Que tinha manipulado a distribuição para ele, para ele dar...Porque tinha o negócio do Mato Grosso lá, de um pessoal de tráfico. Aí comecei a mostrar, vocês conhecem. Aí eles começaram... Eu não entendi nada disso. Porque qual era a cabeça que tinha a magistratura? A cabeça que tinha a magistratura era a demonstração de sua erudição. Ou seja, não tinha nenhuma responsabilidade com resultado, não tinha nenhuma responsabilidade com a consequência das suas decisões. Então eu tentei a começar a mostrá-los: “Olha, vocês têm responsabilidade pela litigiosidade. Na

medida em que houver uma divergência, um grau de... Quanto maior o grau de reforma das decisões de segundo grau, maior o número de recursos. Logo essa coisa que os senhores ficam discutindo aí só dá mais trabalho para vocês. Então vocês estão se queixando de uma incompetência que vocês estão fazendo. Porque vocês não se acertam em relação a isso. Não cabe, aqui não é lugar para sustentar tese. Aqui não é lugar de um juiz vir aqui sustentar, a minha posição é essa... Não é... Lugar para sustentar tese é na academia, porque é você que paga o pato. Aqui quem paga o pato é o cliente, são os interessados, a parte, é o conjunto, a sociedade é que paga. Se está dentro desse sistema, é para entrar no sistema, e não para ser indivíduo”. Aí então eu criei uma...

J.N. – Justiça em número.

N.J. – Hã?

J.N. – O justiça em número.

N.J. – O justiça em número. Com taxa de recorribilidade e tal e tal. E aí começou a aparecer tudo. E ainda, depois eu sustentei...

T.R. – O próprio número de ações, não é? Porque nessa época ninguém nem sabia quantas ações tinham no Judiciário.

J.N.- Não sabiam nem quantos juízes tinham...

N.J. – Não sabiam nem quantos juízes tinham, não sabiam onde é que tinha juiz, onde não tinha... Eles não tinham noção de administração, de gestão. Aí quando eu me reunia com os presidentes dos tribunais de justiça, eles não sabiam nada. E eles achavam...O pior o seguinte, o grave não era que eles não sabiam nada, é que eles achavam que isto era um conhecimento delirante.

T.R. – Que não tinha que saber. [Riso]

N.J. – Por quê? Porque a concepção era atomizada, ou seja, eles tinham uma solução atômica. O que interessava era a unidade atômica, o enunciado molecular era irrelevante para eles.

P.C. – O Conselho hoje... Hoje ele está refletindo aquilo que era a ideia original?

N.J. – Eu acho que o Conselho hoje tem um personagem que é de uma... uma... Uma, digamos, uma mentalidade...digamos, a estruturação do Conselho que é o Corregedor, que é o Gilson. O Gilson que está fazendo um trabalho agudo na linha da corrupção.

T.R. – Então o Conselho, ele ainda não consegue se institucionalizar... Até hoje ele não se institucionalizou, não é?

N.J. – Totalmente não.

T.R. - Ele ainda depende das pessoas.

N.J. - Está dependendo muito das pessoas. O Gilson está fazendo, o Gilmar... É... Não tem... Observa que inclusive as manifestações públicas do Gilmar não tem nada a ver com o Conselho. Então o Conselho não é algo que está na agenda do presidente do Supremo hoje. Mas o CNJ está na agenda da sociedade por causa do Corregedor. E é uma característica muito do Supremo... Quando eu entrei no Supremo eu fiz uma tipologia, te falei, não é? Uma tipologia que é curiosa, que é a seguinte: depois de um ano ficar lá dentro e tal aí eu disse uma vez conversando com o Moreira Alves, eu disse: “Sabe que eu tenho uma tipologia weberiana com esse negócio”. Ele disse: “Qual é?”. “Aqui nós temos onze personagens. Todos os onze personagens, para entrarem para o Supremo precisam ter relações com o Presidente da República, com pessoas que indiquem, etcetera e tal. Mas a diferença que existe não é que todos tenham relações, é que alguns só tinham relações e outros as relações nasceram da sua biografia”. Ou seja, vou pegar o exemplo do Pertence, o Pertence veio para o Supremo porque tinha relações com o Sarney, mas as relações do Pertence com o Sarney nasceram da biografia do Pertence. As relações do Moreira Alves nasceram das relações que... A biografia do Moreira Alves junto com o Buzaid. Porque tinha lá uma estrutura. Bom, qual é a consequência disso? Por que essa leitura? É porque quando você está dentro do Supremo, aqueles que têm biografia

não precisam fazer dentro do Supremo. Aqueles que foram para o Supremo porque só tinham relações e não tinham biografia, passam a usar o Supremo para ter biografia. Dá uma olhadinha nisso...

[Risos]

C.P. – Posso fazer só uma? O que é que o senhor, ministro, que passou pelo Conselho, acha que poderia ser feito para institucionalizar o Conselho?

N.J. – O tempo... Essas coisas políticas não precisa... É aquele negócio do... O que a gente não pode deixar é que a... Tem que estar muito em cima no sentido de que ele vá produzindo. Agora o tempo vai consolidando o Conselho.

T.R. – E não agindo ele acaba sendo cobrado pela sociedade.

N.J. – Lógico. A sociedade começa a cobrar e ele responde. Porque se não cobrar... Se não tiver uma cobrança... Hoje principalmente a mídia que é muito forte, os setores externos do Estado, a tendência é ele ser absorvido, pode ele ser absorvido pelas categorias profissionais. As categorias profissionais não têm responsabilidade nenhuma. Tanto é que as discussões que a gente assistia com as categorias não eram questão de melhoria do sistema judicial. Tu tinhas esse discurso, o discurso tu tinhas, mas na verdade o que estava atrás era o salário, as vantagens, os benefícios. O corporativo, que é uma coisa que a OAB perdeu. Porque a OAB, quando desapareceu o regime militar, perdeu o inimigo externo e ficou perdido nesse vácuo aí. Como é que faz? E agora? Então fica com brigas, situações meramente corporativas.

J.N. – Depois você... Quer dizer, a sua pergunta... Não tem em nenhum momento nenhuma ocasião que você vai dizer assim: “Está institucionalizado”.

N.J. – Não tem. É um processo histórico.

J.N.- Todo dia você ganha um pouquinho, perde um pouquinho. Resta saber se você vai assim ou se você consegue uma coisa assim. Então... Mas que você, quer dizer, que essa tarefa é uma tarefa diária, é uma tarefa diária.

N.J. – Não tem jeito.

P.C. – Cada processo...

J.N. – De tudo. Você vive correndo com o Congresso agora e tudo. Você está... Você pode entrar em um processo de desinstitucionalização, senão ocorre alguma coisa ...

N.J. – Eu vejo isso no Ministério da defesa.

J.N. – Hein?

N.J. – Ministério da Defesa. O que eu estou fazendo hoje no Ministério da defesa. Ele não existe. Ou seja, o Ministério da defesa hoje conseguiu alguma coisa porque ... Enfim, esse pessoal do nordeste lá que fica dizendo que eu sou autoritário ...

J.N. – Não, a gente diz que você é gaúcho.

N.J.- Pois é.

[Risos]

N.J. – Que eu sou maragato. Com isso a gente está conseguindo...Lá no Ministério da Defesa estamos tentando se institucionalizar. Lá é mais fácil.

C.P. – É, eu até concordo. Mas como conseguir ainda manter...

[FINAL DO DEPOIMENTO]